



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SERGIO DE SOUZA LOPES

**LIMITES E VIABILIDADES DO PROGRAMA BANCO DA  
TERRA:  
UM ESTUDO DO GRUPO SOL NASCENTE - CENTENÁRIO  
DO SUL (PR)**

---

Londrina  
2014

SERGIO DE SOUZA LOPES

**LIMITES E VIABILIDADES DO PROGRAMA BANCO DA  
TERRA:  
UM ESTUDO DO GRUPO SOL NASCENTE - CENTENÁRIO  
DO SUL (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito a obtenção de título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ruth Youko Tsukamoto.

Londrina  
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

L864L Lopes, Sergio de Souza.

Limites e viabilidades do Programa Banco da Terra : um estudo do Grupo Sol  
Nascente – Centenário do Sul (PR) / Sergio de Souza Lopes. – Londrina, 2014.  
154 f. : il.

Orientador: Ruth Youko Tsukamoto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Geografia agrícola – Teses. 2. Agricultura familiar – Estimativa de rendimento –  
Teses. 3. Agricultura e Estado – Teses. 4. Desenvolvimento rural – Centenário do Sul  
(PR) – Teses. 5. Crédito rural – Teses. I. Tsukamoto, Ruth Youko. II. Universidade  
Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

CDU 911.3::631

SERGIO DE SOUZA LOPES

**LIMITES E VIABILIDADES DO PROGRAMA BANCO DA TERRA: UM ESTUDO DO GRUPO SOL NASCENTE - CENTENÁRIO DO SUL (PR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de mestre em geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Ruth  
YoukoTsukamoto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Ideni Terezinha Antonello  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Professor Dr. João Cleps Junior.  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Londrina, 15 de outubro de 2014.

*“Aos meus pais, Iracema de Souza Lopes e Antônio Herberte Soeiro Lopes (in memoriam), que sempre me incentivaram e apoiaram em toda minha trajetória acadêmica, sempre, o meu amor e gratidão”.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pai e criador do universo, pela vida e pelas bênçãos recebidas.

Aos meus pais Iracema e Antônio (*in memoriam*), pelo amor e dedicação em minha educação.

À minha esposa Rosemeire e aos meus filhos Renan, Cassiano e Vitória, pelo amor e compreensão nos momentos em que estive ausente para dedicar-me aos estudos.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ruth Youko Tsukamoto, que sempre me apoiou e incentivou com muita dedicação em todos os momentos desta jornada.

Ao Instituto EMATER pela possibilidade de galgar mais um degrau na vida acadêmica e profissional.

Aos professores das disciplinas que cursei durante o mestrado.

Às professoras Alice e Ideni pelas valiosas contribuições e sugestões no exame de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina pelos conhecimentos recebidos.

Aos meus sobrinhos Mônica e Alex, meus sobrinhos netos Kauã e Lucca e a minha cunhada Amábeli pelo acolhimento em suas casas.

À minha querida sogra pelo apoio e incentivo.

Ao meu colega Luís Fernando Barbin e a todos os colegas do EMATER que me apoiaram.

Aos meus colegas de mestrado.

Aos colegas Edson Vicente Rodrigues Jr., Sandra Mendes Rinaldo e Renan Matheus Messias, estagiários da Prof<sup>a</sup> Ruth que colaboraram na elaboração de gráficos e tabelas deste trabalho.

A todas as famílias do grupo Sol Nascente que, durante as visitas, me receberam muito bem e que colaboraram de forma fundamental para a realização deste trabalho.

Estou convencido das minhas próprias limitações  
e esta convicção é minha força.

Mahatma Gandhi

Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,  
mas lutei para que o melhor fosse feito.  
Não sou o que deveria ser, mas graças  
a Deus, não sou o que era antes.

Marthin Luther King

LOPES, Sergio de Souza. **Limites e viabilidades do programa Banco da Terra: um estudo do grupo Sol Nascente – Centenário do Sul (PR)**. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

## RESUMO

No Brasil, na década de 1990, o modelo de reforma agrária criado pelo Banco Mundial para a intervenção no quadro agrário, dentro de uma proposta que se denominou de construção de “Novo Mundo Rural”, foi adotado no segundo mandato do Governo FHC com o lançamento do documento intitulado “*Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural Brasileiro*”. Tinha como intenção disfarçada, a desmobilização dos movimentos sociais de luta pela terra e a contenção dos conflitos no campo. Assim sendo, por meio da Lei complementar nº 93, de 04/02/1998, e regulamentado pelo Decreto nº 3.027/99, é criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária Banco da Terra que tem como finalidade o financiamento de programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Assim, seguindo as políticas neoliberais do Banco Mundial, o programa traz em seu bojo as mudanças na condução da reforma agrária. Em maio de 2000, é implantado o primeiro projeto do Banco da Terra no Estado do Paraná no município de Centenário do Sul, localizado na região norte do estado, beneficiando catorze famílias de agricultores e trabalhadores rurais. Trata-se de projeto pioneiro no estado, o qual foi denominado de Grupo Sol Nascente. O trabalho é um estudo de caso sobre a formação e a evolução do Banco da Terra Sol Nascente onde realizamos um diagnóstico socioeconômico, visando analisar o processo de formação e consolidação do grupo, resgatando a origem de seus integrantes e a caminhada de vida durante os catorze anos de implantação do projeto. Dessa forma, buscamos avaliar a viabilidade do programa e os resultados das políticas de desenvolvimento rural propostas pelo Banco Mundial, adotadas pelo governo federal de FHC.

**Palavras-chave:** Reforma agrária de mercado. Banco da terra. Banco mundial. Centenário do sul. Norte do Paraná.

LOPES, Sergio de Souza. **Program bank of land and implementation policies: a study of the Sol Nascente Group Centenário do Sul (PR)**. 2014. 154p. Master (Degree in Geography in Dynamic Space and Environmental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

### **ABSTRACT**

In Brazil in the 1990s, the land reform model created by the World Bank for assistance in the agricultural context, within a proposed what was termed as the construction of " New Rural World " was adopted in the second term of the Cardoso government with release of the document entitled " Family Agriculture, Agrarian Reform and Local Development for a New World Rural Brazilian ". Intention was to disguise the demobilization of social movements struggling for land and containment of conflicts in the field. Thus , through the complementary Law No. 93 of 04/02/1998 and regulated by Decree No. 3.027/99, is created the Fund for Land and Agrarian Reform Land Bank, which aims to finance the land reform programs and rural settlement. Thus, following the neoliberal policies of the World Bank, the program brings with it changes in the conduct of agrarian reform. In May 2000 it deployed the first Bank project land in the state of Paraná in Centenário do Sul, located in the northern region of the state, benefiting fourteen families of farmers and rural workers. It is the pioneer project in the state which was called Sol Nascente Group. The work is a case study of the formation and evolution of the Sol Nascente Group which conducted a socioeconomic diagnosis, aiming to analyze the process of formation and consolidation of the group, rescuing the origin of its members and the walk of life during the thirteen years of implementation of the project. Thus, we sought to evaluate the feasibility of the program and the results of rural development policies proposed by the World Bank, adopted by the federal government of FHC.

**Keywords:** Land reform market. Land bank. World bank. Centenário do sul. North of Paraná.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Centenário do Sul e Municípios Limítrofes .....	39
<b>Figura 2</b> – Primeiras casas da Vila Progresso na década de 1940 .....	42
<b>Figura 3</b> – Antiga casa comercial, hoje desativada em Vila Progresso .....	43
<b>Figura 4</b> – Vila Rural de Centenário do Sul, fundada em 1998 .....	60
<b>Figura 5</b> – Organograma para implantação do Banco da Terra .....	77
<b>Figura 6</b> – Organograma para a implantação do Grupo Sol Nascente - 2000.....	89
<b>Figura 7</b> – Vista panorâmica da sede da Fazenda N. Sr <sup>a</sup> Aparecida (Ao fundo o Rio Paranapanema) .....	92
<b>Figura 8</b> – Casa sede da Fazenda N. Sr <sup>a</sup> Aparecida .....	93
<b>Figura 9</b> – Banco da Terra, Grupo Sol Nascente .....	96
<b>Figura 10</b> –Barracão Comunitário .....	98
<b>Figura 11</b> –Casa em construção pelo Paraná 12 Meses.....	98
<b>Figura 12</b> –A ótima safra de algodão do Grupo Sol Nascente .....	104
<b>Figura 13</b> –Final de colheita do algodão.....	104
<b>Figura 14</b> –Lavoura de café adensado.....	109
<b>Figura 15</b> –Residência e bens adquiridos por um beneficiário .....	117
<b>Figura 16</b> –Criação de bovinos de corte no Sol Nascente.....	118
<b>Figura 17</b> –Afloramentos rochosos no lote de um beneficiário.....	119
<b>Figura 18</b> –Trator e plantadeira do Grupo Sol Nascente no barracão comunitário.....	131

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População residente por situação do domicílio – Centenário do Sul - PR .....	38
<b>Tabela 2</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul -1960 .....	44
<b>Tabela 3</b> – Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul-PR (1960) .....	45
<b>Tabela 4</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1960 .....	46
<b>Tabela 5</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul -1970 .....	47
<b>Tabela 6</b> – Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1970).....	48
<b>Tabela 7</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1970 .....	49
<b>Tabela 8</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul -1975 .....	50
<b>Tabela 9</b> – Utilização das terras por estabelecimento Centenário do Sul (1975).....	51
<b>Tabela 10</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1975 .....	52
<b>Tabela 11</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul .....	53
<b>Tabela 12</b> – Utilização das terras por estabelecimento Centenário do Sul (1980).....	53
<b>Tabela 13</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1980 .....	54
<b>Tabela 14</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul – 1985.....	55
<b>Tabela 15</b> – Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1985).....	56
<b>Tabela 16</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1985 .....	56

<b>Tabela 17</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul 1995 - 1996 .....	57
<b>Tabela 18</b> – Condição do produtor por estabelecimento em 1995.....	58
<b>Tabela 19</b> – Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1995).....	58
<b>Tabela 20</b> – Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul -2006 .....	59
<b>Tabela 21</b> – Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (2006).....	60
<b>Tabela 22</b> – Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 2006 .....	61
<b>Tabela 23</b> – Ocupação do solo – Principais atividades no município de Centenário do Sul entre 1970 e 2006.....	66
<b>Tabela 24</b> – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul na década de 1980 .....	68
<b>Tabela 25</b> – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul entre 1998 a 2000.....	69
<b>Tabela 26</b> – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul entre 2005 a 2011.....	70
<b>Tabela 27</b> – Levantamento das operações do Banco da Terra (1999 a 2003).....	78
<b>Tabela 28</b> – Número de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra na Região Sul .....	80

## GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– Distribuição das atividades produtivas nos estabelecimentos.....	109
<b>Gráfico 2</b>	– Local de nascimento do beneficiário .....	111
<b>Gráfico 3</b>	– Naturalidade dos pais.....	111
<b>Gráfico 4</b>	– Experiência dos beneficiários na atividade agrícola.....	112
<b>Gráfico 5</b>	– Ocupação anterior ao ingresso no Banco da Terra.....	113
<b>Gráfico 6</b>	– Infraestrutura nas residências .....	116
<b>Gráfico 7</b>	– Uso e ocupação atual do solo .....	121
<b>Gráfico 8</b>	– Uso e ocupação atual do solo .....	121

## QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Atividades consideradas importantes à economia de Centenário do Sul em 1956 .....	63
<b>Quadro 2</b> – Atribuições do Conselho Curador do Banco da Terra.....	72
<b>Quadro 3</b> – Projetos do Banco da Terra no N. R. SEAB – Londrina.....	81
<b>Quadro 4</b> – Normas para enquadramento no Programa Banco da Terra .....	85
<b>Quadro 5</b> – Origem e tipo de experiência e relação de trabalho do beneficiário.....	91
<b>Quadro 6</b> – Benfeitorias / equipamentos existentes na propriedade (avaliação).....	93
<b>Quadro 7</b> – Propostas apoiadas pelo Projeto Paraná 12 Meses .....	99
<b>Quadro 8</b> – Experiência de trabalho exercido em atividades urbanas .....	113
<b>Quadro 9</b> – Faixa etária dos beneficiários.....	114
<b>Quadro 10</b> – Nível de escolaridade da família .....	115
<b>Quadro 11</b> – Nível de escolaridade dos pais .....	115
<b>Quadro 12</b> – Nível de escolaridade dos filhos.....	115
<b>Quadro 13</b> – Número de unidades de trabalho por estabelecimento.....	122
<b>Quadro 14</b> – Tipo de culturas e renda bruta anual dos beneficiários (2013) .....	124
<b>Quadro 15</b> – Renda bruta média das atividades produtivas por unidade de área.....	125
<b>Quadro 16</b> – Custo de produção em função da produtividade (café, soja, milho) .....	126
<b>Quadro 17</b> – Demonstrativo da margem líquida .....	127

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMCESPAR	Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná
AMP	Associação dos Municípios do Paraná
APARC	Associação dos produtores e arrendatários de Centenário do Sul
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAFÉ DO PARANÁ	Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná
CRABs	Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COROL	Cooperativa Agroindustrial (Rolândia-PR)
CT	Cédula da Terra
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EMATER Rural	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAEP Paraná	Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado do Paraná
FHC	Fernando Henrique Cardoso
HA	Hectare
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista do Brasil

PEIP	Plano Estadual de Implementação do Programa
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POA	Plano Operativo Anual
PROCERA	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RA	Reforma Agrária
RAM	Reforma Agrária de Mercado
SEAB	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SERT	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
UTE	Unidade Técnica Estadual
VBP	Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO: SITUANDO A QUESTÃO AGRÁRIA .....</b>	<b>22</b>
<b>3</b>	<b>O QUADRO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL.....</b>	<b>37</b>
3.1	FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO: EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA E DO USO DA TERRA .....	37
3.2	PERFIL DA REALIDADE AGROPECUÁRIA DE CENTENÁRIO DO SUL.....	62
<b>4</b>	<b>O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO PARANÁ.....</b>	<b>72</b>
<b>5</b>	<b>BANCO DA TERRA – GRUPO SOL NASCENTE: GÊNESE – CRISE – SITUAÇÃO ATUAL .....</b>	<b>84</b>
5.1	FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO SOL NASCENTE .....	84
5.2	EVOLUÇÃO E CRISE DO GRUPO SOL NASCENTE .....	97
5.3	SITUAÇÃO ATUAL DO GRUPO SOL NASCENTE .....	107
5.3.1	Perfil das Famílias .....	110
5.3.1.1	Trajetória de vida .....	110
5.3.1.2	Aspectos sociais .....	112
5.3.2	Uso da Terra, Relações de Trabalho e Renda da Produção .....	120
5.3.2.1	Uso da terra dos lotes do Grupo Sol Nascente.....	120
5.3.2.2	Relações de trabalho do Grupo Sol Nascente.....	121
5.3.2.3	Análise da renda da produção das principais culturas.....	123
5.3.2.4	Crédito rural e a inadimplência .....	129
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>

<b>APÊNDICES</b> .....	144
APÊNDICE A - Roteiro de perguntas para investigação sobre a origem das famílias do Banco da Terra Sol Nascente e para diagnóstico da trajetória social e econômica do Banco da Terra Sol Nascente.....	145
<b>ANEXOS</b> .....	151
ANEXO A - Matéria de jornal sobre a expectativa de colheita do Grupo Sol Nascente .....	152
ANEXO B - Matéria de jornal sobre a expectativa de colheita do Grupo Sol Nascente .....	153

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a questão agrária no Brasil tem se caracterizado pelo caráter excludente no que se refere à possibilidade de acesso à terra. A formação da estrutura fundiária brasileira, desde a época do colonialismo até as últimas décadas, tem demonstrado que esta sempre foi marcada pela concentração da propriedade de terra. Primeiro foram as capitâneas hereditárias e, depois, as sesmarias, sistema instituído pela Coroa de Portugal para doação de terras aos membros da Corte. Com a proclamação da independência e abolição da escravatura, abre-se a possibilidade de legalizar a posse da terra. Entretanto, com a criação da Lei de Terras em 1850, ficou determinado que a propriedade da terra só seria possível por meio da compra, com pagamento em dinheiro. Isso limitava o acesso à terra por parte da grande maioria da população. Dessa forma, as oligarquias foram concentrando e aumentando suas propriedades, enquanto os trabalhadores ficaram impossibilitados de adquirir terras.

Contraditoriamente, o campo brasileiro foi-se constituindo numa massa de caboclos e trabalhadores rurais, originando um grande número de pequenos estabelecimentos rurais. Para estes, a terra era, com muita dificuldade, talvez a única forma de tirar o sustento da família, uma vez que, de modo geral, as políticas governamentais não lhes favoreciam. Por sua vez, a concentração fundiária e as estratégias de reprodução das oligarquias davam-se por meio das práticas de grilagem ou mediante favores políticos. O problema está relacionado à falta de regularização da posse da terra, acarretando conflitos e disputas pela terra. Nesse contexto, temos de entender que o surgimento e o aumento dos conflitos e revoltas no campo tem seu motivo exatamente na luta pela posse da terra e por melhores condições de vida dos trabalhadores rurais.

A questão agrária no Brasil vem sendo debatida há muito tempo e muito se tem falado da necessidade da implantação de uma reforma agrária como promotora da justiça social e do desenvolvimento econômico. Entretanto, o que se observa são iniciativas e propostas de governo que vão de encontro aos interesses das oligarquias latifundiárias que, ao longo do tempo, têm dominado e exercido sua influência na política brasileira.

Em contrapartida, as mobilizações camponesas têm se organizado e atuado em prol da reforma agrária. A criação e a atuação das ligas camponesas nos

anos de 1950 e 1960 que lutavam a favor dos interesses dos pequenos agricultores e contra a expropriação e exploração dos latifundiários fez com que o debate da reforma agrária se acentuasse, chamando a atenção da sociedade.

O governo de João Goulart (1961 – 1964) chegou a anunciar as medidas que foram intituladas de “Reformas de Base”, nas quais estaria contemplada a reforma agrária. Entretanto, com apoio das oligarquias, as forças armadas executaram o golpe militar assumindo o governo. Os militares não pouparam esforços para eliminar qualquer manifestação e organização camponesa, com vistas à reforma agrária, sob o pretexto de combater o comunismo. Entretanto, o governo militar favoreceu os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros promovendo leilões de terras públicas de forma fraudulenta com transferência de títulos falsos, consolidando dessa forma a aliança entre a burguesia industrial e os latifundiários.

Após a ditadura militar, o governo de José Sarney (1985 – 1990), na chamada “Nova República” chegou a criar o Ministério da Reforma Agrária e elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Novamente, o que se viu prevalecer foram os interesses das oligarquias, agora reforçadas com a criação da União Democrática Ruralista (UDR). Dessa forma, os conflitos no campo acentuaram-se. Ademais, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual vem se tornar o maior movimento organizado em prol da reforma agrária.

As tensões e os conflitos no campo chegam ao seu ápice no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o qual vê seu prestígio político abalado pelo fato de o Plano Real ser ameaçado pela mobilização e atuação do MST, o que ficou evidenciado na mídia com o evento da Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça que chegou a Brasília um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Como estratégia de desmobilizar e enfraquecer as ações do MST, o governo de FHC toma várias medidas políticas entre as quais, as emanadas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também chamado de Banco Mundial que cria os programas de crédito fundiário para dirimir os conflitos fundiários nos países classificados como periféricos. Tais programas, influenciados pelas diretrizes programáticas da política fundiária neoliberal, foram intitulados de “Reforma Agrária de Mercado” cuja estratégia de FHC, estava pautada

na valorização do mercado, visando ampliar o estoque e a oferta de terras para assentar famílias que demandassem o acesso à terra. Dessa forma, esperava-se que os setores oligárquicos, ligados à grande propriedade, exercessem pressão junto ao governo, visando obter recursos fundiários para a compra da terra em detrimento da desapropriação.

Nesse bojo, o presente trabalho tem como tema central de análise o Programa Banco da Terra, implantado pela Lei Complementar nº. 93, de 4 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000. A ideia foi estudar a criação do Programa, seus objetivos e fundamentações, bem como observar e analisar a implantação das políticas públicas e seus resultados. Nossa proposta consiste em conhecer melhor como e por que o Programa foi criado, com a finalidade de compreender a lógica de implantação das propostas denominadas de Reforma Agrária de Mercado, as políticas de implantação e os impactos sociais ocasionados pelo estabelecimento dessas propostas.

No caso deste trabalho, optamos por estudar o município de Centenário do Sul – PR, onde foi implantado o primeiro projeto do Banco da Terra no Estado do Paraná em maio de 2000. Como técnico do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), lotado à época nesse município, e envolvido diretamente com a implantação do projeto que contemplou 14 famílias de beneficiários, resolvi entender melhor o processo do programa fora da ótica estritamente agrônômica, pois sob esta, não daria para compreender e analisar criticamente a viabilidade ou não da aplicabilidade do programa, da forma como este foi colocado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, numa proposta de desenvolvimento, combate e alívio à pobreza no meio rural, cujo pacote ideológico foi denominado de “O Novo Mundo Rural”.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a formatação e o processo de implantação do Programa Banco da Terra, sob a ótica socioeconômica e suas consequências para o Grupo Sol Nascente em Centenário do Sul (PR) e como objetivos específicos:

- a) investigar a forma pela qual o Programa Banco da Terra foi estruturado e implantado no Estado do Paraná e no município de Centenário do Sul;
- b) diagnosticar a origem do público beneficiário;

- c) investigar aspectos sociais e econômicos no grupo sol nascente;
- d) identificar problemas e entraves encontrados pelo grupo sol nascente;
- e) apontar possíveis alternativas para solução ou amenização dos problemas.

Dessa forma, o projeto que propomos fazer foi desenvolver uma pesquisa de análise socioeconômica no projeto do Banco da Terra com o Grupo Sol Nascente que agrega 14 famílias de beneficiários do município de Centenário do Sul, bem como analisar as políticas públicas implantadas e os resultados obtidos. A nossa expectativa foi de diagnosticar a situação atual deste projeto, apontar entraves estruturais do programa e das políticas públicas relacionadas e tentar apresentar possíveis propostas para amenização ou solução de problemas e entraves ao desenvolvimento social das famílias.

A proposta de estudo amadureceu devido à necessidade de analisar e conhecer melhor as políticas e as possibilidades que o Programa Banco da Terra possa vir trazer e cumprir o papel preconizado de promover o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores e trabalhadores rurais, assentados pela proposta de Reforma Agrária de Mercado. Para tanto, é importante compreender a ideologia dessa política, a formatação e a operacionalização do programa pelos órgãos de governo, bem como das entidades envolvidas no processo e as dificuldades de inserção dessa política no modo capitalista de produção.

Finalizando, a proposta de pesquisa se faz necessária para refletir e propor formas conscientes de ações que possibilitem, por meio do acesso à terra de trabalho, o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores rurais.

Como metodologia adotada, depois das leituras pertinentes ao tema e à questão agrária brasileira em geral, realizamos o trabalho de campo, inicialmente, com uma amostragem qualitativa, mas que teve importância fundamental para as análises e reflexões preliminares do trabalho. Em seguida, foram aplicados questionários estruturados, para diagnosticar a origem das famílias de beneficiários, o modo de vida, as relações sociais de trabalho, o porquê e a forma pela qual optaram pelo Programa Banco da Terra para terem o acesso à terra, bem como para se ter conhecimento sobre o entendimento do programa pelos

beneficiários e do grau de satisfação ou insatisfação deles com a situação atual. (Apêndice A).

Concomitantemente, foram realizados estudos estatísticos no IBGE, com levantamento de dados sobre a origem de formação do município de Centenário do Sul, bem como levantamento de dados dos Censos Agropecuários, com a finalidade de analisar a evolução da estrutura fundiária e agrária do município para elaborar o estudo do quadro agrário, fundamental para o conhecimento da realidade municipal. Salientamos a importância dos dados atualizados do Perfil da Realidade Agropecuária Municipal do Instituto EMATER. Entrevistamos, também, o responsável pelo Cartório de Registro de Imóveis de Centenário do Sul para obter informações sobre a estrutura fundiária do município.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO: SITUANDO A QUESTÃO AGRÁRIA

Quando se faz um resgate histórico da estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias que estão na origem de grande parte dos latifúndios do País. É fruto da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte.

Conforme Oliveira (2001), a independência do Brasil e, depois, com o fim da escravidão, trataram os governantes de possibilitar, por meio da “posse”, a legalização de grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso só passou a ser possível mediante compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava ou mesmo, praticamente, impedia o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

Graziano Silva (1982) afirma que a estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação, por um elevado grau de concentração de propriedade de terra. Enquanto algumas propriedades apossam-se da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem-número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e a sua família extrair dela o seu sustento.

Na década de 1960, Caio Prado Júnior já afirmava que:

Uma tal estrutura e distribuição da propriedade fundiária – aliada à circunstância de que em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização- faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadada, e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado. [...]. Outra parcela da população rural que com a primeira referida constitui a grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra própria alguma, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo (PRADO JÚNIOR, 2007, p. 17).

Oliveira (2001, p. 484) demonstra que “a concentração nas duas pontas do processo está expressa no crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e, simultaneamente, o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha entre 1950 e 1985”.

A grilagem de terras aparece como uma estratégia que pode, além da propriedade econômica da terra, favorecer a reprodução das oligarquias. Para

Martins (1999, p. 64), desde o século XIX ela era uma questão restrita a litígios das próprias oligarquias, não sendo até então uma questão social e política disseminada. No Paraná, o problema da grilagem passa a assumir tal importância por volta dos anos de 1950, quando se torna uma questão política moderna na região sudoeste do Paraná. O problema se dá em razão da venda de terras federais pelo governo do estado, provocando duplicidade de titulares.

A mesma terra era vendida a diferentes pessoas e ao mesmo tempo hipotecada ao Banco do Estado. Já não se tratava de grilar, de disputar como ouro o mesmo terreno. Mas de envolver um grande número de pequenos agricultores numa fraude, pois eles não eram posseiros e sim, compradores de pequenos lotes de terra. (MARTINS, 1999, p. 65).

Vale salientar as ideias, ainda do mesmo autor, de que o governo populista de Getúlio Vargas viabilizou a consolidação das Leis do Trabalho em 1942, cujo objetivo era regular a questão trabalhista nas fábricas e nas cidades. Entretanto, essas mesmas leis não se aplicavam aos trabalhadores rurais.

Vargas não quis ou não pode enfrentar os grandes proprietários de terras e seus aliados. Foi em seu governo que se estabeleceram as bases para um pacto político tácito ainda hoje vigente, com modificações em que os grandes proprietários de terras não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados. (MARTINS, 1999, p. 72).

Esse pacto foi reforçado com a Constituição de 1946, pois estabelecia como restrição, as desapropriações de terra para fins sociais, inclusive para a reforma agrária, a obrigatoriedade de indenização prévia e em dinheiro ao proprietário, tornando inviável a reforma agrária, sob o ponto de vista econômico (MARTINS, 1999, p. 72).

O processo de transformações no campo e a questão do surgimento de revoltas e mobilizações de camponeses se dão exatamente pela luta da posse da terra e de melhores condições de trabalho no meio rural, tendo a sua origem na época da escravidão.

As transformações profundas por que tem passado o campo brasileiro nas últimas décadas têm gerado um aumento significativo dos movimentos sociais rurais, em luta pela terra ou por melhores condições de trabalho. Esse processo não é recente e tem suas raízes na própria história do Brasil. As lutas dos escravos negros contra a escravidão tiveram como consequência formação dos quilombos, muitas vezes destruídos pelos bandeirantes, esses jagunços dos senhores de escravos. No século passado, a luta de Canudos; neste século, o Contestado, Trombas e Formoso, Porecatu, entre tantos outros, além dos inúmeros movimentos grevistas de colonos nas fazendas paulistas de café, são exemplos desse traço histórico das lutas no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2001, p. 523).

Essas lutas, desde então, renovaram-se. Um exemplo foram as Ligas Camponesas<sup>1</sup> (1950 a 1960) que, de forma organizada, agitou o campo brasileiro, a princípio no Nordeste e depois para o resto do País. As Ligas Camponesas defendiam os interesses dos trabalhadores rurais e lutavam contra a expropriação e a exploração, causadas pelo avanço dos latifúndios, sendo a primeira forma de luta organizada pela reforma agrária no Brasil, ganhando destaque nacional devido a sua capacidade de mobilização.

As ligas ganharam destaque nacional pelas sucessivas mobilizações, criando um fato político novo: os trabalhadores do campo nas ruas, realizando marchas, comícios, congressos. Reivindicavam a extinção do cambão (dias de trabalho gratuito para o dono da terra), do barracão (armazéns no interior dos engenhos onde os trabalhadores se abasteciam, gerando uma dívida que dificilmente poderia ser paga), lutavam contra o aumento do foro. A essas reivindicações de caráter mais imediato somava-se a demanda por reforma agrária (MEDEIROS, 2003, p. 17).

Em função desse movimento, o governo federal de João Goulart criou a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) que chegou a iniciar a primeira tentativa de implantação da reforma agrária, mas logo ocorreu o golpe militar, anulando essa iniciativa ímpar no Brasil. Segundo Oliveira (2001, p. 524), “o golpe militar de 1964 sufocou o movimento, sendo suas lideranças presas e expulsas do País, quando não foram assassinadas”.

Os governos militares pós-64 procuraram elaborar uma estratégia geopolítica capaz de sufocar a possibilidade de luta dos trabalhadores do campo, mas as transformações provocadas em diferentes regiões do país criaram novas condições e novas formas de luta. O número de conflitos no campo cresceu e alastrou-se por todo o país (OLIVEIRA, 2001, p. 524).

Nos governos militares, o objetivo destes era favorecer os grandes grupos econômicos e o capital industrial, inclusive o capital estrangeiro. Segundo Oliveira (1991), na década de 1960, o governo militar promoveu um verdadeiro leilão de terras públicas, de forma fraudulenta, com a transferência de títulos falsos, de mais de 20 milhões de hectares de terra a estrangeiros e também a latifundiários e empresários do Centro-Sul industrial, sacramentando, dessa forma, a aliança entre a burguesia industrial e os latifundiários. “Esta própria burguesia passa então ao status de latifundiário, territorializando, portanto, a burguesia industrial já mundializada”.

---

<sup>1</sup> Movimento organizado de trabalhadores rurais, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), cuja causa era a luta pela reforma agrária e melhoria das condições de trabalho no campo.

Assim sendo, a reforma agrária não se estabelecia, e o tema era palavra de ordem proibida pela repressão militar. Entretanto, quanto mais o governo tentava abafar as iniciativas dos movimentos pela reforma agrária, mais elas se multiplicavam, culminando, naquela época, com a guerrilha do Araguaia.

Durante o período dos governos militares (1964 a 1985) e após estes, o número de conflitos no campo cresceu por todo o País, numa forma contraditória do desenvolvimento capitalista, tendo como pano de fundo, por um lado a ampliação do capitalismo e a concentração de terras pelos latifundiários e por outro, a luta camponesa pelo acesso à terra. Assim sendo, vários movimentos sociais da luta pela terra e por melhores condições de vida e de trabalho se alastraram por todo o território nacional.

Bruno (2007, p. 61) indaga sobre as razões do apego à terra pelos proprietários de terra e de tanta intolerância dos grupos dominantes quando se trata da garantia da propriedade e da concentração fundiária e responde: “[...] a força dos grandes proprietários fundiários decorre, basicamente do poder econômico que a população outorga ao seu detentor [...]”

Vale salientar as afirmativas de Martins (1995, p. 159) de que “a terra é um bem natural, finito, que não pode ser produzido, não pode ser criado pelo trabalho” e, portanto, não pode ser considerada como capital.

Quando o capitalista compra a terra, ele converte o seu capital em renda capitalizada, renda antecipada, em direito de extrair uma renda da terra e ao mesmo tempo direito de recobrar inteiramente e até com acréscimo o seu capital, mediante a simples conversão contrária de renda capitalizada em capital. Mas ao mesmo tempo, que concentra a sua capacidade de se apoderar de uma parte da massa de mais-valia gerada socialmente, mediante a compra e a concentração da terra, o capitalista subtrai capital do processo social de produção, imobiliza o seu capital, prende-o à terra (MARTINS, 1986, p. 167).

Observa-se que, durante a década de 1980, o leque de frentes de luta pela terra é extenso, englobando trabalhadores rurais atingidos pelas construções de hidrelétricas, como no caso as de Itaipu no Sul e, no Nordeste, as de Sobradinho e Itaparica no rio São Francisco. Estes se organizaram nacionalmente, em Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens (CRABs). Outras frentes de luta pela terra se organizaram e chegaram à Amazônia para defender os interesses dos seringueiros da floresta contra os latifundiários no Acre. Ainda na região amazônica, também os povos indígenas entram no cenário com as ações de

movimentos nacionais e internacionais em defesa da demarcação das reservas indígenas. Já no Sudeste e nas áreas canavieiras do Nordeste onde a agricultura intensificou o desenvolvimento capitalista, são os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que tomam a frente da luta por melhores condições de vida e de trabalho desses trabalhadores.

Assim, em meio à ampla diversidade de movimentos sociais que se estabeleceram no campo brasileiro, surgiu, na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se expandiu rapidamente, adotando, como estratégia, os acampamentos, como forma de pressionar o governo brasileiro para a implantação da reforma agrária.

Organizado nacionalmente, ele se constitui no principal movimento social no campo e busca, através das ocupações de terras, criar fatos políticos que mobilizem e sensibilizem os governantes para a necessidade da implantação da reforma agrária. [...] Como resultado dessas pressões políticas, o movimento tem conquistado assentamentos em todos os Estados onde atua, nos quais procura desenvolver experiências de produção coletivizada através da criação de pequenas cooperativas ou associações de produtores (OLIVEIRA, 2001, p. 530).

Após o fim do regime militar e a retomada do governo pelos civis, foi criado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PRNA), conforme exigia o Estatuto da Terra<sup>2</sup>, instituído pelo governo militar de 1964, que tinha o objetivo de procurar resolver os diversos conflitos pela posse de terra no País. Para a elaboração e implantação do plano, o governo de José Sarney criou o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD). Entretanto, no transcorrer do plano, observou-se que as metas previstas para desapropriação e regularização foram muito baixas e deveu-se a uma grande luta política travada entre as forças conservadoras (proprietários de terra), que apoiavam o governo, e as forças progressistas, que defendiam a reforma.

Em 1985 foi criada a UDR (União Democrática Ruralista), com a finalidade de coordenar nacionalmente a ação desses latifundiários contra a reforma agrária. Em decorrência dessa atuação da UDR e da ausência de decisão política do governo na “Nova República”, a violência no campo continuou (OLIVEIRA, 2001, p. 532).

---

<sup>2</sup>O Estatuto da Terra foi sancionado sob o signo do governo militar do mal. Castelo Branco em 1964. Essa legislação sobre a terra é o instrumento legal de promoção da Reforma Agrária no país. Entretanto, aprovada em 1964, a Reforma Agrária só se tornou *plano* no ano de 1985 (OLIVEIRA, 1991. p. 83).

Segundo Oliveira (1991), no governo Sarney, a atuação da UDR contra a reforma agrária e a falta de atuação política, na chamada “Nova República”, por parte dos partidos que apoiavam a reforma, aumentou ainda mais a violência no campo, sendo que as metas previstas no 1º PNRA não foram cumpridas, atingindo apenas 10% durante os cinco anos da implantação do plano. Ainda neste governo, observa-se, até então, o maior número de mortes de trabalhadores rurais, principalmente no Estado do Pará que contabilizou 211 assassinatos de trabalhadores, e o Decreto-lei nº 2.363, de 23 de outubro de 1987, que extinguiu o INCRA e foi de encontro ao Estatuto da Terra.

Como se pode verificar, este decreto-lei também vai “ferir” o Estatuto da Terra em vários de seus artigos, satisfazendo as reivindicações da UDR e dos latifundiários do país, pois as áreas em produção não serão desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Não serão também desapropriadas áreas de até 1.500 ha na Amazônia, 1.000 ha no Centro-Oeste, 500 ha no Nordeste e até 250 ha no Sul/Sudeste. Além disso, a desapropriação incidirá sobre 75% da superfície do imóvel, podendo os 25% restantes ficar sobre controle do latifundiário/proprietário (isto para imóveis de até 10.000 ha). (OLIVEIRA, 1991. p. 94).

Fica claro o jogo e a atuação do governo no sentido de, disfarçadamente, prevalecer os interesses das oligarquias que sempre influenciaram politicamente as decisões com vistas a não realização da plena reforma agrária. Na realidade, o governo Sarney caracterizou-se por acordos políticos determinados pelo oligarquismo que os militares haviam assegurado. Segundo Martins (1999), não é casual que o mais oligárquico dos grupos tenha se organizado num partido político que leva justamente o nome de Partido da Frente Liberal. Ademais, muitos dos representantes do oligarquismo migraram, sem maiores problemas, para os quadros do partido de oposição à ditadura militar, considerado pelos próprios militares como um partido de esquerda, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Essa composição apareceu claramente na chapa vencedora da eleição direta: Tancredo Neves, do antigo partido oligárquico, o PSD, e José Sarney, um típico representante do clientelismo maranhense, ele mesmo envolvido em sérios conflitos com posseiros no vale do Pindaré, em terras que lhe chegaram às mãos por meio de documentos de propriedade de validade discutível (MARTINS, 1999, p. 88).

Ainda, segundo Martins (1999), havia a prática do boicote aos projetos de desapropriações de fazendas improdutivas encaminhados à Presidência,

por parte do próprio Gabinete Civil que, de forma reservada, estabeleceu uma diretriz, com a finalidade de evitar que os decretos fossem assinados ou, mesmo, fossem postos em prática. Mesmo decretos assinados pelo próprio Presidente da República, nunca foram publicados no *Diário Oficial*, deixando, assim, de ter efeito legal (MARTINS, 1999. p. 90). A notícia do boicote foi divulgada amplamente pela imprensa, resultando numa grande mobilização do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, como forma de manifestação, culminou com a invasão de 15 prefeituras no Estado do Paraná e também em outros seis estados além, inclusive, da sede do INCRA em dois estados, com o objetivo de forçar a aceleração da reforma agrária (cf Folha de São Paulo, 18 de julho de 1986, p. 25; Folha de São Paulo, 19 de julho de 1986, p. 21; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1986, p. 20; Folha de S. Paulo 25 de setembro de 1986, p. 12 (apud Martins, 1999. p. 90).

Para Martins (1999), com a elaboração da Constituição de 1988, os precários avanços que haviam ocorrido na legislação fundiária da ditadura militar com o Estatuto da Terra foram praticamente anulados pelos constituintes.

Segundo Medeiros (2003), apesar de a Constituição de 1988 assegurar que a propriedade deveria atender a função social, com uma definição baseada no Estatuto da Terra (com aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores), ela não impediu, no entanto, que o texto contivesse um conjunto de mecanismos de bloqueio à possibilidade de uma reforma agrária que as organizações representativas dos trabalhadores do campo pleiteavam. Um desses mecanismos era a definição de que as desapropriações deveriam ser feitas mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até vinte anos, a partir do segundo ano, eliminando-se o caráter punitivo de desapropriação.

Com isso, consolidou-se a tendência, dominante desde os anos 1970, mas que fora questionada em meados dos anos 1980, por meio da proposta do PNRA, de que a desapropriação fosse feita com base em valores de mercado. A aceitação dos TDAS (até então considerados "moeda podre") nos processos de privatização, já em meados dos anos 1990, reforçou ainda mais essa tendência. Eliminou, assim, o caráter punitivo das desapropriações, reivindicado pelas organizações de trabalhadores (MEDEIROS, 2003, p. 40).

Outro mecanismo apontado por Medeiros (2003) na Constituição de 1988 era o impedimento de desapropriações para fins de reforma agrária às pequenas e médias propriedades rurais, bem como à propriedade produtiva. Ainda que apontados pelas entidades representativas dos trabalhadores do campo sobre os obstáculos que a nova Constituição trouxe para a realização de transformações fundiárias no País e sobre as contradições observadas no texto, sua regulamentação foi ainda um processo demorado de quase cinco anos para que fosse feita e segundo Medeiros (2003), quando a discussão se iniciou, nova batalha parlamentar se travou, fazendo reviver o bloco ruralista, cristalizado no período da Constituinte.

Assim sendo, fica evidente o embate político sobre a questão da reforma agrária. Por um lado, as entidades representativas dos trabalhadores do campo, juntamente com outras entidades que apoiavam suas demandas (Igrejas, ONGs, organizações populares), articuladas em torno da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e, por outro lado, o bloco ruralista que defendia os interesses dos grandes proprietários de terras, exercendo sua influência política nas esferas governamentais, atuando nas emendas sobre a reforma agrária, conforme aponta Medeiros (2003, p. 41- 42):

A constituinte foi um marco nessa direção: formou-se no Congresso um “núcleo duro” em defesa da propriedade. Os parlamentares que o compunham tinham na UDR sua principal referência e, segundo Bruno (1997: 86), era Ronaldo Caiado, e não os constituintes, quem, junto com os representantes da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a CNA, escrevia as emendas sobre a reforma agrária e suas justificativas.

A partir dessa época o Bloco consolidou sua influência, garantindo lugares estratégicos de atuação, como a presidência da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara. Além disso, sempre teve peso na indicação do ministro da Agricultura e mesmo de algumas superintendências do INCRA.

Segundo Martins (1999), as ações dos camponeses, por meio dos movimentos sociais que, utilizando-se de mobilizações, haviam alcançado grande número de ocupações, reivindicando pela desapropriação de várias propriedades e assentamento de inúmeras famílias de trabalhadores rurais, vai de encontro à interpretação de vários juízes de comarcas do interior do País e de tribunais estaduais, uma vez que estes passam a jogar com a ambiguidade do conceito de

terra produtiva<sup>3</sup> para interpretar o conceito de empresa rural, fixado no Estatuto da Terra. Ainda, segundo Martins, isto refletia um lado fundamental das alianças de classe na história brasileira, mas quase sempre pouco visível. Dessa forma, a aliança entre o capital e a terra fica consumada, acarretando uma série de despejos de famílias de trabalhadores rurais.

A utilização de conceitos de “propriedade produtiva” e de “propriedade improdutiva” introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas à desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra (MARTINS, 1999, p. 90).

Após o período do governo Sarney e o *impeachment* do presidente Collor, foi instituída em 1993, durante o governo de Itamar Franco, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, conhecida como Lei Agrária, que definiu o papel social da propriedade, estabelecendo que se a função social não fosse cumprida, a propriedade seria passível de desapropriação. Segundo Medeiros (2003), a mesma lei manteve os critérios constitucionais para definição da função social, priorizando as terras rurais públicas para fins da execução da reforma agrária. O termo da categoria latifúndio foi retirado, sendo substituído por um critério menos politizado de tamanho, calculado em módulos fiscais<sup>4</sup>. Além do mais, essa mesma lei apresentava outros pontos contraditórios do ponto de vista jurídico, os quais dificultavam as desapropriações.

---

<sup>3</sup>Segundo o INCRA, a propriedade rural considerada produtiva é aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração segundo índices fixados pelo órgão federal competente. O Grau de Utilização da Terra deverá ser igual ou superior a 80% e o Grau de Eficiência na Exploração da terra, deverá ser igual ou superior a 100%. Estes índices só foram definidos com a instituição da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

<sup>4</sup>Leva em consideração o tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar. Cada município tem o seu módulo fiscal determinado pelo IBGE. O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo a pequena propriedade aquela de área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade aquela área entre 4 e 15 módulos fiscais e grande propriedade a que excede esse limite (MEDEIROS, 2003, p. 43).

A Lei Agrária ainda manteve alguns pontos controversos, tornando as desapropriações passíveis de discussões judiciais. O mais significativo deles diz respeito à tensão existente entre os requisitos para o cumprimento da função social e a definição de que terras produtivas não poderiam ser desapropriadas. Além disso, ao contrário das desapropriações por utilidade pública, em que o proprietário só tinha condições de discutir na justiça o valor fixado para o ressarcimento, no caso das terras para fins de reforma agrária o proprietário poderia levar aos tribunais o julgamento do mérito (MEDEIROS, 2003, p. 42).

Medeiros (2003) afirma que apesar do sucesso político do Plano Real, no primeiro mandato do governo FHC, os conflitos no campo perduraram, observando-se a ocorrência de práticas de violência, por parte dos grandes proprietários e também por parte das autoridades governamentais, contra trabalhadores rurais, fatos estes que contribuíram, de um lado, para o desgaste da popularidade de FHC e por outro, para o fortalecimento do MST e outros movimentos sociais que clamavam por justiça no campo. Essa situação conflituosa, com sucessivas invasões e ocupações de terras pelos movimentos sociais, ocasionando ondas de violência no campo, trouxeram à tona novamente o tema da questão agrária, levando o governo a criar, de forma emergencial, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), organização com poderes ministeriais, instituída em 1996, mas sem a estrutura operacional correspondente a um ministério.

Algumas mudanças ministeriais ocorreram nesse período. O Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com estrutura permanente. Vale ressaltar que, antes da criação do MEPF, o INCRA era subordinado ao Ministério da Agricultura, tradicional espaço de controle dos empresários rurais. Com a criação do MDA, o INCRA passa ser subordinado a esse Ministério.

Com essas medidas, o governo tenta retomar a iniciativa política sobre a questão fundiária. Por sua vez, houve um incremento das ações do MST com intensificação das mobilizações, cujo objetivo também era o de conquistar o apoio da opinião pública em favor de sua causa.

Com o destaque do MST na mídia e a intensificação das mobilizações do movimento, o governo de FHC buscou estratégias para diminuir e enfraquecer o poder de mobilização do MST. Tais estratégias pautaram-se na descentralização da reforma agrária, atribuindo novas competências aos estados e municípios, buscando adequá-las à lógica do mercado.

Com a descentralização das ações do governo federal, o governo de FHC impôs uma política que, além da questão agrária, estava em vista uma reforma política mais ampla.

A nova institucionalidade inseriu-se em marcos mais amplos do que a questão agrária propriamente dita, na medida em que se regia pelos parâmetros de uma reforma do Estado em curso, cujas diretrizes centrais eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização. No seu conjunto, elas, de um lado, agilizaram as ações fundiárias governamentais, eliminando alguns gargalos; de outro, procuraram retirar a iniciativa política dos movimentos de luta por terra, inibindo suas ações (MEDEIROS, 2003, p. 50).

Cabe lembrar que, no governo FHC, várias medidas foram tomadas, com vistas a agilizar as desapropriações de imóveis para fins de assentamentos de famílias rurais. Entretanto, observa Medeiros (2003), que todo o conjunto de medidas, buscava inibir a ação das organizações dos trabalhadores rurais, em especial do MST. Isso pode ser comprovado com a regulamentação que proibia a realização de vistorias em áreas ocupadas (a ocupação era a principal estratégia do MST), inviabilizando, portanto, sua desapropriação. Para o governo FHC, as ocupações realizadas pelo MST eram o principal fator de geração de fatos políticos. Outra medida adotada foi a regulamentação da impossibilidade de acesso a recursos públicos, em qualquer das esferas de governo, por entidades que, de alguma forma, fossem consideradas suspeitas de serem participantes, coparticipantes ou incentivadoras de ocupações de imóveis rurais ou bens públicos. Caso a entidade já dispusesse de algum tipo de convênio ou instrumento correlato, o governo poderia reter os recursos e rescindir os contratos.

Dessa forma, com o conjunto de medidas descentralizadoras adotadas, tais como a criação dos Conselhos Estaduais de Reforma Agrária, o governo busca, por um lado, agilizar o processo de desapropriação, mas, por outro lado, inibir ou diminuir as ocupações, visando enfraquecer as ações dos movimentos sociais.

Segundo Medeiros (2003, p. 58), outra estratégia de FHC foi a valorização do mercado como mecanismo para ampliar o estoque de terras destinado a assentar famílias que demandassem o acesso à terra. Dessa forma, os setores ligados à grande propriedade, exerceram pressão para a formulação de mecanismos de obtenção de recursos fundiários com base na negociação e compra, em detrimento da desapropriação.

Igualmente, Medeiros (2003) observa que, com a estabilidade econômica e controle da inflação, devido ao Plano Real, há uma suposição por parte do governo de que o mercado havia barateado o preço de terra. Desde então, essa notícia é amplamente divulgada pelo governo nos meios de comunicação.

A partir da suposição de uma queda dos preços da terra e, conseqüentemente, de que havia uma oferta desse ativo no mercado – o que era confirmado pelas notícias, cada vez mais recorrentes, de que diversos proprietários procuravam o INCRA para oferecer suas terras para desapropriação -, a opção do governo foi pelo estímulo à obtenção de recursos fundiários no mercado, no qual, além da hipótese de encontrar preços mais baixos, haveria um ganho político, por se privilegiar a negociação, e não o confronto (MEDEIROS, 2003, p. 61).

Essa foi a base para o lançamento da proposta da “Reforma Agrária de Mercado” que segundo Sauer (2004) baseava-se nas orientações propostas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), criando os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com negociação de novos recursos para o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

Tais programas têm gerado intensos debates, e muitas ações (seminários, audiências públicas no senado, reuniões de negociação, solicitação de inspeção, etc.) por parte de organizações não governamentais e dos movimentos sociais agrários. O próprio BIRD, através do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento (Nead), órgão do MDA, tem financiado uma série de estudos que buscam demonstrar a eficácia desse tipo de mecanismo como uma nova abordagem à questão da demanda histórica por uma reforma agrária no Brasil (SAUER, 2004, p. 40).

Vale salientar, ainda sobre as ideias de Sauer (2004), que essa “Reforma Agrária de Mercado”, desde a sua formulação e negociação de recursos do Banco Mundial (BIRD), vem sendo alvo de duras críticas, principalmente das entidades que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo e da Rede Brasil de Instituições Financeiras Multilaterais. Em vários países onde a experiência de implantação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado se aplicou, não mostrou resultados satisfatórios quanto à melhoria da qualidade de vida das famílias nem das condições da capacidade de pagamento dos financiamentos para a compra de terras.

Mesmo assim, Sauer (2004) observa que o governo FHC, por meio do MDA, implantou o Programa Cédula da Terra em 1997 e, em seguida, o

Programa Banco da Terra em 1998. Justamente, como visto antes, numa época em que os conflitos sociais da luta pela terra, promovidas pelos movimentos sociais, em especial pelo MST, estavam no auge dos confrontos, bastante divulgados na mídia, como foi o caso dos Massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás. Segundo a Comissão Pastoral da Terra CPT, citado por Domingos Neto (2004), no período entre 1995 e 1999, verificaram-se 667 conflitos com 508.507 pessoas envolvidas.

A implantação do Programa Banco da Terra tinha como pano de fundo disfarçado o de desmobilizar e conter as ações dos movimentos sociais, com a estratégia da criminalização das ações desses movimentos.

O Programa Banco da Terra surgiu com o objetivo não só de acesso à terra, pelos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, através de crédito para a compra de imóveis rurais e implantação da infraestrutura, mas também como uma política de caráter permanente, complementar à reforma agrária, pois permite o financiamento para a aquisição de propriedades rurais que não são passíveis de desapropriação.

Segundo Domingos Neto (2004), o Programa Banco da Terra, assim como o seu antecessor Cédula da Terra, fazem parte e integram as políticas para a intervenção no quadro agrário, englobando uma proposta mais ampla, o que se denominou de a construção de um “Novo Mundo Rural”. O documento sintetizava as principais propostas da reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002). Assim, em 1999, o Governo FHC lança um documento intitulado “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural Brasileiro”. Esse documento traz em seu bojo mudanças na condução da reforma agrária, instituindo o Programa Banco da Terra (mercantilização da terra), além de outras diretrizes como os conceitos de desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e a descentralização do poder de decisão para a alçada dos estados e municípios.

Outra estratégia do governo FHC, na formulação do documento, detectada por Alentejano (2000), diz respeito à proposta de unificação da política de crédito e assistência técnica. A extinção do PROCERA<sup>5</sup> e a inserção do PRONAF foi alvo de críticas dos movimentos sociais, inclusive da Comissão Pastoral da Terra-

---

<sup>5</sup>Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

CPT, que obrigou o governo a negociar essa decisão criando a linha PRONAF-A<sup>6</sup> que dava condições diferenciadas para os assentados em relação aos agricultores familiares, revogando assim, a formulação inicial de unificar os programas de financiamento.

Fica claro aqui o caráter dominante nas formulações governamentais dos “aspectos técnicos”, eufemismo para designar a racionalidade economicista que impera, mesmo que envolta de análise e justificativas teórico-conceituais supostamente consistentes, mas, em geral, antagônicas e distanciadas da realidade. (ALENTEJANO, 2000, p. 96).

Alentejano (2000), da mesma forma que Medeiros (2003), observa que apesar das estratégias adotadas no primeiro mandato, o governo FHC tinha dificuldades em relação ao MST, não conseguindo desmobilizá-lo politicamente. Assim sendo, o governo resolveu mudar a estratégia.

[...] a partir deste momento, o governo muda suas armas passando a centrar suas ações em duas frentes: (1) intensificação da repressão, através da criminalização das ações do movimento e perseguição de suas lideranças; (2) alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes básicas de “oxigenação” do movimento, quais sejam, a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar. (ALENTEJANO, 2000, p. 96).

Segundo Alentejano (2004), a criminalização das ações do MST concretiza-se na perseguição de suas lideranças, proibição das entidades envolvidas em ocupações de imóveis rurais ou de bens públicos, de receber recursos públicos e de os cidadãos, envolvidos em ocupações de terras ou de prédios públicos, serem beneficiários de assentamento.

Nesse contexto político, o governo FHC lança o Programa Banco da Terra, cuja finalidade é o financiamento para a obtenção de terras. Observa-se a descentralização das ações fundiárias do governo federal, que transfere a grande parte das responsabilidades para o âmbito estadual e municipal, visando contar com as forças políticas locais e acreditando na incapacidade de o movimento se contrapor a essas forças. Segundo Alentejano (2004), o governo também aposta na

---

<sup>6</sup>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Linha especial de investimento para implantação de atividades produtivas e para a estruturação das propriedades dos assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dos beneficiários do Programa Banco da Terra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

desmobilização dos Sem Terra, uma vez que, teoricamente, oferece a possibilidade de obtenção de terra sem a necessidade de invasões e conflitos.

Por sua vez, conforme Alentejano (2000), o Programa Banco da Terra também passa a ser atrativo para os proprietários de terras, uma vez que, no contexto atual, a terra já não tem mais o atrativo de valor como ativo financeiro, diferentemente dos anos 1970 em que havia fartura de crédito subsidiado e barato, permitindo a alguns proprietários a aquisição de terras, como forma de proteção contra as oscilações da economia. Isso demonstra que a terra no Brasil adquiriu o caráter de reserva de valor e, conforme Oliveira (2007, p. 27), reserva patrimonial. Dessa forma, o programa possibilita aos proprietários obterem, de imediato, a realização da renda fundiária. Vale lembrar também que o Programa realiza a compra de terras com pagamento em dinheiro vivo, enquanto nas desapropriações realizadas pelo INCRA, para fins de reforma agrária, o pagamento da terra se dá com títulos da dívida agrária (TDAs), considerados como moeda podre para grandes grupos financeiros, uma vez que estes dificilmente poderiam ser utilizados nos processos de privatizações do governo.

A grande controvérsia quanto à reforma agrária, antes do golpe de Estado, não era quanto a fazê-la ou não. Era quanto à forma de pagamento. De um lado, os capitalistas e proprietários reivindicavam pagamento em dinheiro; de outro, os interessados na reforma distributivista queriam o pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis a longo prazo. (MARTINS, 1986, p. 168).

Dessa forma, é oportuno lembrar as palavras de Martins (1999) ao discutir a concentração de capital e concentração de terras:

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. (MARTINS, 1999, p. 129).

O que se visualiza no Programa Banco da Terra, também denominada de “Reforma Agrária de Mercado”, é o pagamento das terras à vista aos proprietários de terras e assim sendo, a reforma agrária não significa empecilho algum, pois a terra no modo capitalista de produção é renda capitalizada permitindo a quem tem a propriedade privada da terra obter renda de diversas formas seja produzindo seja, arrendando ou vendendo.

### 3 O QUADRO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL

#### 3.1 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO: EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA E DO USO DA TERRA

O município de Centenário do Sul está localizado na Mesorregião Norte Central do Estado do Paraná, fazendo parte da Microrregião Geográfica de Astorga, tendo como coordenadas geográficas 22° 49' 16"S e 51° 35' 43"W. Apresenta relevo suave-ondulado com dois tipos de solo predominantes: latossolo vermelho e argissolo vermelho (EMBRAPA, 1999). O clima da região é classificado como subtropical-Cfa, sendo a temperatura média no mês mais frio inferior a 18 °C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22 °C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida (INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ, 1994).

Centenário do Sul possui área de 372 quilômetros quadrados com uma população de 11.190 habitantes, sendo 9.334 da área urbana e 1.856 da área rural. O município sofreu uma diminuição gradativa da população total destacando-se a significativa diminuição da população rural. Observa-se que o marco dessa retração ocorre a partir do ano de 1970, com perdas da ordem de 50% do seu contingente no decorrer de cada década. Essa retração da população rural de 1970 a 2010 deve-se à mudança da principal atividade agrícola, o café, cuja área veio diminuindo significativamente após a geada de 1975, acarretando o aumento do êxodo rural. Também contribuiu para esse êxodo rural, o processo de modernização da agricultura, que foi incentivado pelo governo no período da “revolução verde”, promovendo o desenvolvimento da agricultura mecanizada e incentivando a diversificação ou a substituição por outras culturas como a soja e o trigo que predominaram na Mesorregião Norte Central do Paraná. No caso do município de Centenário do Sul, a cultura que mais se sobressaiu foi o algodão. Com a substituição do café por outras culturas que demandavam menos mão de obra, observou-se que a população rural caiu de 70,2% em 1970 para 16,6% em 2010 (Tabela 1).

**Tabela 1** – População residente por situação do domicílio-Centenário do Sul – PR.

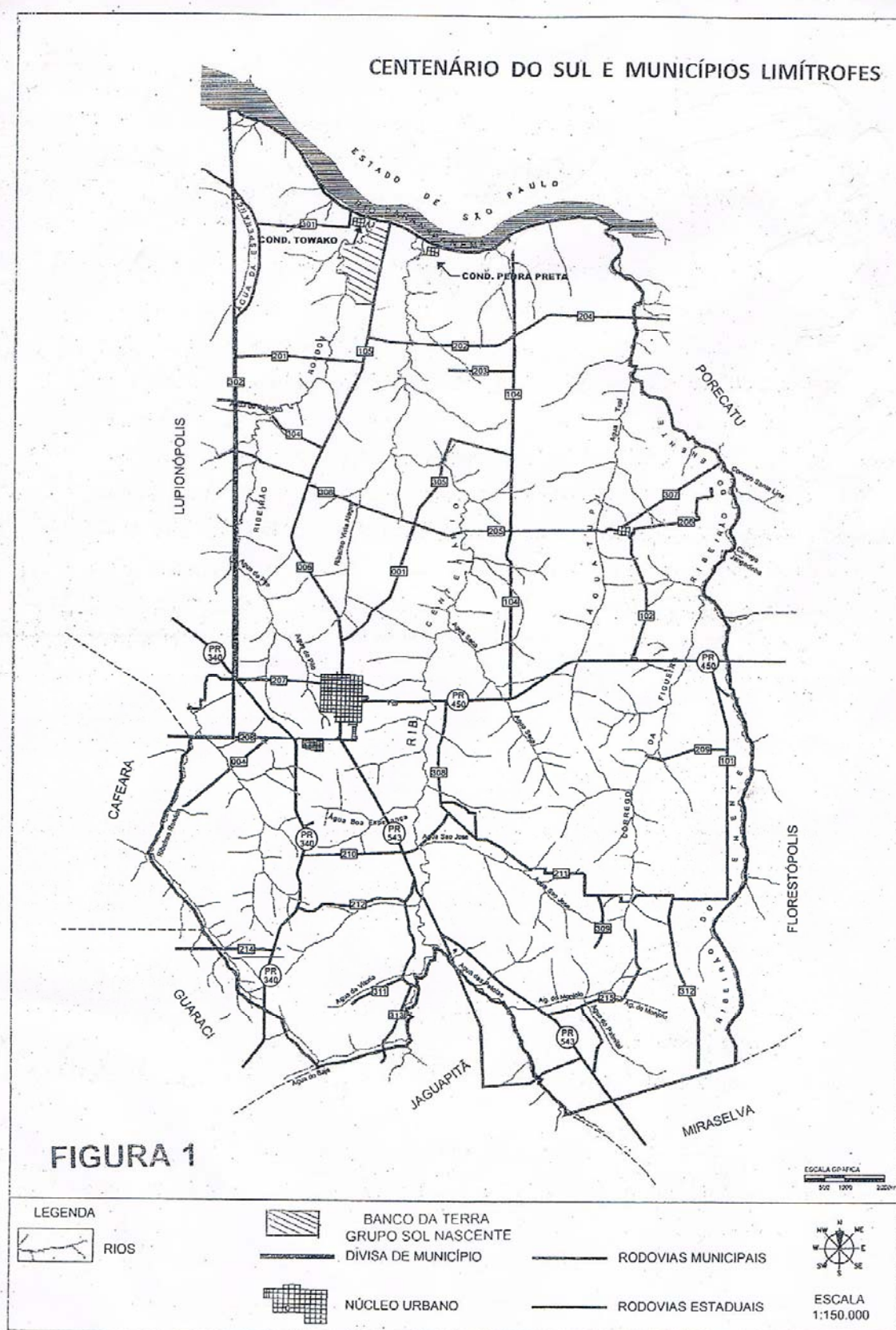
ANO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO			
	TOTAL	URBANA (%)	RURAL	(%)
1970	19.543	5.821	13.722	70,22
1980	16.392	29,78	8.568	52,27
1991	14.269	7.824	4.279	29,99
2000	11.817	47,73	2.580	21,83
2010	11.190	9.990	1.856	16,59
		70,01		
		9.237		
		78,17		
		9.334		
		83,41		

\*Censo demográfico de 2010.

**Fonte:** IBGE (2013).

A base territorial de Centenário do Sul faz divisa com os municípios de Porecatu, Florestópolis, Lupionópolis, Cafeara, Miraselva, Guaraci e Jaguapitã. (IBGE, 2010). (Figura 1).

Figura 1 – Centenário do Sul e Municípios Limítrofes.



Fonte: Prefeitura municipal de Centenário do Sul – Pr (2012).

O povoamento do território do atual município de Centenário do Sul iniciou-se com a febre colonizadora que assolou o Paraná a partir da década de 1930. A formação do povoado teve início entre os anos de 1943 e 1945. A notícia da excelente fertilidade do solo e a facilidade para a aquisição de terras atraiu um contingente populacional significativo em busca da riqueza, tais como as transações imobiliárias, agrícolas e comerciais, bem como muitos homens de negócios, fazendeiros e agricultores. A maioria das famílias que se deslocou para Centenário do Sul tinha em mente o cultivo do café que, na época, se constituía em uma atividade promissora. Segundo Priori (2000), esse processo de colonização ocorreu por causa da implementação da nova política de terras do Governo Vargas.

A colonização dessa região começou no final dos anos 30 e início dos anos 40, no contexto da nova política de terras implementada pelo Governo Vargas e conhecida como a *Marcha para o Oeste*. Com Vargas, o Brasil vai criar, pela primeira vez, a possibilidade de efetivar um reordenamento agrário. A ideia de grandes propriedades latifundistas produzindo para exportação, tão arraigada entre as classes dominantes da República Velha, será em tese, transformada em uma política voltada para constituição de uma política agrária, tendo como princípio a pequena e média propriedade, com base em núcleos coloniais, com vista à produção de alimentos e matérias primas para atender a uma demanda interna cada vez mais crescente (PRIORI, 2000, p. 13).

De acordo com Priori (2000), Centenário do Sul e municípios vizinhos, faziam parte da região denominada de Porecatu que, por sua vez, fazia parte do município de Sertanópolis.

A região denominada de “Porecatú” está encravada no extremo norte do Estado do Paraná e é formada, atualmente, pelos municípios de Porecatú”, Alvorada do Sul, Florestópolis, Miraselva, Centenário do Sul, Lupionópolis, Cafeara, Guaraci e Jaguapitã. No início dos anos 40 essa região fazia parte do município de Sertanópolis, da qual se desmembrou, para em 1948 constituir os municípios de Porecatú e Jaguapitã. (PRIORI, 2000, p. 13).

Em 10 de outubro de 1947(sic), o povoado de Centenário do Sul é elevado a Distrito Administrativo de Jaguapitã, pela Lei Estadual nº 02, em virtude da eleição de Jaguapitã a município. Centenário do Sul foi elevado a município no dia 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, desmembrando-se de Jaguapitã (CENTENÁRIO DO SUL, 2012).

Trata-se de um município que, historicamente, foi palco de grandes conflitos de terra. A exemplo disso, o município conta com a Vila Progresso (Figuras

2 e 3), hoje distrito administrativo de Centenário do Sul, que teve seu início de formação na década de 1940; foi um grande centro comercial que começou a se desenvolver com a formação das fazendas cafeeiras e também, cenário de um dos mais sangrentos conflitos armados que o Norte do Paraná já teve registro, sendo o pivô central da Guerra de Porecatu no final da década de 1940, que envolveu os municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Jaguapitã, Florestópolis e Miraselva (CENTENÁRIO DO SUL, 2012). O conflito se deu pela disputa da terra envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros, tendo também a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), conforme descreve Ferreira (2012):

Muitos fazendeiros conseguiram anexar terras dos posseiros às suas propriedades através de influência política, com o apoio dos governadores da época. Com o conflito generalizado, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) entrou na luta, aproveitando o clima criado. Diversos membros incentivaram o uso da força para que os posseiros tivessem um pedaço de terra. O conflito se agravou com a entrada da polícia militar do Paraná. Intensas emboscadas com mortes foram registradas e muitos comunistas e pequenos agricultores foram presos e torturados para que confessassem a sua participação. Com a repressão policial nos primeiros anos da década de 50, os comunistas abandonaram a região e se refugiaram em outros estados.

Hoje a Vila Progresso conta com uma população reduzida em meio aos canaviais da Usina Central de Porecatu, abrigando famílias de trabalhadores rurais temporários.

Para melhor entender o processo de formação do atual quadro agrário de Centenário do Sul, vale salientar que na década de 1930, após a crise econômica mundial, o Brasil atravessava dificuldades financeiras, bem como o Estado do Paraná, que tinha na monocultura do café a sua principal base econômica. Segundo Westphalen et al. (1988), o governo que antecedeu Getúlio Vargas, favorecia a concessão de terras devolutas, a preços irrisórios, ou até mesmo gratuitamente, às empresas de colonização e de construção de estradas. Por essa ocasião, o governo também favorecia a legitimação de grandes áreas, originando a formação de grandes latifúndios. No Paraná, a partir da revolução de 1930, o governo do interventor Mário Tourinho, em 1931, anula as concessões de terras ou as declara caducas pela inadimplência de cláusulas contratuais.

**Figura 2** – Primeiras casas da Vila Progresso na década de 1940.



**Fonte:** Do próprio autor (2013).

**Figura 3** – Antiga casa comercial, hoje desativada em Vila Progresso.



**Fonte:** Do próprio autor (2013).

Manuel Ribas assume o governo como Interventor Federal do Paraná em 1932. Durante o seu governo, milhares de hectares de terras são retornados ao patrimônio do Estado. Segundo Westphalen et al. (1988), a situação da organização do cadastro territorial era muito grave, tendo em vista as fraudes e os vícios praticados, especialmente pelos “grileiros”, que forjavam documentos.

Dessa forma, o governo de Manoel Ribas resolve assumir o papel de colonizador, tendo como medidas as rescisões de contratos com as empresas de colonização, exceto com a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e a Companhia de Francisco Gutierrez Beltrão. Pela Portaria nº 8568, de 1939, o Governo do Paraná iniciava ao norte e a oeste da Companhia de Terras Norte do Paraná, nova fase de colonização oficial, fundando várias colônias no norte e noroeste do estado tais como as de Içara, Jaguapitã, Centenário, Pagu e Paranavaí. O governo do Estado utilizou sistema de colonização semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná que loteava a terra em pequenos lotes rurais com área em torno de 15 alqueires<sup>7</sup> (36,30 ha). As Colônias Centenário e Paranavaí foram exceções, pois foram loteadas em fazendas com grandes áreas de dimensões variadas, conforme a localização em relação à sede da Colônia (WESTPHALEN, 1988, p. 17).

Em relação à Colônia Centenário, podemos complementar com as afirmativas de Ferreira:

A Colônia Centenário abarcava a outra parte do município de Porecatu que estava nos limites da ex-concessão Alves de Almeida. Aberta em 1944, esta colônia desde logo se diferenciou das demais por ter sido loteada em grandes propriedades. Desta forma, o governo outra vez acabou por impedir que inúmeros posseiros, já residentes na própria área da colônia e nos tratos isolados adjacentes, pudessem comprar e regularizar sua situação diante do Estado (FERREIRA, 1984, p. 69).

Era a época da febre colonizadora no Paraná em virtude da grande propaganda promovida pelo governo, que ressaltava a excelente fertilidade dos solos da região norte do Paraná, denominadas popularmente de terra roxa, propícias à cultura do café, e a facilidade para a compra de terras com preços e prazos acessíveis para o pagamento. Assim, em pouco tempo, Centenário do Sul foi formando um grande número de estabelecimentos rurais.

Durante a década de 1960, a cultura do café estava no auge, sendo o Paraná o maior produtor e exportador mundial de café. No município de Centenário do Sul, predominavam as pequenas e médias propriedades. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1960, (IBGE, 1967) o município totalizava 630 estabelecimentos rurais, sendo 80,6% destes com área de até 50 hectares, predominando a faixa entre 20 e 50 ha, representando 35,25% do total dos estabelecimentos. Entretanto, o estrato de até 50 ha, totalizava apenas 23% da área

---

<sup>7</sup> Um alqueire paulista equivale a uma área de 2,42 hectares ou 24.200 m<sup>2</sup>.

agrícola total, demonstrando haver uma concentração de área por parte dos médios e grandes estabelecimentos rurais (Tabela 2).

**Tabela 2** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul-1960

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	51	8,09	51	0,12
2 a 5	90	14,30	346	0,85
5 a 10	57	9,04	448	1,11
10 a 20	88	13,97	1322	3,28
20 a 50	222	35,25	7058	17,53
50 a 100	57	9,04	4130	10,25
100 a 200	27	4,28	3957	9,81
200 a 500	28	4,45	8991	22,32
500 a 1000	6	0,96	4122	10,22
1000 a 2000	2	0,31	3422	8,49
Maior que 2000	2	0,31	6461	16,02
<b>TOTAL</b>	<b>630</b>	<b>100,00</b>	<b>40308</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agrícola 1960.

**Fonte:** IBGE (1967).

Trata-se do auge da cafeicultura no norte do Paraná e, conforme o Censo Agropecuário sobre a utilização da terra com lavouras, em 1960 apresentava predominância de lavouras permanentes, com 30% de participação, principalmente da cafeicultura. Nota-se também uma área expressiva, ocupada com pastagens artificiais ou cultivadas, representando 34% dos estabelecimentos agrícolas naquele ano. As pastagens destinavam-se, sobretudo à pecuária de corte, que entrava como opção de diversificação agropecuária na propriedade. As lavouras temporárias ocupavam 16%, estando incluída nessa última categoria a cana-de-açúcar. Isso vem demonstrar que, apesar de o café ser a principal atividade agrícola econômica, o município de Centenário do Sul já apresentava diversificação das atividades agropecuárias (Tabela 3).

**Tabela 3 - Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul-PR (1960).**

<b>Utilização das terras</b>	<b>Informantes</b>	<b>Área (ha)</b>
Lavouras permanentes	564	19962
Lavouras temporárias	254	3184
Pastagens naturais	21	281
Pastagens artificiais	535	7978
Matas e florestas naturais	155	7909
Matas e florestas plantadas	12	163
Terras incultas	30	575
Terras irrigadas	1	1

\*Censo agrícola de 1960

**Fonte:** IBGE (1967).

Ainda, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1960 (IBGE, 1967), a condição de posse dos responsáveis desses estabelecimentos rurais, era a maioria constituída de proprietários que ocupavam uma área de 11.224 hectares, representando aproximadamente 28% da área total. Uma categoria interessante era a dos arrendatários. Estes estão classificados pelo IBGE segundo a forma de pagamento que pode ser em dinheiro ou em produto. Outra categoria considerada pelo IBGE era a dos administradores que, naquele mesmo ano, totalizava 115, ocupando uma área de 27.594 hectares, aproximadamente 62% da área total do município. Esses administradores ocupavam, principalmente, as grandes propriedades de café cujos proprietários residiam, em sua maioria, fora do município ou do Estado (Tabela 4).

**Tabela 4** - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1960.

Condição do Responsável	Estabelecimentos			
	Nº	(%)	Área (ha)	(%)
Proprietário	445	72	11.224	27,8
Arrendatário pagamento em dinheiro	2	0	884	2,2
Arrendatário pagamento em produto	20	3	604	1,5
Ocupante	2	0	2	0
Administrador	151	25	27.594	68,5
<b>TOTAL</b>	<b>620</b>	<b>100</b>	<b>40.308</b>	<b>100</b>

\*Censo agrícola de 1960

Fonte: IBGE (1967).

No ano de 1970, conforme o Censo Agropecuário do IBGE (1975), podemos observar que a estrutura fundiária do município de Centenário do Sul permanecia muito semelhante à registrada no Censo de 1960, com predominância de estabelecimentos rurais de até 50 hectares, que representava 83% dos estabelecimentos rurais. Porém, podemos observar que em relação à área ocupada por esses estabelecimentos de até 50 hectares ela representa apenas 26% da área agrícola do município, o que demonstra a questão da concentração fundiária por parte de uma minoria de grandes proprietários de terras. O estrato de 200 até 1.000 ha representava 5% do número de estabelecimentos e 39% da área agrícola do município enquanto em 1960 representava 5% do número de estabelecimentos e 32% da área do município, mostrando que, apesar de o número de estabelecimentos permanecer o mesmo para esse estrato, houve concentração de área por parte dos estabelecimentos de 200 a 1.000 ha (Tabela 5).

**Tabela 5** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul - 1970.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	12	1,8	52	0,1
2 a menos que 5	65	9,8	254	0,7
5 a menos que 10	97	14,6	748	2,0
10 a menos de 20	148	22,2	2.152	5,6
20 a menos de 50	230	34,6	6.906	18,2
50 amenos de 100	52	7,8	3.770	9,9
100 a menos de 200	23	3,4	3.060	8,0
200 a menos de 500	26	3,9	8.174	21,5
500 a menos de 1.000	9	1,4	6.813	17,9
Maior que 1.000	3	0,5	6.134	16,1
<b>TOTAL</b>	<b>665</b>	<b>100</b>	<b>38.063</b>	<b>100</b>

**Fonte:** IBGE (1975).

No que se refere à ocupação das terras em 1970, observa-se um quadro muito semelhante ao de 1960, com predominância de lavouras permanentes, em especial o café, ocupando 33% da área agrícola do município, significando aumento de 3% e de pastagens cultivadas ocupando 39%, significando aumento de 5%. Da mesma forma, não há mudança significativa em relação à ocupação das terras por lavouras temporárias que, em 1960, ocupavam 16% da área agrícola do município, passando a ocupar 19% em 1970, significando aumento de 3% (Tabela 6).

**Tabela 6 - Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1970).**

<b>Utilização das terras</b>	<b>Informantes</b>	<b>Área (ha)</b>
Lavouras permanentes	411	12455
Lavouras temporárias	419	7099
Pastagens naturais	3	11
Pastagens artificiais	486	14833
Matas e florestas naturais	83	2534
Matas e florestas plantadas	46	96
Terras em descanso e terras produtivas	66	490
Terras irrigadas	1	1

**Fonte:** IBGE (1975).

Um fato significativo, sobre a condição do produtor foi o aumento, em 1970, de produtores arrendatários (Tabela 6), o que era pouco representativo na década passada, conforme os dados apresentados pelo IBGE de 1960 (Tabela 3). Isso se deve em razão do aumento das áreas de algodão e de pastagens. Naquela época, era comum que muitos pecuaristas da região arrendassem parte da área ocupada com pastagem mais degradada, para que a terra fosse cultivada com culturas temporárias, com o objetivo de reformar as pastagens, sobressaindo a cultura do algodão. Após a exploração da terra por dois ou três anos, o arrendatário se comprometia a entregá-la ao proprietário com a pastagem formada e renovada que, segundo Oliveira (2007), caracteriza-se como renda pré-capitalista na forma de renda em trabalho.

A renda em trabalho é a forma mais simples da renda da terra, pois o produtor direto, com os instrumentos de trabalho que lhes pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavar parte dessas terras para si próprio [...] Dessa forma, o trabalhador dá gratuitamente (às vezes coercitivamente) dias de trabalho a outrem. Esta forma, com que se expressa o trabalho excedente não pago, é a renda em trabalho. (OLIVEIRA, 2007, p. 58-59).

**Tabela 7** - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1970

Condição do	Estabelecimentos	Área (ha)
Proprietário		
Proprietário	514	35.768
Arrendatário	162	2.200
Parceiro	6	72
Ocupante	2	3

**Fonte:** IBGE (1975).

Em 1975, conforme o Censo Agropecuário do IBGE, verificamos a continuidade do predomínio da pequena propriedade. Os estabelecimentos rurais com até 50 ha representavam 83% do número total de estabelecimentos, permanecendo o mesmo índice observado em 1970. Entretanto, observa-se que essa maioria dos estabelecimentos representava apenas 22% da área agrícola total do município, permanecendo, portanto a concentração fundiária. Verifica-se ainda uma diminuição de oitenta e oito estabelecimentos rurais, que cai de 665 em 1970 para 577 em 1975, representando uma queda de 13%. Ao analisarmos o estrato compreendido entre 200 e 1.000 ha, verifica-se que este representa apenas 5,5% do número de estabelecimentos, porém, engloba 41% da área agrícola do município. Em relação aos grandes estabelecimentos há uma diferenciação no que se refere à estratificação observada no Censo Agropecuário anterior. Em 1970, verificava-se a presença de três estabelecimentos rurais acima de 1.000 ha os quais totalizavam 6.134 ha enquanto em 1975, o Censo Agropecuário do IBGE faz uma divisão no estrato acima de 1.000 ha. Assim sendo, podemos observar a presença de três estabelecimentos no estrato entre 2.000 e 5.000 ha, havendo um vazio no estrato entre 1.000 e 2.000 ha. Dessa forma, constata-se grande concentração fundiária representada pelos três estabelecimentos acima de 2.000 ha, pois representam apenas 0,52% do número total de estabelecimentos rurais, mas que congregam mais de 20% da área agrícola do município (Tabela 8).

**Tabela 8** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul -1975.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	35	6,06	33	0,09
2 a 5	55	9,53	220	0,61
5 a 10	119	20,63	913	2,56
10 a 20	99	17,15	1447	4,05
20 a 50	172	29,81	5182	14,50
50 a 100	38	6,60	2686	7,51
100 a 200	24	4,16	3205	8,97
200 a 500	22	3,81	6995	19,57
500 a 1000	10	1,73	7626	21,35
Maior que 1000	3	0,52	7429	20,79
<b>TOTAL</b>	<b>577</b>	<b>100,00</b>	<b>35736</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 1980.

Fonte: IBGE (1983).

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 1975, ao analisarmos a utilização das terras (Tabela 8), podemos notar que o número de estabelecimentos ocupados com lavouras permanentes permaneceu muito próximo ao observado no Censo de 1970 (Tabela 5). Entretanto, em relação à ocupação das terras com lavouras temporárias, o número de estabelecimentos caiu de 419 para 238, significando redução de 43%. Apesar da redução do número de estabelecimentos, observa-se que a área ocupada com lavouras temporárias sofreu pequena redução, não diminuindo na mesma proporção. Sendo assim, pode-se deduzir que os estabelecimentos ocupados com lavouras temporárias aumentaram a área de plantio quase que na mesma proporção referente à diminuição do número de estabelecimentos. Quanto às áreas utilizadas com pastagens, observa-se que em 1970 havia 489 estabelecimentos, ocupando uma área de 14.984 ha. Após cinco anos, essa situação muda significativamente quando se observa os dados do Censo Agropecuário de 1975, os quais apontam uma diminuição de 489 para 226 estabelecimentos ocupados com pastagens, muito embora a diminuição de área não siga a mesma proporção, pois cai de 14.984 ha para 13.365 ha. Essa diminuição da área de pastagens pode ser justificada pelo aumento da área ocupada com lavouras temporárias, podendo-se deduzir que vários estabelecimentos decidiram realizar o processo de reforma de pastagens, que consiste em substituir a pastagem degradada com o cultivo de lavouras temporárias por um ou dois anos e, só depois,

reimplantar a pastagem. Esse processo aplica-se à categoria das pastagens naturais que em 1970 totalizava apenas 11 ha, enquanto em 1975 totalizava 5.219 ha. Segundo o Censo Agropecuário de 1975, consideram-se como pastagens naturais, aquelas constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato, enquanto as pastagens plantadas abrangem as áreas destinadas ao pastoreio formadas mediante plantio. As mesmas considerações metodológicas foram observadas no Censo Agropecuário de 1970. Dessa forma, o aumento significativo da área ocupada com pastagens naturais, pode ser explicado pela entrada de espécies invasoras nas áreas de pastagens plantadas, ocorrendo, assim, um processo natural de substituição de espécies. Segundo o EMATER, quando isto ocorre, as pastagens diminuem a capacidade de lotação<sup>8</sup>, acarretando menor produtividade animal. É quando, muitas vezes o pecuarista decide realizar a reforma de pasto, normalmente valendo-se do sistema de parceria ou de arrendamento para o plantio de lavouras temporárias.

**Tabela 9** - Utilização das terras por estabelecimento Centenário do Sul (1975).

Utilização das terras	Informantes	Área	
		(ha)	(%)
Lavouras permanentes	433	11.954	34,20
Lavouras temporárias	238	8.041	23,00
Pastagens naturais	197	5.219	14,93
Pastagens plantadas	29	8.146	23,30
Matas e florestas naturais	36	1.463	4,18
Matas e florestas plantadas	21	36	0,10
Terras em descanso	3	13	0,04
Terras produtivas não utilizadas	22	84	0,25

\*Censo Agropecuário 1975.

**Fonte:** IBGE (1979).

<sup>8</sup> Capacidade de a pastagem manter determinado número de unidades animais por uma determinada quantidade de área.

Outro fato também significativo foi o aumento a partir 1975 do número de agricultores parceiros (Tabela 9), o qual podemos atribuir ao crescimento da área de café, que passou de 8.782 ha para 11.019 ha. Segundo Tavares dos Santos (1984), a parceria é um dos elementos da produção camponesa utilizada como forma de o agricultor suprir a falta de condições financeiras para a contratação de mão de obra assalariada em sua propriedade. Na estratégia capitalista de produção, a parceria é utilizada como forma de redução de custos com a mão de obra assalariada. Para o pequeno agricultor, uma forma de ampliar sua área de cultivo e, dessa forma, poder aumentar sua renda.

**Tabela 10 - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1975.**

Condição do responsável	Estabelecimentos			
	Nº	(%)	Área (ha)	(%)
Proprietário	404	70,01	33.426	93,54
Arrendatário	33	5,72	679	1,90
Parceiro	123	21,32	1519	4,25
Ocupante	17	2,95	112	0,31
TOTAL	577	100,00	35.736	100,00

\*Censo Agropecuário 1975.

Fonte: IBGE (1979).

Em 1980, conforme o Censo Agropecuário do IBGE, podemos notar a predominância de estabelecimentos rurais com até 50 ha (Tabela 11), o que representava 81% do número de estabelecimentos, ocupando cerca de 25% da área agrícola do município, o que demonstra a continuidade da concentração fundiária, a exemplo do observado nos Censos Agropecuários de 1960 e 1970.

Uma diferença que se pode observar é com relação ao estrato compreendido entre 200 e 1.000 ha. Enquanto em 1980 o número de estabelecimentos rurais representava 6,87%, nota-se que a área ocupada nessa faixa representava 53,67% da área agrícola total do município, significando crescimento de 15% em relação ao ano de 1970, demonstrando aumento da concentração fundiária nesse estrato específico.

**Tabela 11** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul – 1980.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	54	9,52	51	0,16
2 a 5	56	9,87	187	0,60
5 a 10	84	14,83	633	2,03
10 a 20	95	16,75	1370	4,40
20 a 50	170	30,00	5.407	17,36
50 a 100	42	7,40	3.043	9,76
100 a 200	27	4,76	3.743	12,02
200 a 500	28	4,93	8.862	28,45
500 a 1.000	11	1,94	7.854	25,22
Maior que 1000	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>567</b>	<b>100,00</b>	<b>31.150</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 1980.

Fonte: IBGE (1983).

No que se refere à ocupação das terras em 1980 (Tabela 12), observa-se diminuição na área ocupada com lavouras permanentes e aumento das lavouras temporárias quando comparadas a 1975. Isso se deu em razão da geada de 1975 que arrasou as lavouras cafeeiras no Estado do Paraná. Dessa forma, muitos agricultores resolveram erradicar o café e buscar novas alternativas de diversificação agropecuária, como podemos verificar na tabela 11, a diminuição no número de informantes com lavouras permanentes que cai de 433 em 1975 para 394 em 1980 e, por outro lado, o aumento no número de informantes com lavouras temporárias que sobe de 238 em 1975 para 323 em 1980.

**Tabela 12** - Utilização das terras por estabelecimento Centenário do Sul (1980).

Utilização das terras	Informantes	Área (ha)	(%)
Lavouras permanentes	394	9.626	27
Lavouras temporárias	323	11.125	32
Lavouras em descanso	12	261	0,74
Pastagens naturais	306	8.390	24
Pastagens artificiais	100	4.382	12
Matas e florestas naturais	54	1.236	3
Matas e florestas plantadas	69	122	0,35
Terras produtivas não utilizadas	5	3	-

\*Censo Agropecuário 1980

Fonte: IBGE (1893).

O sistema de parceria era muito comum e adotado pela cafeicultura do norte do Paraná. Em razão da erradicação de cafezais após a geada de 1975, verifica-se, em 1980, diminuição no número de estabelecimentos ocupados com agricultores parceiros (Tabela 13), para o qual podemos afirmar que a erradicação de cafezais foi o principal fator de contribuição para o êxodo rural no período de 1970 a 1980, significando uma diminuição na população rural na ordem de 37% em apenas uma década (Tabela 1).

**Tabela 13 - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1980.**

Condição do responsável	Estabelecimentos			
	Nº	(%)	Área (ha)	(%)
Proprietário	457	70,01	33.855	93,54
Arrendatário	44	5,72	1.474	1,90
Parceiro	55	21,32	696	4,25
Ocupante	11	2,95	19	0,31
<b>TOTAL</b>	<b>577</b>	<b>100,00</b>	<b>35.736</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 1980.

**Fonte:** IBGE (1983).

Apesar do declínio do café na década de 1980, o avanço tecnológico com a chamada Revolução Verde e os incentivos do governo para as *commodities* agrícolas de exportação não se observaram alterações significativas na estrutura fundiária de Centenário do Sul, conforme demonstrado no Censo Agropecuário do IBGE de 1985, prevalecendo um número maior de estabelecimentos com até 50 ha, representando aproximadamente 80% do número total de estabelecimentos, ocupando apenas 19% da área. Dessa forma, pode se observar que a concentração fundiária é expressiva, sendo que os grandes estabelecimentos acima de 200 ha representavam apenas 6,27% do número total de estabelecimentos, mas que abarcavam 57,33% de toda a área agrícola do município de Centenário do Sul (Tabela 14).

**Tabela 14** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul – 1985.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	65	10,53	47	0,13
2 a 5	76	12,32	274	0,76
5 a 10	109	17,68	860	2,39
10 a 20	113	18,31	1.660	4,60
20 a 50	130	21,07	4.062	11,27
50 a 100	48	7,78	3.511	9,74
100 a 200	36	5,83	4.892	13,58
200 a 500	26	4,21	7.371	20,46
500 a 1000	11	1,78	7.830	21,74
Maior que 1000	3	0,49	5.523	15,33
<b>TOTAL</b>	<b>617</b>	<b>100,00</b>	<b>36030</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 1985.

Fonte: IBGE (1991).

Em relação à ocupação das terras, o Censo Agropecuário do IBGE vem demonstrar decréscimo ainda maior na área ocupada com lavouras permanentes, devido à continuidade do processo de erradicação do café. Dessa forma, em apenas cinco anos, o número de estabelecimentos ocupados com lavouras permanentes cai aproximadamente 44%, e a área ocupada sofre redução ainda maior de 80%, caindo de 9.626 ha em 1980 para apenas 1.909 ha em 1985. Em contrapartida, a área utilizada com pastagens aumentou em torno de 11% e de 47% na área ocupada com lavouras temporárias (Tabela 15).

**Tabela 15** - Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1985).

Utilização das terras	Informantes	Área (ha)
Lavouras permanentes	219	1909
Lavouras temporárias	473	17687
Lavouras temporárias em descanso	9	57
Pastagens naturais	17	585
Pastagens artificiais	383	13836
Matas e florestas naturais	53	1063
Matas e florestas plantadas	111	141
Terras em descanso e terras produtivas	3	2

\*Censo Agropecuário 1985.

**Fonte:** IBGE (1991).

No que se refere à condição do produtor, observa-se, em 1985, aumento no número de arrendatários e parceiros e diminuição no número de proprietários (Tabela 16). Segundo o EMATER, isso pode ser justificado pelo fato de que, apesar da diminuição da área ocupada com café, houve aumento significativo do algodão, lavoura que naquela época demandava um uso intensivo de mão de obra, quando comparada às demais culturas temporárias, como a soja e o milho, motivo pelo qual muitos proprietários arrendaram suas propriedades ou então buscaram a relação/o instituto de parceria.

**Tabela 16** - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 1985.

Condição do responsável	Estabelecimentos			
	Nº	(%)	Área (ha)	(%)
Proprietário	402	65,16	32.060	88,99
Arrendatário	76	12,31	2.329	6,47
Parceiro	107	17,35	1.382	3,83
Ocupante	32	5,18	258	0,71
<b>TOTAL</b>	<b>617</b>	<b>100,00</b>	<b>36.029</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 1985.

**Fonte:** IBGE (1991).

Após a década de 1980, podemos verificar que, conforme os dados do Censo Agropecuário de 1995 há uma diminuição significativa do número de estabelecimentos rurais, principalmente dos estratos de até 20 ha (Tabela 17), em consequência da expressiva diminuição do número de parceiros e arrendatários (Tabela 18) que pode ser explicado pela abertura do mercado no governo Collor, o que fez com que muitos produtores de algodão tivessem prejuízos econômicos significativos, ficando impossibilitados de saldar as dívidas contraídas e de permanecerem na atividade.

Essa diminuição da área de algodão, a tabela 19 é indicativa por meio da variável culturas temporárias, que sofreu uma queda expressiva tanto em área quanto em número de informantes. Ainda na tabela 19 a expansão da área de pastagens tem acréscimo de 22% em relação ao Censo anterior. Isso se deu devido à crise do algodão.

**Tabela 17** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul 1995 – 1996.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	15	3,98	12	0,03
2 a 5	27	7,18	102	0,28
5 a 10	32	8,51	252	0,70
10 a 20	58	15,43	841	2,34
20 a 50	126	33,52	3939	10,97
50 a 100	54	14,36	3685	10,26
100 a 200	28	7,44	3515	9,78
200 a 500	24	6,38	6761	18,83
500 a 1000	6	1,60	5057	14,09
Maior que 1000	6	1,60	1179	32,72
<b>TOTAL</b>	<b>376</b>	<b>100,00</b>	<b>5913</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (1997).

**Tabela 18** - Condição do produtor por estabelecimento em 1995.

Condição do produtor	Estabelecimento		Área	
	Nº	(%)	(ha)	(%)
Proprietário	330	90,6	33.034	92
Arrendatário	21	5,8	1.004	2,8
Parceiro	5	1,4	1636	4,5
Ocupante	8	2,2	247	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>364</b>	<b>100</b>	<b>35.921</b>	<b>100</b>

Censo Agropecuário 1995.

Fonte: IBGE (1997).

**Tabela 19** - Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (1995).

Utilização das terras	Informantes	Área	
		(ha)	(%)
Lavouras permanentes	93	815	2,38
Lavouras temporárias	226	11.295	32,92
Lavouras temporárias em descanso	7	2.175	6,34
Pastagens naturais	-	-	-
Pastagens plantadas	332	18.489	53,89
Matas e florestas naturais	76	1.238	3,61
Matas e florestas plantadas	91	166	0,48
Produtivas não utilizadas	3	130	0,38

Censo Agropecuário 1995.

Fonte: IBGE (1997)

Na década de 2000, verifica-se um aumento no número de estabelecimentos rurais, quando comparado ao Censo Agropecuário de 1995. Isso se deve ao fato da criação, em 1998, da Vila Rural, no Governo Jaime Lerner (Figura 4), que contribui com 44 estabelecimentos rurais, em lotes de 0,50 ha, estando, portanto, compreendidos no estrato de até 2,0 ha e da implantação de três Bancos da Terra, no período entre 2000 e 2001, que contribui com 63 estabelecimentos.

Na caracterização da estrutura fundiária, podemos observar o predomínio de estabelecimentos rurais com até 50 ha, representando 75% do número de estabelecimentos. Entretanto, estes representam apenas 15% da área total agrícola do município, demonstrando uma concentração fundiária (Tabela 20).

**Tabela 20** - Distribuição dos estabelecimentos no município de Centenário do Sul - 2006.

Grupos de área (ha)	Estabelecimentos		Área	
	(Nº)	(%)	(ha)	(%)
Até 2	68	14,54	44	0,14
2 a 5	30	6,41	114	0,36
5 a 10	93	19,88	706	2,30
10 a 20	66	14,11	936	3,03
20 a 50	92	19,66	2978	9,66
50 a 100	55	11,75	3852	12,50
100 a 200	18	3,84	2268	7,36
200 a 500	33	7,05	1349	43,68
500 a 1000	9	1,92	6461	20,97
1000 a 2500	2	0,42	X	X
Maior que 2500	2	0,42	X	X
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>100,00</b>	<b>30818</b>	<b>100,00</b>

\*Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caráter X.

\*Censo Agropecuário 2006.

**Fonte:** IBGE (2009).

Em relação à utilização das terras, pode-se verificar o aumento do número de estabelecimentos ocupados com lavouras permanentes (Tabela 21). Segundo o EMATER, nos anos de 1990, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), lançou um modelo tecnológico para produção de café, o qual consistia no plantio do café adensado. Esse modelo foi denominado de Plano de Revitalização da Cafeicultura Paranaense. Assim muitos produtores motivaram-se para plantar novamente café, seguindo as recomendações do novo modelo, pois o modelo proporcionava aumento significativo na produtividade. Vale lembrar que, nos estabelecimentos da Vila Rural, foi realizado e implantado, em 2000, um projeto de plantio de café adensado em todos os lotes, o mesmo ocorrendo nos três Bancos da Terra do município.

Apesar de o número de estabelecimentos ocupados com lavouras temporárias em 2006 permanecer muito semelhante ao de 1995, verifica-se, que a área aumentou significativamente, quase que dobrando. Isso pode ser explicado pelo avanço da cultura da soja devido às novas tecnologias desenvolvidas, mas, em especial aos bons preços alcançados a partir de 2000.

**Tabela 21** - Utilização das terras por estabelecimento – Centenário do Sul (2006).

Utilização das terras	Informantes	Área (ha) (%)
Lavouras permanentes	206	4.37010,4
Lavouras temporárias	214	22.18352,9
Pastagens naturais	48	1.2543,0
Pastagens artificiais	298	1.97928,6
Matas e florestas naturais	104	1.9094,5
Matas e florestas plantadas	32	170,3
Terras produtivas não utilizadas	15	119 0,3

\* Censo Agropecuário 2006.

Fonte: IBGE (2009).

**Figura 4** - Vila Rural de Centenário do Sul, fundada em 1998.

Fonte: Do próprio autor (2013).

Com relação à condição do produtor, podemos observar que, no Censo Agropecuário do IBGE de 2006 (Tabela 22), aparece a categoria dos assentados, em razão da implantação de projetos do Programa Banco da Terra. Entretanto, podemos afirmar categoricamente que houve equívoco na metodologia ou nos critérios de classificação adotados pelo IBGE. Segundo o EMATER, em 2006, já haviam sido implantados três projetos de assentamento pelo Programa Banco da Terra, totalizando 63 famílias assentadas pelo programa. Nesse Censo Agropecuário, verifica-se aumento do número de proprietários, o que em parte se deve à criação da Vila Rural em 1998. No que se refere às categorias dos

arrendatários e parceiros, não se observa diferença significativa, apesar do aumento expressivo da área ocupada com lavouras temporárias (tabela 20).

**Tabela 22 - Condição do produtor do município de Centenário do Sul em 2006.**

Condição do responsável	Estabelecimentos			
	Nº	(%)	Área (ha)	(%)
Proprietário	420	89,75	41.888	95,31
Assentado	12	2,56	90	0,21
Arrendatário	28	5,98	985	2,25
Parceiro	3	0,65	478	1,09
Ocupante	5	1,06	508	1,14
Produtor sem área	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>468</b>	<b>100,00</b>	<b>43.949</b>	<b>100,00</b>

\*Censo Agropecuário 2006.

Fonte: IBGE (2009).

Em síntese, ao analisarmos os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, podemos verificar que, durante os 46 anos de recenseamento, não se observam mudanças significativas em relação à estrutura fundiária, predominando os estabelecimentos rurais com até 50 ha, representando em média 80% do número total de estabelecimentos. Por sua vez, esse mesmo estrato de até 50 ha, representa em média apenas 20% da área agrícola do município, caracterizando uma estrutura fundiária de concentração de terras.

Na dinâmica observada no transcorrer desse período, as mudanças referem-se à utilização das terras e da condição do produtor. Em relação às lavouras permanentes, estas predominaram sobre as temporárias até 1975 quando o café era a principal atividade econômica. Após a geada de 1975, verifica-se que há uma inversão, em virtude da erradicação progressiva dos cafezais, tendo também contribuído as políticas de modernização da agricultura e o incentivo para a produção de outros produtos de exportação destacando-se o algodão, a soja, o trigo e o milho durante o período denominado de revolução verde. Podemos também verificar a expressividade da área ocupada com pastagens, caracterizando Centenário do Sul como um município diversificado nas atividades agropecuárias. Cabe destacar, ainda, a importância da cana-de-açúcar que sempre teve representatividade em função da instalação da Usina Central do Paraná (UCP) pela

família Lunardelli em Porecatu na década de 1940, expandindo-se de forma significativa a partir de 1975, por ocasião da venda da usina para o Grupo Atalla, em 1972, que se beneficiou dos incentivos do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), expandindo seus negócios, inclusive com a compra de várias propriedades, nas quais aumentou a área de canaviais.

Em relação à condição do produtor, observa-se uma dinâmica de mudanças no transcorrer do período analisado. Em 1960, era expressiva a categoria do administrador que congregava 151 estabelecimentos (25%), ocupando 27,8% da área total agrícola. Estes, na grande maioria eram os administradores das grandes fazendas de café. A partir de 1970, essa categoria desaparece no recenseamento do IBGE. A categoria dos proprietários sempre expressou a grande maioria dos estabelecimentos, representando de 65% a 75% do total até 1985. A partir de 1995, essa categoria passa a representar 90% do número total de estabelecimentos. Por sua vez, a categoria dos arrendatários que em 1960 era pouco expressiva, representando apenas 3% do número de estabelecimentos, assume lugar de destaque em 1970 quando chega a representar 24% dos estabelecimentos em 1970, porém, nas décadas seguintes, sua representatividade é de apenas 6%, à exceção de meados da década de 1980 quando atinge 12%, conforme observado no Censo Agropecuário de 1985, o que pode ser explicado pelo auge da cotonicultura. No mais, essa dinâmica também é influenciada a partir de 1998, pela a implantação da Vila Rural (40 famílias) e, posteriormente, pelos assentamentos dos Bancos da Terra em 2000 a 2001 (63 famílias) e, mais recentemente, pela consolidação do assentamento da reforma agrária do INCRA em 2013 (40 famílias).

### 3.2 PERFIL DA REALIDADE AGROPECUÁRIA DE CENTENÁRIO DO SUL

Desde a sua formação nos anos 1940 até os anos 1970, Centenário do Sul caracterizou-se, assim como a maioria dos municípios do Norte Paranaense, pela expansão e predominância da cultura cafeeira. O café era o principal produto em importância econômica. No caso de Centenário do Sul, devido à instalação da Usina Central no município vizinho de Porecatu, a cultura da cana-de-açúcar assume também expressiva importância econômica, ocupando considerável parte do território do município. Vários colonos e agricultores, principalmente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e dos estados do Nordeste, vieram atraídos pela notícia da

“terra roxa”, da espetacular fertilidade dos solos a qual proporcionava altos rendimentos de produção. Além do mais, o Governo favorecia a compra de terras que naquela ocasião apresentava preços baixos quando comparados com os de outras áreas. Era a oportunidade que muitos agricultores e aventureiros vislumbraram para formar novos cafezais e se enriquecerem. Muitos diziam que as terras de suas propriedades na área de origem já estavam exauridas e as produções vinham decrescendo ano após ano.

De acordo com dados do IBGE (1959), em 1956, as atividades consideradas fundamentais à economia de Centenário do Sul eram o café, o algodão, o milho e o feijão, conforme podemos observar, em termos de Valor Bruto da Produção (VBP) (Quadro 1).

**Quadro 1** - Atividades consideradas importantes à economia de Centenário do Sul, em 1956.

<b>Atividade econômica</b>	<b>Valor Bruto de Produção<sup>9</sup></b>
Café	Cr\$ 182.000.000,00
Algodão	Cr\$8.400.000,00
Milho	Cr\$15.525.000,00
Feijão	Cr\$ 6.435.000,00

Fonte: IBGE (1959).

Até a década de 1970, a cultura predominante no município de Centenário do Sul continuava sendo o café (cultura permanente), podendo-se observar a grande expressividade de área ocupada por pastagens. Entretanto, devido à intensidade da modernização da agricultura, durante a fase da chamada “revolução verde”, tanto o governo federal como o estadual, buscam atrair investimentos exteriores, para instalar parques industriais de máquinas e implementos agrícolas e de indústrias de insumos agropecuários. Assim sendo, já havia o interesse em substituir parte das áreas ocupadas com café, principalmente aquelas de lavouras mais depauperadas e improdutivas, por outras culturas de

<sup>9</sup> Apesar da moeda apresentada no quadro, o que estava em vigor naquela data, pode-se verificar a importância das culturas pela proporcionalidade.

exportação, com emprego de alta tecnologia (sementes, fertilizantes, defensivos químicos, mecanização do plantio e da colheita) sobressaindo-se, no Paraná, as culturas de soja, milho, trigo, e algodão. No caso da cultura do algodão, esta ainda não dispunha, na época, de colheitadeira a exemplo da soja, do milho e do trigo, sendo, portanto, realizada de forma manual. Muitos plantios de algodão ainda eram realizados com plantadeiras de tração animal.

Segundo Carvalho (1999), esse processo de substituição começou no início da década de 1960 com a formação, em 29 de outubro de 1961, do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) que, em 1962, lançou o Programa de Racionalização da Cafeicultura Brasileira. A primeira fase de erradicação (1962 a 1966) previa a retirada de dois bilhões de cafeeiros, e o programa oferecia remuneração de Cr\$ 15,00 por cafeeiro erradicado e financiamentos para a diversificação agrícola, principalmente para a implantação de pastagens, nas grandes propriedades, e culturas anuais nas pequenas, destacando-se o algodão, a soja, o milho, o arroz, o feijão, o amendoim e a mamona. A remuneração para a erradicação, no período entre 1962 e 1963, equivalia aproximadamente a 80% do valor da produção média que na época era em torno de seis sacas de café por mil cafeeiros.

Ainda, conforme a autora acima citada, a área ocupada com pastagens no Estado do Paraná, no período entre 1962 e 1963, aumentou em 17% e, paralelamente, houve também nesse período o incentivo para o plantio de soja. Além da soja foram incentivadas pela Companhia de Fomento Econômico do Paraná (CAFÉ DO PARANÁ), as lavouras de algodão, milho, amendoim, arroz, feijão e mamona, tendo esta Companhia fechado convênio com o IBC para a venda de sementes aos lavradores, predominando as do algodão. A segunda fase do Plano se deu entre 1966 e 1968 quando ocorreram alterações das regras em relação à primeira fase tais como, o aumento pago por cafeeiro erradicado, em média, quatro vezes maior do que os praticados na primeira fase, a obrigação da destoca do terreno, a aração, gradeação e cultivo por dois anos. Somente no ano posterior à erradicação, o produtor teria acesso ao financiamento especial para formação e custeio da lavoura, cuja cultura implantada, não era escolha do produtor, mas, sim, determinada pelo IBC que a autorizava ou não.

Apesar da ação do Programa de Racionalização da Cafeicultura, a área ocupada com a cultura do café em Centenário do Sul teve crescimento de 25%

no período entre 1970 e 1975, conforme dados dos Censos Agropecuários do IBGE, permanecendo ainda como a principal atividade econômica, vindo somente a entrar em declínio a partir da década de 1980 (Tabela 23).

Depois da a forte geada de 1975 que arrasou as lavouras cafeeiras no Estado do Paraná, observa-se um gradativo aumento da erradicação dos cafeeiros e do êxodo rural (Tabela 1), com a contínua substituição dessa cultura por outras atividades agrícolas, sendo o algodão, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária, durante a década de 1980, as principais atividades desenvolvidas no município de Centenário do Sul (Tabela 23). De 1975 a 1995 ocorreu uma gradativa diminuição da área de café atingindo o índice 94% de erradicação nesses 20 anos.

Embora a geada tenha tido papel preponderante na tomada de decisão de o produtor buscar novas alternativas econômicas, vale ressaltar que o Brasil estava entrando no processo de modernização de sua agricultura com a chamada “revolução verde”, sendo que o governo federal e o governo estadual tinham interesse em substituir boa parte da área ocupada com a cultura do café, cujo sistema de produção demandava principalmente a força de trabalho manual, por outras culturas cujo processo produtivo adotasse alta intensidade tecnológica, tendo como destaque a cultura de grãos, especialmente a soja. Nesse período, ocorreu a criação, em 1972, do Instituto Paranaense de Pesquisa Agropecuária do Paraná (IAPAR) e em 1973, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa sendo que, em 1975, foi criada a unidade Embrapa Soja, com o propósito de desenvolver tecnologias para produção de soja no Brasil, ambos IAPAR e Embrapa Soja, instalados no município de Londrina em 1975, situado na mesorregião Norte Central Paranaense. Outros fatores como o surgimento da ferrugem do cafeeiro e estímulo do governo estadual para o cultivo de novas culturas contribuíram para a substituição de áreas de cafezais por áreas de soja, trigo, milho, algodão e cana-de-açúcar.

**Tabela 23** – Ocupação do solo – Principais atividades no município de Centenário do Sul entre 1970 e 2006.

Cultura	1970		1975		1980		1985		1995/1996		2006	
	Info rm.	Área (ha)	Inform .	Área (ha)	Inform .	Área (ha)	Inform .	Área (ha)	Inform .	Área (ha)	Inform .	Área (ha)
Café	397	8.782	431	11.019	357	7.609	186	1.588	75	717	114	541
Algodão	273	4.487	80	848	84	1.364	248	4.579	26	538	14	121
Cana-de-açúcar	28	1.040	3	2.204	34	4.724	46	6.667	16	7.128	17	6.457
Amendoim	76	538	18	91	54	151	3	44	2	2	3	14
Arroz	86	315	166	629	120	357	78	184	8	17	1	-
Feijão	105	207	79	167	160	535	38	213	7	17	24	389
Milho	266	2.621	266	1.498	302	2.993	232	3.538	93	1.449	73	2.678
Soja	1	4	12	1.010	5	365	15	928	10	486	74	4.986
Trigo	1	24	7	173	2	11	15	632	1	48	1	-
Pastagens Naturais	3	11	197	5.219	306	8.390	17	585	-	-	48	1.254
Pastagens plantadas	486	14.833	29	8.146	100	4.382	383	13.836	332	18.489	251	11.569

**Fonte:** IBGE - Censo Agropecuário (1970-2006).

Vale ressaltar que a cultura da cana-de-açúcar em Centenário do Sul, também já ocupava seu espaço desde a década de 1940 com alguma expressividade devido à concessão do governo federal, por meio da Portaria nº 17, de 3 de novembro de 1942, que autorizava a instalação de novas usinas de açúcar e álcool em vários estados da federação. Segundo Bray et al. (1985), no Paraná, foi autorizada a instalação de duas usinas. No processo de concorrência, apresentaram-se 12 candidatos, sendo os vencedores o Sr. Ricardo Lunardelli que fundou a Usina Central do Paraná (UCP) no município de Porecatu, na região Norte Novo do Paraná, e o Sr. Luiz Meneghel que, juntamente com três irmãos, fundaram a Usina Bandeirantes no município de Bandeirantes, no Norte Pioneiro do Paraná. A primeira produção da (UCP) se deu em 1946, sendo produzidas 13.424 sacas de açúcar. Em 1950, a produção da UCP totalizava 240.704 sacas de açúcar e 2.615.300 litros de álcool, sendo a maior usina do Estado do Paraná, representando naquele ano 53% da produção de açúcar e 60% da produção de álcool no Estado.

Centenário do Sul é vizinho do município de Porecatu que foi fundado pelo próprio Sr. Ricardo Lunardelli em 1941. Lunardelli tinha a concessão de terras do governo federal sendo proprietário de uma vasta gleba que as dividiu em pequenos lotes para vender aos agricultores, promovendo, assim, o povoamento da região. Segundo depoimentos de corretores tradicionais do município de Centenário do Sul, parte das terras do Sr. Ricardo Lunardelli adentrava pelo atual território de Centenário do Sul. Como estratégia, criou vários núcleos habitacionais e de pequenas propriedades próximas à usina. Dessa forma, propiciou que os agricultores se tornassem proprietários de terras e também fornecedores de cana para a UCP. No mais, vendeu áreas de maior dimensão para grandes proprietários.

Com a venda da Usina Central do Paraná para o Grupo Atalla, em 1972, e com os incentivos do governo brasileiro do PROÁLCOOL em 1975, a expansão da área de cana de açúcar em Centenário do Sul foi intensa, em função da ampliação da moenda da UCP e da compra de fazendas pelo grupo Atalla. Dessa forma, a área ocupada no município, que era de 1.040 ha em 1970, passa para 2.204 ha em 1975 e, cinco anos depois para 4.724 ha, representando aumento na área ocupada de mais de 400% num período de apenas dez anos.

Após uma década da geada de 1975, em meados dos anos 1980, observa-se, de acordo com a tabela 20, que a cafeicultura perde seu espaço para outras culturas no município, apresentando assim, diversificação de atividades agropecuárias. Podemos considerar que, no decorrer da década de 1980, a cultura do algodão era uma opção importante de diversificação, ocupando área representativa dentro do município, com emprego intensivo de mão de obra, principalmente na colheita, por ocasião da entressafra da cana-de-açúcar, oportunizando possibilitando, assim, a geração de renda extra para centenas de trabalhadores volantes. O aumento da área de algodão que em 1980 era de 1.364 ha, passando para 4.579 ha em 1985 (Tabela 23), pode ser explicado como uma forma alternativa de renda em substituição ao café que vinha em franco declínio, podendo-se observar diminuição drástica na área ocupada com essa cultura que, em 1980, ocupava 7.609 ha, caindo para 1.588 ha em 1985, representando uma queda de aproximadamente 80%. Ainda naquela década, a cultura do algodão teve importância fundamental na economia do município, pois contribuiu significativamente para a geração de empregos, diretos e indiretos, tanto no campo como na cidade, alavancando o comércio local. Vale ressaltar que a área cultivada

com algodão no Estado do Paraná, na década de 1980, era responsável por mais da metade da produção nacional e, até meados daquela mesma década ocupava a primeira colocação entre os estados produtores (PARANÁ, 2007). Naquela ocasião, o município contava com três algodozeiras, podendo-se observar a grande expressividade da área ocupada com algodão entre 1985 e 1987(Tabela 24).

**Tabela 24** – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul na década de 1980.

Cultura	1985		1986		1987		Média de Produtividade Kg/ha
	ha	kg/ha	ha	kg/ha	ha	kg/ha	
Cana-de-açúcar	7.009	55.493	6.889	57.481	6.020	65.000	59.325
Algodão	4.900	1.936	4.900	2.578	5.000	1.800	2.105
Milho	3.200	2.975	4.300	1.380	3.500	3.470	2.608
Café	*	*	1.943	968	1.943	989	978
Soja	1.300	2.388	1.180	1.558	225	2.302	2.083
Trigo	605	2.326	1.485	848	210	2.152	1.775
Feijão	500	470	775	223	925	450	381

(\*) Sem informação

Fonte: EMATER (1987).

Observa-se que até meados da década de 1990 (Tabela 23) Centenário do Sul erradicou ainda mais as áreas destinadas a cultura do café. Como a tecnologia do café adensado demonstrou a possibilidade de triplicar a produtividade, a primeira lavoura implantada nesse sistema, no município de Centenário do Sul, foi em 1995. A demanda para plantio de café no município começou a crescer, fazendo com que o governo municipal lançasse um plano de apoio à cafeicultura, distribuindo, gratuitamente mudas de café, produzidas no viveiro municipal. A recomendação era o plantio de pequenas áreas com o objetivo de diversificar as atividades agrícolas na propriedade. Assim sendo, o número de agricultores interessados no plantio do café no novo modelo foi crescendo a cada ano, chegando em 2000 a 146 produtores.

A cultura da amoreira para a criação do bicho-da-seda (sericicultura) e o plantio de laranja para atender a demanda da indústria de suco (COROL), fundada no início dos anos 1990, constituíram novas alternativas de diversificação. A área de algodão já não era tão significativa quando comparada com a da década passada (Tabela 25). Mesmo assim, segundo informações obtidas do EMATER, a cultura ainda teve certa expressividade mantendo agricultores na atividade até

meados da década de 2000, em razão de uma melhoria nos preços e da falta de novas alternativas.

**Tabela 25** – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul entre 1998 a 2000.

Cultura	1998			1999			2000		
	Agric	ha	kg/ha	Agric	ha	kg/ha	Agric	ha	kg/ha
Algodão	74	458	1.453	11	211	2.680	70	725	2.680
Amoreira	5	26	366*	5	26	360*	5	26	360*
Café	78	626	1.158	97	699	1.158	146	689	1.158
Cana-de-açúcar	6	11.310	73.000	6	12.215	73.000	6	12.215	70.000
Feijão das secas	26	84	620	16	72	620	16	72	620
Milho Normal	3	33	1.182	24	1.171	4.037	15	600	3.750
Milho Safrinha	15	121	1.980	*	*	*	20	1.200	3.200
Soja	21	1.616	2.355	20	1.403	2.772	30	1.242	2.700
Trigo	5	254	1.983	4	220,00	1.983	4	220	2.000
Laranja	6	23	**	5	9	**	5	34	7.000
Pastagens	**	18.356	**	**	18.143	**	**	18.143	**

(\*) kg de casulos verdes/ha/ano (\*\*) Sem informação.

Fonte: EMATER (1998-2012).

É interessante salientar que, em meados da década de 2000, a cultura do algodão ainda estava presente no cenário. Entretanto, no final dessa década e início da década seguinte, a cultura praticamente se extinguiu no município de Centenário do Sul, por razões já expostas anteriormente (Tabela 26).

**Tabela 26** – Área e produtividade das principais culturas em Centenário do Sul entre 2005 a 2011.

Cultura	2005			2008			2011		
	Agric. Nº	ha	kg/ha	Agric. Nº	ha	kg/ha	Agric. Nº	ha	kg/ha
Algodão	108	940	1.375	1	216	1.875	1	24	2.700
Amoreira	13	38	517*	7	20	435*	5	22	450*
Café	190	544	840	160	420	1.267	140	400	1.240
Cana-de-açúcar	3	9.700	48.000	5	3.822**	51.680	5	9.379	80.000
Feijão das secas	**	700	690	6	204	600	5	20	1.200
Milho Normal	10	320	5.454		1.200	4.980	12	250	6.180
Milho Safrinha	25	3.025	2.305	60	4.433	4.620	60	4.520	2.900
Soja	40	5.600	2.480	70	5.566	2.520	70	5.862	3.340
Trigo	3	188	1.860	**	**	**	1	110	1.980
Laranja	5	46	23.609	6	60	25.462	7	157	34.800
Pastagens	**	16.886	**	**	14.603	**	**	15.250	**

(\*) kg de casulos verdes/ha/ano

(\*\*) Sem informação

(\*\*\*) Área colhida

Fonte: EMATER (1998-2012).

Analisando as perspectivas do quadro agrícola municipal, segundo informações do Escritório Local do EMATER, o prognóstico é que o quadro do Perfil da Realidade Agropecuária do município de Centenário do Sul, não sofra grandes alterações. Há uma tendência da diminuição do número de cafeicultores e da área com café devido aos seguintes motivos: (a) alto custo e diminuição da oferta de mão de obra volante (boia-fria), principalmente por ocasião da colheita; (b) envelhecimento da população rural; (c) aumento do êxodo rural de jovens. A área ocupada com soja e milho safrinha tende a permanecer nos patamares atuais, caso o mercado não sofra alterações significativas. O algodão ao que tudo indica, será difícil ocupar novamente o seu espaço no município e, muito provavelmente, também no estado do Paraná que já foi o maior produtor nacional. A área ocupada com a cana-de-açúcar vem mantendo-se nos mesmos patamares ao longo dos últimos anos, tendo possibilidade de aumentar, caso haja uma variação ou diminuição significativa no preço da soja.

#### **4 O PROGRAMA BANCO DA TERRA NO PARANÁ**

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra foi criado em 1998 por meio da Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), e regulamentada pelo Decreto nº 2.622, de 9 de junho de 1998, que criou também o Conselho Curador do Banco da Terra. Esse decreto foi revogado pelo Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999, que, em seguida, foi revogado pelo Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), que vigorou até o final do Programa Banco da Terra em 2003.

O Conselho Curador tinha papel fundamental na condução, coordenação e avaliação do Programa. Conforme o Decreto, esse colegiado era composto dos ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário, que o presidia, da Agricultura e do Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Meio Ambiente e do Esporte e Turismo, pelo presidente do Banco do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo presidente do INCRA e por dois representantes dos potenciais beneficiários do Banco da Terra a serem convidados pelo presidente do colegiado.

Pela regulamentação contida no Decreto nº 3.475, em seu artigo 17º, este Conselho tinha as seguintes atribuições, conforme quadro 2.

## Quadro 2 – Atribuições do Conselho Curador do Banco da Terra

- I - coordenar as ações interinstitucionais, de forma a obter a sinergia operacional
- II - propor ao Conselho Monetário Nacional (CMN) normas capazes de permitir o financiamento de quaisquer projetos factíveis revestidos de essencialidade e legitimidade, que satisfaçam as condições deste decreto;
- III - definir as diretrizes gerais e setoriais para a elaboração do Plano de Aplicação Anual e das metas a serem atingidas no exercício seguinte;
- IV - deliberar sobre o Plano e as metas de que trata o inciso anterior;
- V – fiscalizar e controlar internamente o correto desenvolvimento financeiro e contábil do Banco da Terra e estabelecer normas gerais de fiscalização dos projetos por ele assistidos;
- VI – deliberar sobre o montante de recursos destinados ao financiamento da compra de terras e da infraestrutura básica, constantes dos Programas de Reordenação Fundiária, e sobre as despesas de que trata o § 3º do art. 3º<sup>10</sup> deste decreto;
- VII – deliberar sobre medida a adotar no caso de comprovada frustração de safras; VIII – fiscalizar e controlar as atividades técnicas delegadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos consórcios de Municípios;
- VIII - fiscalizar e controlar as atividades técnicas delegadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos consórcios de Municípios;
- IX – Promover avaliações de desempenho do Banco da Terra;
- X - adotar medidas complementares e eventualmente necessárias para atingir os objetivos do Banco da Terra;
- XI - propor a consignação de dotações no Orçamento Geral da União e de créditos adicionais;
- XII – promover a formalização de acordos ou convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, visando a: a) desobrigar de impostos as operações de transferência de imóveis, quando adquiridos com recursos do Banco da Terra; b) estabelecer mecanismos de interação que possam tornar mais eficientes as ações desenvolvidas em conjunto no processo de implementação dos Programas de Reordenação Fundiária; c) obter serviços técnicos para elaboração das propostas de financiamento e prestação de assistência técnica e extensão rural aos beneficiários;
- XIII – buscar mecanismos alternativos e complementares de acesso à terra para exploração racional e fontes adicionais de recursos;
- XIV – obter e enfatizar a participação dos poderes públicos estaduais e municipais e das comunidades locais em todas as fases de implementação dos Programas de Reordenação Fundiária, como forma de conferir maior legitimidade aos empreendimentos programados, facilitar a seleção dos beneficiários e evitar a dispersão de recursos.

**Fonte:** Brasil (2000).

<sup>10</sup> Art. 3º Os recursos financeiros que vierem a constituir o Banco da Terra e a partir da apresentação de Programa de Reordenação Fundiária aprovado pelo Conselho Curador do Banco da Terra serão utilizados no financiamento da compra de imóveis rurais e da implantação da infraestrutura básica previstos na proposta de financiamento, podendo ser utilizados no pagamento das obrigações decorrentes da operacionalização do Programa Banco da Terra.

§3º Consideram-se dentre as obrigações citadas no **caput**, as despesas referentes a implantação e o acompanhamento do programa, taxas de administração, remuneração de agentes financeiros, promoção de execuções judiciais, prestação de serviços de terceiros, tais como auditoria externa, assessoria técnica, avaliação, divulgação, publicações oficiais, custódia de títulos e outros, juros, encargos e amortizações de empréstimos e financiamentos, respeitada a limitação de que trata o § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 93, de 1998.

Conforme o Decreto, esse colegiado era composto dos ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário, que o presidia, da Agricultura e do Abastecimento, do Planejamento, do Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda, do Meio Ambiente e do Esporte e Turismo, pelo presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo presidente do INCRA e por dois representantes dos potenciais beneficiários do Banco da Terra, a serem convidados pelo presidente do colegiado. Estes, além da gestão do Programa, apresentava entre suas atribuições, ênfase na busca da participação dos poderes públicos e municipais e das comunidades locais em todas as fases de implantação dos Programas de Reordenação Fundiária, como forma de conferir maior legitimidade aos empreendimentos programados, facilitar a seleção dos beneficiários e evitar a dispersão de recursos.

Segundo o MDA, o Programa Banco da Terra foi criado como uma forma de complementação da Reforma Agrária.

“No que se refere à sua concepção, o programa Banco da Terra não poderia ocupar o espaço da reforma agrária, e sim complementá-lo, viabilizando a aquisição de terra por agricultores familiares sem terra ou com pouca terra” (BRASIL, 2006, p. 2).

Dessa forma, o Programa Banco da Terra surgiu com o objetivo não só de possibilitar o acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra mediante crédito para a compra de imóveis rurais e implementação de infraestrutura, mas também como uma política de caráter permanente, complementar à reforma agrária, pois permite o financiamento para a aquisição de propriedades rurais que não são passíveis de desapropriação (SILVA, 2012, p. 51).

Para o enquadramento às normas do programa, os potenciais beneficiários do Banco da Terra eram os trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros, arrendatários que comprovassem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural e pequenos agricultores proprietários com área inferior ao módulo fiscal do município<sup>11</sup>, desde que comprovada à insuficiência das explorações produtivas para gerar seu sustento e de seus familiares. Outro critério estabelecido para o enquadramento às normas do programa, dizia respeito à renda bruta familiar anual e ao patrimônio acumulado.

---

<sup>11</sup>No caso do município de Centenário do Sul, 1 módulo fiscal equivale a 12 ha.

As normas estabeleciam que o limite de renda bruta familiar anual não poderia ultrapassar R\$ 15.000,00, e o patrimônio familiar não poderia ultrapassar R\$ 30.000,00. O prazo máximo para o pagamento da dívida era de 20 anos, permitindo uma carência de até três anos, sendo o limite financiável de até 100%, limitado a R\$ 40.000,00 por família. Segundo Silva (2012, p. 52), esse limite foi reduzido para R\$ 30 mil e posteriormente para R\$ 25 mil com o objetivo de abranger maior número de beneficiários. A taxa de juros variava inicialmente entre 6% e 10% ao ano de acordo com o valor financiado. Se o pagamento da parcela fosse efetuado em dia, haveria um sistema de rebate nos juros que funcionava como uma premiação ao beneficiário. O rebate variava entre 30% e 50%, de acordo com o nível de pobreza da região onde se localizava o imóvel.

Além da possibilidade da compra do imóvel rural e de suas benfeitorias, o recurso poderia ser utilizado para implantação da infraestrutura necessária, como casa, energia elétrica, abastecimento de água e também para cobrir despesas cartoriais, medição topográfica e de impostos.

Para a sua operacionalização, o programa contava com as Agências Estaduais do Banco da Terra quando a coordenação estadual era exercida pelo poder público estadual ou com as Agências Regionais do Banco da Terra quando a coordenação era exercida pelas Associações de Municípios. Posteriormente, no âmbito municipal, havia a participação dos Núcleos Municipais do Banco da Terra, instituídos pela Resolução nº 168 do Conselho Curador, de 04 de Janeiro de 2002, e normalmente operacionalizados pelo poder público municipal por meio de assinatura de Termo de Adesão ao Programa e no assessoramento técnico e operacional os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (SILVA, 2012, p. 51).

A descentralização das ações voltadas para a reforma agrária estava prevista na política do governo federal de FHC “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural Brasileiro”, cuja estratégia consistia no envolvimento entre agricultores e instituições públicas e não governamentais como os Conselhos Estaduais, Regionais e Municipais de Desenvolvimento.

Para a operacionalização do Programa Banco da Terra no Estado do Paraná, bem como dos programas de reordenamento fundiário, foram envolvidas as estruturas estaduais, regionais e municipais. No caso do Banco da Terra, até 2001, a coordenação era exercida pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)

juntamente com a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) Paraná 12 Meses, projeto este do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial (BIRD) que vigorou entre 1998 e 2006. O Paraná 12 Meses tinha como objetivos a melhoria das condições sociais de pequenos agricultores, propiciando investimentos em habitação e saneamento básico, manejo e conservação de solos, recuperação e preservação do meio ambiente, geração de empregos no meio rural, aumento da renda familiar do agricultor e sua família, bem como a regularidade de ganhos de rendas durante os 12 meses do ano. O Estado valia-se também de suas estruturas regionais por meio das Unidades técnicas Regionais (UTR).

No Paraná, foram instituídas duas agências com a finalidade de coordenar o Programa Banco da Terra. A primeira, denominada de Agência Estadual, operacionalizada pela SEAB, sediada em Curitiba, abrangia 389 municípios do Estado e a segunda, denominada de Agência Regional da Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR), sediada no município de Irati, abrangia dez municípios (SILVA, 2012, p. 57). Ainda segundo esse autor, somente a AMCESPAR decidiu criar a Agência Regional, pois esta acreditava que daria maior agilidade nos processos burocráticos. No mais, foram decididas pelas demais associações de municípios, ficar sob a coordenação da Agência Estadual, seguindo as orientações da AMP, uma vez que esta compunha a Câmara Setorial do Banco da Terra que representava as demais associações e entendia que a criação de agências regionais poderia enfraquecer a estadual.

A Agência Estadual do Banco da Terra era composta de um colegiado de instituições públicas e da sociedade civil organizada, o qual tinha a finalidade de se reunir e decidir sobre a aprovação do Plano Estadual de Implementação do Programa (PEIP) e do Plano Operativo Anual (POA), avaliar a execução do Programa, aprovar as proposta de financiamento e interagir o Programa com as demais políticas públicas e programas de governo. Esse colegiado denominava-se Câmara Setorial do Banco da Terra que era formada por representantes das Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e a do Meio Ambiente (SEMA), Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto de Terras e Cartografia (ITC), INCRA e Banco do Brasil. Também compunha a Câmara Setorial outras entidades representativas da sociedade civil organizada Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Associação de Municípios

do Paraná (AMP) e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR). A coordenação da Câmara Técnica do Banco da Terra ficava a cargo da SEAB.

Dessa forma, o Estado do Paraná sistematizou uma estrutura técnico-administrativa com a finalidade de organizar as ações para a implantação e operacionalização do programa, conferindo atribuições definidas para cada instância da estrutura as quais eram interligadas umas com as outras. Essa estrutura manteve-se até o ano de 2004 e interligava-se diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que por sua vez era interligado com o Conselho Curador.

Entre as atribuições nas diversas instâncias da Câmara Setorial, a Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) tinha a responsabilidade de elaborar o PEIP e o POA, elaborar parecer jurídico sobre as propostas de financiamento, agilizar o fluxo na tramitação delas, treinar e capacitar seu corpo técnico e todas as entidades envolvidas com o Programa, propiciar e garantir assistência técnica aos beneficiários, acompanhar e supervisionar as etapas de execução dos projetos, em especial durante a fase inicial de implantação. No caso de irregularidades ou desvio de recursos, a UGP tinha como atribuição comunicar essas irregularidades às instâncias competentes, notadamente ao Ministério Público.

No âmbito regional, a UTR tinha como atribuições analisar as propostas de financiamento encaminhadas e emitir parecer junto a UGP, monitorar e supervisionar a execução dos projetos, agilizar o fluxo de tramitação das propostas apresentadas. No caso de irregularidades de aplicação ou desvio de recursos, caberia à UTR informar às instâncias competentes, em especial à UGP.

Subordinado à UTR, o Coordenador Regional do Banco da Terra era o responsável pela elaboração das propostas, tendo também como atribuição assessorar as entidades parceiras e os Conselhos Municipais nas normas operacionais do programa, principalmente no que diz respeito ao enquadramento, seleção ou substituição de beneficiários, tendo também a finalidade de monitorar e apontar à UGP casos de irregularidades e desvios na aplicação de recursos.

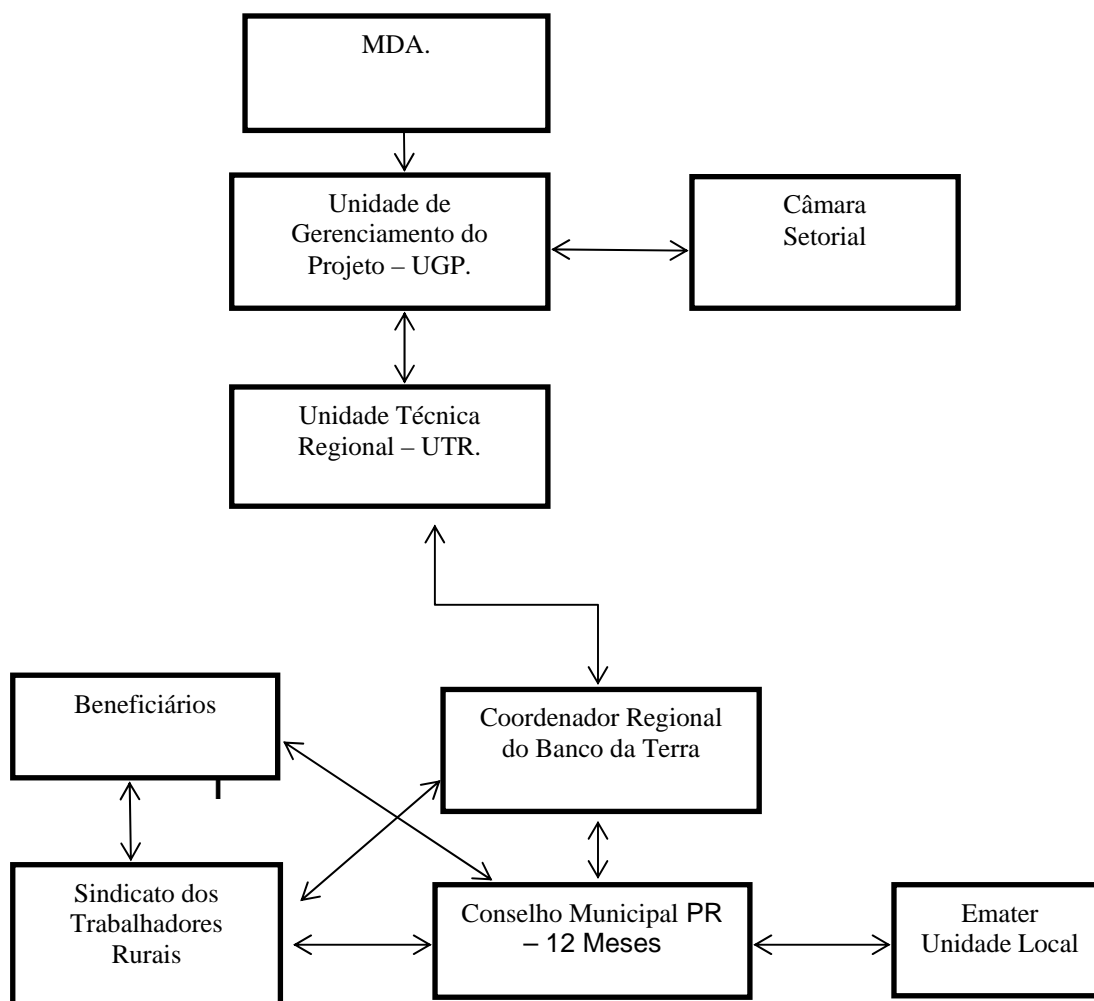
No âmbito microrregional, para o enquadramento dos beneficiários, cabia ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) a responsabilidade de emitir a Declaração de Elegibilidade deles.

No âmbito municipal, cabia aos Conselhos Municipais analisar e emitir pareceres das áreas a serem adquiridas, avaliando a viabilidade do

empreendimento da proposta de financiamento e da compatibilidade do preço pretendido da terra com o potencial produtivo. Assim como o STR, cabia, igualmente, ao Conselho Municipal verificar a elegibilidade dos beneficiários.

Ao EMATER, atribuiu-se, por meio de seu escritório local, a elaboração das propostas de investimento produtivo (PRONAF-A)<sup>12</sup>, bem como as propostas de custeio agropecuário. Depois da respectiva aprovação, era responsabilidade do EMATER a prestação de assistência técnica e emissão de laudos de vistoria e acompanhamento dos projetos. Caso ocorressem irregularidades, os laudos deveriam ser protocolados na UTR. Assim, o fluxo operacional dessa estrutura pode ser observado conforme a Figura 5.

**Figura 5 - Organograma para implantação do Banco da Terra.**



**Fonte:** Barbin (2010).

<sup>12</sup> PRONAF-A: Primeira linha de crédito à qual os beneficiários do Programa Banco da Terra tem acesso, bem como aos assentados da reforma agrária do INCRA, cujos recursos visam viabilizar a produção, aquisição de máquinas, equipamentos e instalação de infraestrutura produtiva.

O Programa Banco da Terra teve a duração de cinco anos, com início em 1999 e término em 2003. Segundo o Relatório de Famílias Beneficiadas pelo Programa Banco na Terra entre 1999 e 2003, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2007, há predomínio dos estados da região Sul quanto a financiamentos contratados, representando 70% dos contratos assinados e 48% das famílias beneficiadas, sendo o primeiro o Estado do Rio Grande do Sul seguido por Santa Catarina e Paraná. Ao final, o Banco da Terra contabilizou 18 estados com contratos, totalizando uma área de 1.218.035 ha e um custo de R\$ 757.219.302,00 (Tabela 27).

**Tabela 27 -** Levantamento das operações do Banco da Terra (1999 a 2003).

Estado	Contatos	Munic.	Fam.	Área (há)	Valor (R\$)	Valor médio. Benef. (R\$/há)
Alagoas	24	21	658	10.476	13.118.448,00	1.252,23
Espírito Santo	21	16	586	5.760	12.416.380,00	1.345,34
Goiás	27	21	2.259	33.744	45.392.198,00	1.345,34
Maranhão	1	1	33	827	120.296,00	145,46
Minas Gerais	94	76	2.534	167.400	54.385.844,00	324,88
Mato Grosso do Sul	17	13	1.212	14.859	22.847.834,00	1.536,60
Mato Grosso	41	30	3.214	645.766	57.115.718,00	88,44
Paraíba	68	50	452	25.010	13.866.413,00	554,43
Pernambuco	4	3	121	4.112	2.196.675,00	634,21
Piauí	34	30	1.435	41.458	16.454.551,00	396,89
<b>Paraná</b>	<b>123</b>	<b>88</b>	<b>2.160</b>	<b>24.210</b>	<b>64.524.797,00</b>	<b>2.665,21</b>
Rio de Janeiro	11	9	340	4.371	8.349.162,00	1.910,00
Rio Grande do Norte	19	16	496	10.224	7.701.461,00	753,27
Rio Grande do Sul	1.251	437	10.239	119.301	212.520.538,00	1.781,38
Santa Catarina	843	264	4.685	75.426	140.294.114,00	1.860,02
Sergipe	24	17	1.024	11.325	17.151.402,00	1.514,47
São Paulo	71	58	2.093	14.189	63.910.812,00	4.504,25
Tocantins	11	9	382	9.567	4.847.658,00	5506,70
<b>TOTAL</b>	<b>2.684</b>	<b>1.160</b>	<b>34.478</b>	<b>1.218.035</b>	<b>757.219.302,00</b>	<b>1.323,86</b>

**Fonte:** Brasil (2006).

Segundo Resende e Mendonça (2004, p. 75) o Programa Banco da Terra estava inserido na política agrária de FHC denominada “Novo Mundo Rural” tendo como base três princípios básicos que materializam o pensamento do Banco Mundial: (1) o assentamento de famílias como política social compensatória; (2) a “estadualização” das ações dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades inerentes à União para estados e municípios; e (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela propaganda do “mercado de terras”. Segundo esses autores, os programas de reforma agrária de mercado do Banco Mundial no governo FHC como o Banco da Terra, o seu antecessor o Programa Cédula Rural e o seu sucessor, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos apresentaram vários problemas.

De acordo com pesquisas realizadas por acadêmicos e organizações sociais, esses programas apresentaram os seguintes problemas:

1. Aumento do valor da terra e pagamento à vista, como forma de premiar o latifúndio (a existência de um fundo de terras inflacionou o mercado).
2. Inviabilidade econômica, impossibilidade de pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniram condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida.
3. Aquisição de terras sem registro e improdutivas, portanto aptas ao programa de reforma agrária.
4. Compra da terra feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações, muitas vezes, são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais.
5. Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas. Ao invés de aliviar a pobreza, o programa fez agravar-se a situação financeira dos participantes.
6. Denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos, que teriam sido favorecidos nas transações de compra e venda de terras (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 76).

De acordo com a tabela 27, a média da área no Banco da Terra no Brasil é de 34,73 ha por família. Todavia, a média de área por família no Estado de Mato Grosso é de 200,92 ha, enquanto que no Estado de São Paulo é de 6,77 ha. No Estado do Paraná, a média é de 11,20 ha por família. Essa discrepância se deve ao fato de que o programa estabeleceu um valor máximo de financiamento por família de R\$ 40.000,00, desconsiderando o espaço geográfico, no qual o projeto seria implantado, não levando em conta a diferenciação de preços de terras entre os estados brasileiros.

Mesmo na Região Sul do Brasil, podemos observar uma diferenciação de preços de terras entre os três estados, influenciando na

possibilidade de aquisição de tamanho maior de área (Tabela 27). Se o limite de recurso por família (R\$ 40.000,00) fosse utilizado totalmente para a compra da terra, considerando-se o preço médio para cada estado da Região Sul, o Paraná poderia atingir uma área de 15,00 ha, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul poderiam atingir uma área de 21,50 ha e 22,45 ha respectivamente. Ao compararmos a área média por família, podemos observar que Santa Catarina apresenta um percentual 43% superior ao Paraná (Tabela 28), o que pode ser explicado pela diferenciação do preço da terra. Segundo Barbin (2010), outro fator a ser levado em consideração é a diferença da data da implantação do programa e a elevação do preço da soja.

Tal fato ocorre devido ao programa ter sido implantado naquele Estado no ano de 1999, enquanto no Paraná o programa iniciou em 2000, justamente quando o valor das terras já estava em início de elevação, devido à alta dos preços da soja, uma vez que é comum, principalmente, nas Regiões Sul e Sudeste, estabelecer a correlação de 414 sacas de soja por hectare a ser adquirido (BARBIN, 2010, p. 41).

**Tabela 28** – Número de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra na Região Sul (2000-2003).

Estado	Total Famílias	Valor Total (R\$)	Área Total (ha)	Valor médio/família (R\$)	Área média/família (ha)
Paraná	2.160	64.524.797	24.210	29.872,59	11,20
Santa Catarina	4.685	140.294.114,00	75.426	29.945,38	16,09
Rio Grande do Sul	10.239	212.520.538,00	119.301	20.774,25	11,66
TOTAL	17.084	417.339.450,00	218.937		

Fonte: Brasil (2006).

O Estado do Paraná está subdividido em vinte Núcleos Regionais da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). O Grupo Sol Nascente está inserido no Núcleo Regional de Londrina (N.R.SEAB – Londrina). Dos 179 projetos contratados do Banco da Terra, 10% estão concentrados nesse núcleo administrativo, contando com 324 famílias beneficiadas (15%), sendo o segundo maior em número de famílias e de contratos, tendo como liderança Jacarezinho com 631 famílias beneficiárias (29,30%). De acordo com Barbin (2010), um dos fatores para a grande concentração de famílias nesse Núcleo Regional da SEAB de

Londrina se dá pelo fato de o município de Tamarana possuir o maior número de famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra no Estado do Paraná, contando com 187 famílias, representando 42,92% do total.

Nesse Núcleo Regional da SEAB de Londrina, o município de Centenário do Sul apresentava-se na segunda colocação com 63 famílias assentadas em três projetos contratados, seguidos pelos municípios de Lupionópolis com 52, Londrina com 48, Cafeara e Florestópolis, ambos com 11 famílias assentadas pelo Programa Banco da Terra (Quadro 3).

**Quadro 3** – Projetos do Banco da Terra no N. R. SEAB – Londrina.

<b>Município</b>	<b>Associação / Grupo</b>	<b>Nº de Famílias</b>
Tamarana	Assoc. Água Branca	22
Tamarana	Assoc. Brasil	50
Tamarana	Assoc. Esperança	8
Tamarana	Assoc. Renascer I	24
Tamarana	Assoc. Renascer II	18
Tamarana	Assoc. Renascer III	17
Centenário do Sul	Assoc. Santo Expedito	35
Centenário do Sul	Grupo Sol Nascente	14
Centenário do Sul	Assoc. Abatel	14
Lupionópolis	Assoc. Cheiro da Terra	11
Lupionópolis	Assoc. Cana Brava	11
Lupionópolis	Assoc. São Cristóvão	10
Lupionópolis	Assoc. Ouro Verde	10
Lupionópolis	Assoc. Lupion	10
Londrina	Assoc. Akolá	42
Londrina	Assoc. Rei do Alface	6
Cafeara	Assoc. Aproterra (Boa Cultura)	11
Florestópolis	Grupo Mazar	11

**Fonte:** Barbin (2010) - com alteração<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Em Barbin (2010) o Banco da Terra da Associação ABATEL está constando como situado em Lupionópolis, quando na realidade está localizado no município de Centenário do Sul.

Durante a existência do Programa Banco da Terra, pudemos observar, no âmbito do Núcleo Regional da SEAB de Londrina, diversas falhas e dificuldades quanto a sua operacionalização. Apesar da estrutura criada no Estado do Paraná, com a finalidade de distribuir atribuições e competências das várias instâncias para a operacionalização do programa, um ponto falho detectado, foi a sobrecarga de trabalho do coordenador regional, pois este era o único habilitado para elaborar as propostas de financiamento da sua regional. Como a demanda de propostas de financiamento era numerosa, essa sobrecarga de trabalho impediu-o de executar outras atribuições de sua competência tais como a interação com os beneficiários, com os conselhos municipais, com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e com os escritórios locais do EMATER, o que só foi possível durante a elaboração das primeiras propostas. Outra atribuição do coordenador regional era a de supervisionar a execução dos projetos aprovados, o que ficou prejudicado por causa da dedicação, quase exclusiva, de seu tempo à elaboração das propostas.

Segundo Barbin (2010), a sobrecarga de trabalho atribuída ao coordenador regional influenciou na pouca interação com os beneficiários no sentido de se buscar melhor qualificação das propostas elaboradas, levando-se em conta as habilidades e o perfil dos agricultores.

Outro agravante de haver apenas um profissional por região, habilitado para confeccionar as propostas de financiamentos, foi o de não haver tempo hábil para um melhor entrosamento entre esse e os beneficiários, acarretando na confecção de propostas padronizadas para cada grupo, não levando em consideração os interesses individuais dos integrantes do grupo. A proposta produtiva (PRONAF-A Investimento) de cada grupo era escolhida de acordo com o interesse da maioria dos beneficiários (BARBIN, 2010, p. 51).

Outro problema detectado diz respeito à questão de implantação de projetos em áreas de baixa aptidão agrícola, devido ao relevo e à baixa fertilidade dos solos, somando-se a este os problemas do tamanho dos lotes e o superfaturamento das terras, conforme cita Nabarro (2010, p.145) ao estudar quatro assentamentos do Banco da Terra nos Municípios de Londrina e Tamarana.

Dessa forma, podemos verificar que, neste caso, um dos objetivos específicos contido no Manual de Operações do Banco da Terra (2000) não foi cumprido, qual seja, o de racionalizar os esforços e uso dos recursos financeiros dos

governos Federal, Estadual e Municipais, de acordo com as necessidades dos grupos de beneficiários.

Com a extinção do Programa Banco da Terra e a Criação do Programa de Crédito Fundiário (PNCF) no Governo Lula, observa-se uma semelhança entre os dois programas com poucas alterações significativas em suas normas operacionais. Entretanto, o antigo coordenador regional do Banco da Terra passa agora a ser denominado de Coordenador de Crédito Fundiário e Assentamentos, não tendo mais a incumbência de atender a demanda de elaboração de propostas de financiamentos na região a qual passam a ser realizada por profissionais devidamente habilitados e credenciados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná (FETAEP) e na Unidade Técnica Estadual. Como incumbência, o Coordenador de Crédito Fundiário passa a ter maior responsabilidade na análise da viabilidade técnica e econômica das propostas e no monitoramento da aplicação dos recursos do PNCF, Banco da Terra e PRONAF-A.

## **5 BANCO DA TERRA – GRUPO SOL NASCENTE: GÊNESE – CRISE – SITUAÇÃO ATUAL**

### **5.1 FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO SOL NASCENTE**

A demanda para a implantação do Programa Banco da Terra em Centenário do Sul teve origem em setembro de 1999, quando um pequeno grupo de produtores rurais tomou conhecimento do programa e começou a se mobilizar para ter acesso ao benefício. Tratava-se do primeiro Banco da Terra do Estado do Paraná. Esse grupo vislumbrava a possibilidade de adquirir seu próprio pedaço de terra e, com isso, ter a garantia de nela plantar e livrar-se do pagamento de uma renda aos proprietários de terras por meio do arrendamento.

Como forma de divulgar e incentivar o Programa Banco da Terra no município, houve a iniciativa por parte da liderança do atual Grupo Sol Nascente de divulgar e cadastrar pessoas interessadas no Programa. Dessa forma, a líder do grupo entrou em contato com o escritório local do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) entidade que, na época, seria a principal responsável pela execução do Programa em nível municipal e que estaria capacitada para a elaboração das propostas de financiamento e para a compra da terra, como também do projeto produtivo via linha de crédito do PRONAF- A.

Por essa ocasião, o EMATER estava se organizando para estruturar as ações em atendimento às demandas do Banco da Terra que estariam por vir. Para tanto, na Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) (Figura 4) realizou-se treinamento com os técnicos do EMATER de cada região administrativa da SEAB, os quais foram designados pelos Gerentes Regionais, com a incumbência de assumir o cargo de Coordenador Regional do Banco da Terra. Dessa forma, caberia ao Coordenador Regional do Banco da Terra, a divulgação e o esclarecimento do programa e a elaboração da proposta de financiamento para a compra de terras. Para tanto, era atribuição do Coordenador Regional, (1) avaliar os imóveis rurais, sua infraestrutura e a compatibilidade com o projeto produtivo; (2) reunir os agricultores e trabalhadores rurais para avaliação do perfil e a experiência de cada um na agricultura; (3) coletar a documentação exigida para a elaboração e

encaminhamento da Proposta de Financiamento; e (4) articular-se com o Conselho Municipal do Paraná-12 Meses<sup>14</sup>.

Em 13 de setembro de 1999, foi realizada uma reunião no Ginásio Municipal para que o coordenador regional repassasse as informações sobre o Programa e expusesse as normas de enquadramento (Quadro 4). Terminada a reunião, observou-se que, as exigências para o enquadramento nas normas do programa, a alta taxa de juros do financiamento e o receio de não conseguir saldar a dívida desestimulou a maioria das pessoas. Apenas um grupo de aproximadamente 50 pessoas decidiu criar uma associação cujo interesse principal era o de ter acesso à terra por meio do programa.

Em 20 de setembro de 1999, criou-se a Associação dos Agricultores e Arrendatários de Centenário do Sul (APARC) que se constituiu e se enquadrou como uma entidade de interesse público.

#### Quadro 4 – Normas para enquadramento no Programa Banco da Terra.

Critério	Enquadramento
Beneficiários	<p>- Trabalhadores rurais não proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros posseiros e arrendatários que comprovem no mínimo, cinco anos de experiência na atividade rural, incluindo a agrossilvicultura, turismo rural e artesanato rural.</p> <p>- Agricultores proprietários de imóveis rurais com área inferior ao módulo fiscal do município, cujas explorações das atividades produtivas sejam, comprovadamente, insuficientes para gerar renda capaz de lhes propiciar o sustento e de suas famílias.</p>
Impedimentos	<p>Não podem ter acesso aos financiamentos os candidatos que tiverem restrições cadastrais, que tenham participado de ocupações ilegais de terras ou que se enquadrem em qualquer das situações abaixo discriminadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Já tiver sido beneficiado anteriormente pelo Banco da Terra, mesmo que já tenha liquidado o seu débito, bem como o seu cônjuge;</li> <li>2. Tiver sido contemplado por qualquer projeto de assentamento rural, bem como o seu cônjuge;</li> <li>3. Exercer, bem como seu cônjuge, cargo ou função pública, autárquica ou em órgão paraestatal, ou ainda, se achar investido de atribuições em instituições parafiscais;</li> <li>4. Dispuser de renda familiar anual bruta, originária de qualquer meio ou atividade, superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);</li> <li>5. Tiver sido proprietário de imóvel rural cuja área fosse igual ou superior ao módulo fiscal do município, nos três anos anteriores ao pedido de financiamento;</li> <li>6. For promitente comprador ou possuidor de direito de ação e herança em imóvel rural;</li> <li>7. For possuidor de patrimônio, composto de bens de qualquer natureza, de valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</li> <li>8. Tiver participado de invasão de terras ou de prédios públicos, de depredação do patrimônio público ou sequestro de funcionários</li> </ol>

Fonte: Brasil (2000).

<sup>14</sup> No Estado do Paraná, os primeiros projetos do Banco da Terra foram submetidos ao Conselho Municipal do Paraná – 12 Meses, que já estava consolidado em todos os municípios desde 1996.

É importante salientar o item “h” do quadro 4, no qual fica claro o objetivo do Programa Banco da Terra, ou seja, discriminar aqueles que participam ou participaram dos movimentos sociais de trabalhadores rurais na luta pela terra de trabalho. Segundo Alentejano ao analisar a implantação do Programa Banco da Terra por meio do documento intitulado “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural Brasileiro” em 1999, salienta o seguinte aspecto:

Alteração das regras da política de obtenção de terras e de financiamento da produção, de modo a minar as duas fontes básicas de “oxigenação” do movimento, quais sejam, a concretização da desapropriação das terras ocupadas e o bom desempenho de alguns assentamentos vinculados ao MST, diante da situação de penúria generalizada da agricultura familiar (ALENTEJANO, 2000, p. 96).

Outra exigência do Programa era de que o beneficiário seria obrigado a residir no lote, exigência esta que foi excluída posteriormente no atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), que veio substituir o Programa Banco da Terra em 2004.

O Programa Banco da Terra permitia aos interessados autonomia não só para definir a constituição das pessoas para a formação do Grupo de interesse, como também para a escolha da terra a ser adquirida. Segundo Sauer (2004), ao se referir ao Programa Cédula Rural, antecessor do Banco da Terra, o próprio Banco Mundial previa a interação de pessoas e grupos sociais como premissa para o financiamento de programas sociais.

Uma das diretrizes básicas do Banco Mundial para o financiamento de programas “sociais” é o incentivo à participação das pessoas e grupos sociais diretamente envolvidos nos projetos. Por outro lado, para ter acesso ao financiamento do Cédula da Terra, as famílias sem terra devem estar organizadas em uma associação comunitária, legalmente constituída (*a priori um espaço de participação e tomada de decisões*) e por meio dele encaminhar a solicitação de financiamento (SAUER, 2004, p. 51, 52).

Dessa forma, o grupo de agricultores iniciou os primeiros contatos com alguns proprietários de terras do município, entretanto esse grupo deparou-se com grandes dificuldades para encontrar uma área que satisfizesse a todos. Em janeiro de 2000, foi apresentada uma proposta de adquirir a Fazenda Nossa Senhora Aparecida, com 155 hectares pelo preço de R\$ 545.000,00 (quinhentos e

quarenta e cinco mil reais) pelo fato de essa fazenda possuir terra fértil e mecanizável, energia elétrica e poço semiartesiano. Em entrevista realizada com um dos beneficiários, esse beneficiário afirmou que a proposta partiu do proprietário.

*[...] Eu estava trabalhando na oficina do meu irmão quando o proprietário da Fazenda Nossa Senhora Aparecida chegou. Ele já sabia do Programa do Banco da Terra e estava interessado em vender a sua propriedade. Disse que deixaria um trator para o grupo caso a negociação desse certo [...] (Beneficiário do Banco da Terra).*

Conforme Martins (1986, p. 168) esse fato vem ilustrar que, quando o proprietário tem uma proposta para a compra da terra com pagamento à vista em dinheiro, este é um atrativo para que ele negocie suas terras para os programas de reforma agrária.

Para a negociação da propriedade, havia um acordo entre as partes que o proprietário deixava para o grupo um trator Ford - 6610 ano 1985, em troca de um curral de madeira para alojar bovinos. Foi comentado que o preço da terra em questão, R\$ 3.248,90/ha, estava além da média do município que na época era em torno de R\$ 2.270,00 o hectare de “terra roxa”, conforme dados do DERAL. Apesar de terem sido apresentadas outras propostas com preços menores, o grupo optou pela Fazenda Nossa Senhora Aparecida devido à comprovada fertilidade do solo. Havia relatos de que o proprietário havia colhido a lavoura de soja com uma produtividade em torno de 120 sacas por alqueire (49,6 sacas por hectare) sem sequer ter utilizado adubo, enquanto a média municipal de produtividade de soja naquela época girava em torno de 100 sacas por alqueire (41,3 sacas por hectare), o que caracteriza a obtenção da renda da terra diferencial I, por fertilidade natural.

Em função do tamanho dessa propriedade (155 hectares), do preço de R\$ 545.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco mil reais) e do limite de financiamento por beneficiário de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), foi definido que o grupo a ser beneficiado seria composto de catorze integrantes, pois com esse arranjo conseguiriam acessar o montante de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), valor suficiente para pagar a terra com as benfeitorias e cobrir os custos de medição topográfica, elaboração e registro da escritura. Por essa ocasião, as lideranças da APARC já haviam definido as pessoas para compor esse grupo. Os demais aguardariam a elaboração do próximo projeto que veio a constituir em 2001 o Banco da Terra Santo Expedito, beneficiando 35 famílias.

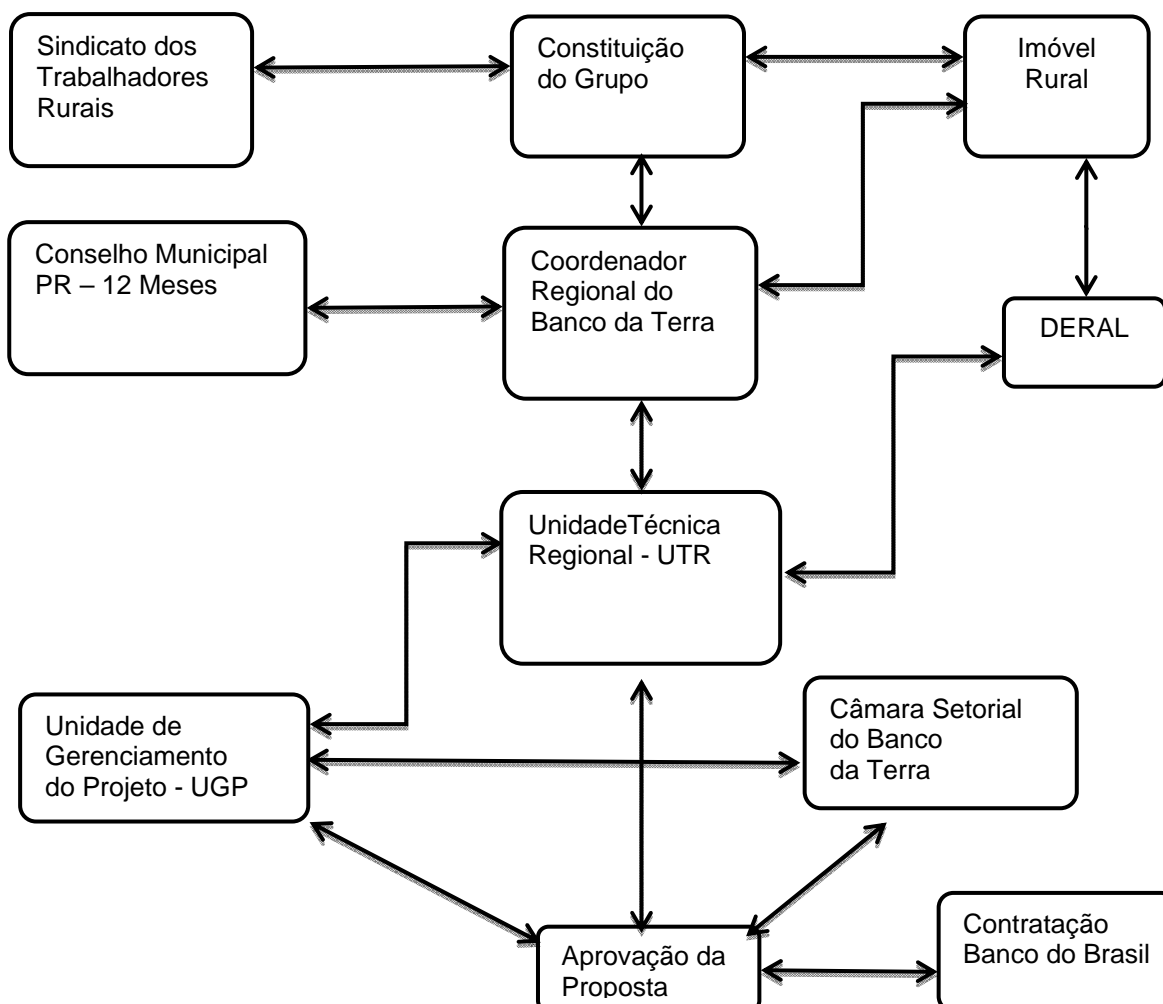
Nota-se que o interesse do grupo era utilizar todo o limite de recursos para a compra da terra e pagar os custos de medição topográfica e registro da escritura, ficando a construção das casas em segundo plano, as quais teriam de ser construídas com recursos próprios. Cabe ressaltar que, se de fato o grupo tivesse interesse na construção das casas, seus integrantes poderiam constituir um grupo maior, acessando um volume maior de recursos, de tal forma que o montante seria suficiente para a compra da terra, bem como para a construção das casas. Todavia, isso implicaria uma área menor de terra para cada beneficiário, evidenciando que a prioridade era garantir a maior área possível para cada um. Entretanto o grupo não atentou para as necessidades de infraestrutura, principalmente a construção das casas que teriam, obrigatoriamente, de construí-las para atender as normas do programa, ou seja, exigir que o beneficiário morasse no lote.

Na aplicação de questionário, realizada em maio de 2013 com cinco beneficiários e, de outubro a novembro de 2013, com sete beneficiários, questionou-se o porquê da escolha da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, uma vez que havia disponibilidade de terras mais baratas no município, o que poderia significar a aquisição de uma área maior de terras ou, sobra de recursos para aplicação em infraestrutura. A resposta dada pelos beneficiários foi de que era “terra roxa”, terra boa, de melhor fertilidade, pois já tinham conhecimento do resultado da lavoura de soja, mencionado pelo proprietário, que obteve uma produtividade acima da média municipal, conforme relatado anteriormente. Vale relacionar a esse fato a teoria da renda da terra, uma vez que, segundo Martins (1995, p. 48), a obtenção da renda pelo proprietário da terra pode ocorrer por meio de arrendamento (aluguel da terra) ou mesmo “pode ser exercida de uma só vez, mediante a venda da terra”. Por sua vez, observa-se que a fertilidade natural e a localização das terras desse proprietário levaram-no à obtenção da renda da terra diferencial I, motivo que levou os associados da APARC a optar pela compra, mesmo conscientes da impossibilidade de sobra de recursos para construir suas casas nos seus lotes com o valor disponível para cada beneficiário.

O fluxo de procedimentos (Figura 6) segue com a manifestação formal do proprietário elaborando a Proposta de Intenção de Venda, na qual é mencionado o preço pretendido pela terra nua, bem como pelas benfeitorias existentes na propriedade. A Proposta é então encaminhada ao Conselho Municipal

do Paraná 12 Meses e, em seguida, para a Unidade Técnica Regional (UTR) para o parecer. Para a aprovação da proposta, caberia à UTR realizar *in loco* a vistoria e avaliação da propriedade como um todo, ou seja, a terra e as benfeitorias, tendo como parâmetro básico, os dados da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento (SEAB) por meio do Departamento de Economia Rural (DERAL). A avaliação do DERAL leva em conta o tipo de solo (terra roxa, mista ou arenosa) e o grau de mecanização (mecanizável ou não mecanizável). Dessa forma, feita a avaliação da terra, são avaliadas também as benfeitorias existentes na propriedade, constantes na Proposta de Intenção de Venda.

**Figura 6** - Organograma para a implantação do Grupo Sol Nascente – 2000.



**Fonte:** Do próprio autor.

Durante o processo de elaboração da Proposta, foram realizadas, pelo Coordenador Regional do Banco da Terra, reuniões com os beneficiários para apresentar os compromissos financeiros que teriam de assumir. Caberia a cada um

dos beneficiários uma dívida de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Assim sendo, foram feitas simulações financeiras para conhecimento dos valores das parcelas a serem pagas, cujo período de carência seria de até três anos. Com esse procedimento, o grupo foi orientado sobre as parcelas anuais e dos valores crescentes, ano após ano em razão do sistema de juros aplicados pelo agente financeiro. Dessa forma, o Coordenador Regional do Banco da Terra, o EMATER, por meio do Escritório Local de Centenário do Sul, juntamente com os futuros beneficiários, discutiram propostas de projetos produtivos que dessem o retorno e a viabilidade econômica para a manutenção familiar, bem como a rentabilidade necessária para pagamento das parcelas referentes ao financiamento da terra.

Feita a demonstração das várias alternativas de produção e das respectivas viabilidades econômicas, ficou demonstrado, pelas análises econômicas, que somente a exploração da terra com culturas anuais, tais como o algodão, feijão e milho, lavouras estas que a grande maioria possuía tradição no cultivo, não seria suficiente para dar a sustentabilidade econômica necessária para o pagamento das dívidas, uma vez que a renda gerada com essas atividades cobririam somente as despesas com a manutenção familiar. Após discussões e análises de alternativas, tais como a fruticultura tropical, cuja região apresenta excelentes condições de clima e solo, a sericicultura, a bovinocultura de leite e o café adensado, os agricultores decidiram pelo plantio de café adensado<sup>15</sup>, uma vez que já tinham experiência quer seja trabalhando com seus pais na lavoura, quer seja trabalhando para terceiros como parceiros ou como trabalhadores assalariados. Todos os beneficiários eram moradores de Centenário do Sul. Também pudemos constatar que a maioria desses beneficiários, nasceu no município de Centenário do Sul ou municípios vizinhos e que todos tinham origem e experiência de trabalho na zona rural (Quadro 5).

---

<sup>15</sup>Sistema tecnológico preconizado pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), no qual as mudas de café são plantadas em espaçamentos menores, podendo-se obter produtividades que podem atingir o triplo da produtividade do café tradicional.

**Quadro 5** - Origem e tipo de experiência e relação de trabalho do beneficiário.

<b>Beneficiário</b>	<b>Local de Nascimento</b>	<b>Experiência de trabalho</b>	<b>O que fazia antes de entrar no Banco da Terra</b>
1	Lupionópolis-PR	Rendeiro, parceiro	Tocava roça como parceiro de café
2	Centenário do Sul-PR	Empregado rural	Empregado rural
3	Miraselva-PR	Serviço temporário rural (boia fria)	Serviço temporário rural (boia-fria)
4	Centenário do Sul - PR	Trabalhava no sítio do pai	Trabalhava no sítio do pai
5	Centenário do Sul - PR	Rendeiro	Tocava roça como rendeiro de algodão
6	Centenário do Sul - PR	Rendeiro	Tocava roça como rendeiro de algodão
7	Cerro Azul-MG	Rendeiro	Caminhoneiro (empregado)
8	Centenário do Sul - PR	Serviço temporário rural (boia fria)	Pedreiro e serviço temporário rural (boia-fria)
9	Centenário do Sul - PR	Rendeiro	Tocava roça como rendeiro de algodão
10	Regente Feijó-SP	Serviço temporário rural (boia fria)	Serviço temporário rural (boia-fria)
11	Centenário do Sul - PR	Rendeiro	Tocava roça como rendeiro de algodão e como parceiro de café
12	Altônia-PR	Rendeiro	Eletricista (empregado)

Trabalho de campo – 2013.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Observa-se que, muito embora outras atividades fossem interessantes sob o ponto de vista econômico, como a fruticultura, os agricultores mostraram-se receosos, pelo desconhecimento das técnicas de produção, da incerteza de disponibilidade de assistência técnica especializada e principalmente da

garantia de comercialização. Dessa forma, como projeto produtivo, esses agricultores optaram pela cultura do café, explorada em parte da área, como geradora de renda para pagamento da dívida da terra, enquanto parte da área seria destinada para pequenas criações, culturas anuais e de subsistência.

O planejamento e a formatação da proposta começava ganhar as bases de sustentação necessárias à viabilidade técnica e econômica, ou seja, terra disponível de excelente fertilidade, grupo de agricultores e trabalhadores rurais com elegibilidade comprovada, atendendo às normas do programa, assistência técnica disponível, enquadramento e acesso a outras políticas públicas como o PRONAF (nível federal), o Projeto Paraná-12 Meses (nível estadual) e a produção e doação de mudas de café (nível municipal).

Na proposta que se encaminhou, o preço proposto pelo proprietário para a venda de 155,09 hectares da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, ao Programa Banco da Terra foi de R\$ 545.000,00 (conforme Declaração de Intenção de Venda redigida e assinada pelo proprietário no dia 01 de março de 2000). Todavia a proposta foi alterada tendo em vista que nela não estava incluída a sede da fazenda (Figura 7 e 8) que compreendia 6,08 ha, motivo pelo qual a área destinada para o grupo passou a ser de 149,072 ha.

**Figura 7** – Vista panorâmica da sede da Fazenda Nossa Senhora Aparecida (ao fundo o Rio Paranapanema).



**Fonte:** Do próprio autor. (2013).

**Figura 8 – Casa sede da Fazenda Nossa Senhora Aparecida.**

Fonte: Do próprio autor (2013).

Na proposta de financiamento, consta o valor de R\$ 503.877,00 pela terra nua (R\$ 3.248,90 por hectare). As benfeitorias existentes na propriedade foram avaliadas em R\$ 41.123,00 (Quadro 6).

**Quadro 6 – Benfeitorias/equipamentos existentes na propriedade (avaliação).**

Descrição / tipo	Unidade	quant.	Estado de Conservação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1 tulha de peroba 10 X 6	m <sup>2</sup>	50	B	1.250,00	1.250,00
1 tulha de peroba 10 x 9	m <sup>2</sup>	90	B	2.250,00	2.250,00
1 casa de peroba	m <sup>2</sup>	80	B	2.400,00	2.400,00
1 terreiro 30 x 20	m <sup>2</sup>	600	R	3.000,00	3.000,00
1 casa de alvenaria 8 x 8	m <sup>2</sup>	64	B	2.800,00	2.800,00
1 galinheiro 5 x 4 coberto	m <sup>2</sup>	20	B	300,00	300,00
1 chiqueiro 5 x 5	m <sup>2</sup>	25	R	300,00	300,00
1 torre telefônica comunitária	Un.	01	B	1.800,00	1.800,00
1 poço semiartesiano	Un.	01	B	10.500,00	10.500,00
Rede de energia elétrica trifásica	Un.	01	B	2.100,00	2.100,00
Cerca para gado	m	3,5	B	400,00	1.400,00
Terraceamento base larga	ha.	121	B	63,00	7.823,00
Carreadores cascalhados	km	1,2	B	4.500,00	5.400,00
<b>TOTAL</b>					<b>41.123,00</b>

(B): Bom (R): Razoável.

Fonte: Adaptado pelo autor de EMATER (2001).

Foram aprovados valores submetidos à avaliação do DERAL num montante de R\$560.000,00 para a compra das terras e suas benfeitorias com adicional de 1% ao agente financeiro (R\$5.450,00) a título de taxa de administração. O restante dos recursos foi utilizado para pagar os serviços topográficos de demarcação dos lotes, escritura e registro do imóvel.

Paralelamente a avaliação da propriedade pelo DERAL, o Conselho Municipal do PR-12 Meses teve como atribuição avaliar e dar o parecer sobre a elegibilidade dos pretendentes beneficiários. Aprovada a proposta de intenção de venda pela UTR e o enquadramento e elegibilidade dos pretendentes beneficiários, a continuidade do processo se deu com a elaboração do Projeto para a compra da terra e das benfeitorias pelo Coordenador Regional do Banco da Terra em março de 2000 e encaminhado para o parecer da UTR no início de abril de 2000 e, em seguida, enviado à UGP para análise e parecer final (Figura 5).

Em 28 de abril de 2000, o projeto foi aprovado pela UGP e encaminhado para a liberação dos recursos pelo Banco do Brasil S.A., em 26 de maio de 2000, com o repasse de recursos, data considerada como marco de inauguração oficial do Programa Banco da Terra no Paraná, o Projeto foi contratado.

Foi feita uma única Escritura em Comum Pró Indiviso, no qual o contrato está em nome de todos, sendo esses avalistas um dos outros. Segundo entrevista com alguns beneficiários sobre o porquê de terem optado por essa modalidade de contrato, eles atribuíram ao poder de convencimento da liderança, alegando que reduziria os custos cartorários com o registro de apenas uma escritura ao invés de catorze. As lideranças acreditavam também que estando em grupo, teriam maior poder de barganha para pleitear benefícios governamentais, como no caso do Projeto Paraná 12 Meses.

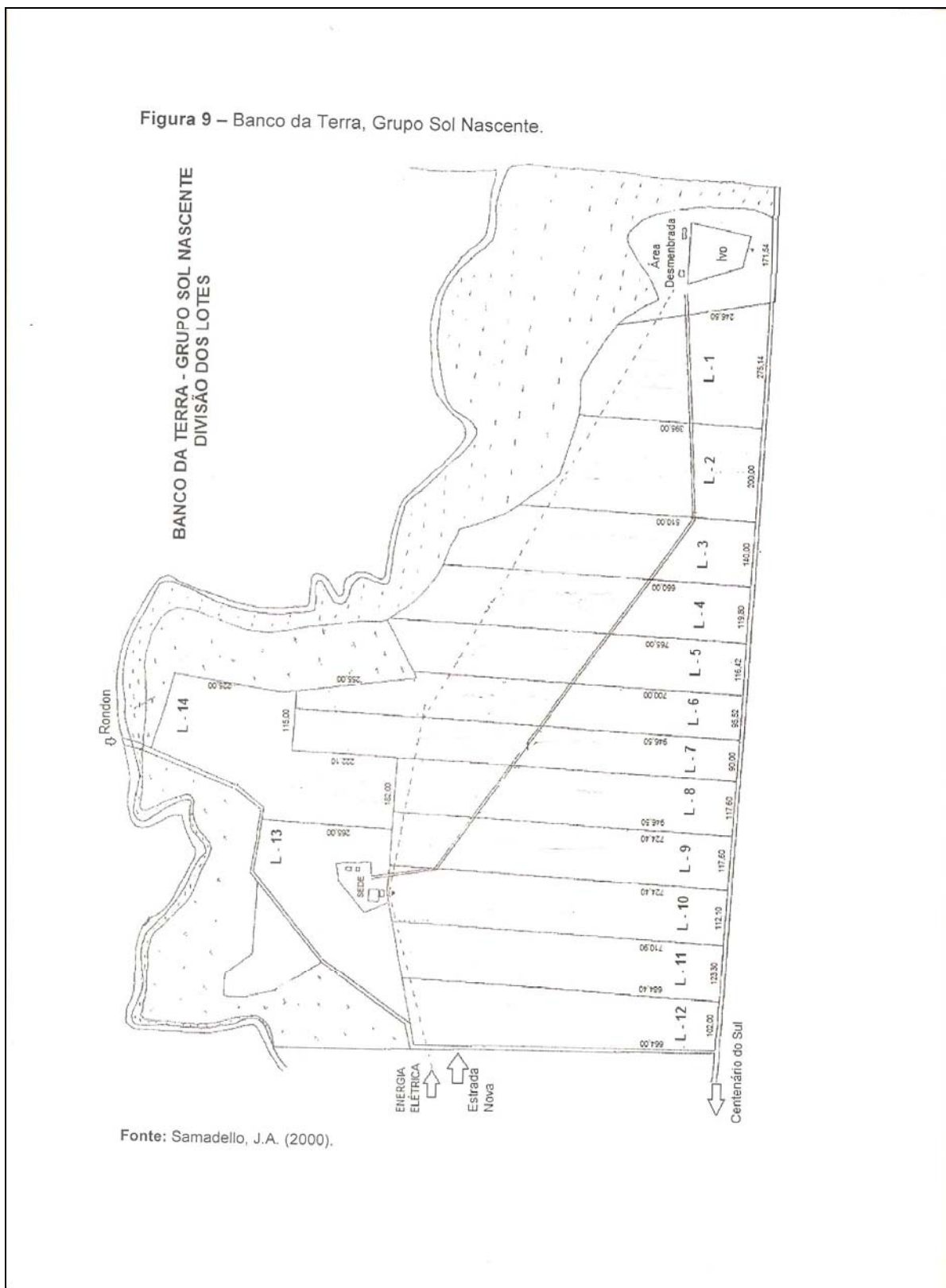
Segundo o ex-Coordenador Estadual, pelo EMATER, do Programa Banco da Terra, como este seria o primeiro a ser implantado no Estado do Paraná, havia a concepção, por parte da Câmara Setorial e da UGP, de que a contratação em associação ou em cooperativa seria a solução mais viável para estes para a implantação do programa. Ainda, segundo o ex-coordenador, não se conhecia muito bem as regras do financiamento, pois a regulamentação quanto à quitação de dívidas, substituições de beneficiários e outras situações, somente foram oficializadas mais tarde, algumas delas junto ao Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nesse segundo caso, ficou confirmado que muitas das normas foram

editadas depois da criação do programa. Portanto, o Sol Nascente foi implantado sem grandes esclarecimentos dos problemas que poderiam acarretar posteriormente.

Como na modalidade de Escritura em Comum Pró Indiviso não define onde situa a fração de terra que caberia a cada um, neste caso 1/14 avos e como o sistema de produção definido foi individual, foi contratado um topógrafo para delimitar e dividir a área em 14 lotes. A escolha e definição de cada lote ocorreram por sorteio (Figura 9), à exceção de dois lotes para os quais os membros do grupo resolveram deixar a escolha para a líder do grupo, devido ao fato de ela ter se empenhado na concretização, do projeto. Assim sendo, a líder teve a opção da escolha de seu lote e de outro o qual viria ser ocupado por seu parente.

Vale salientar que um terceiro lote foi repassado para uma família em piores condições financeiras. Nesse lote já havia uma casa que serviria para essa família. Dessa forma, não precisaria dispendir recursos financeiros para a construção da casa.

Figura 9 – Banco da Terra: Grupo Sol Nascente.



Fonte: Arquivo pessoal de José Augusto Samadello (2000).

## 5.2 EVOLUÇÃO E CRISE DO GRUPO SOL NASCENTE

A primeira reunião técnica do grupo Sol Nascente com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), responsável pela assistência técnica oficial no Estado do Paraná, teve como objetivo tratar dos programas de apoio governamental tais como o PRONAF e Paraná-12 Meses. Discutiram-se a tecnologia de implantação e a condução do café adensado via sistema do IAPAR, a importância da capacitação do produtor rural e da disponibilidade de cursos e treinamentos num convênio entre EMATER, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) e Paraná 12 Meses.

Por essa ocasião, os beneficiários reivindicaram recursos estaduais do Paraná-12 Meses para construção de casas e recursos federais do PRONAF-A para a implantação do projeto produtivo, nesse caso, o plantio do café.

Feita a apresentação das normas e do enquadramento do Projeto Paraná 12 Meses para o grupo, o EMATER de Centenário do Sul realizou o diagnóstico do Grupo Sol Nascente para a elaboração do Plano de Ação da Comunidade. O Plano de Ação da Comunidade Grupo Sol Nascente para o ano de 2000 previa a construção de um barracão comunitário (Figura 10) e a construção de 13 moradias (Figura 11) e a reforma de uma casa já existente na propriedade, ocupada por uma das famílias dos beneficiários. O Plano de Ação da Comunidade era elaborado anualmente, nele constando as necessidades de recursos apoiados pelo Projeto Paraná 12 Meses.

**Figura 10** - Barracão Comunitário.



Tinha como objetivos servir de local para as reuniões dos beneficiários, promoção de eventos festivos e realização de cursos e reuniões técnicas. Havia neste barracão uma cozinha comunitária a qual seria destinada para a fabricação de produtos processados com doces, compotas, geleias, conservas, etc.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ivone de Fátima Silva (2001).

**Figura 11** - Casa em construção pelo Paraná 12 Meses



Os recursos destinavam-se para a compra de material. A mão de obra era contrapartida do produtor).

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ivone de Fátima Silva (2001).

Em relação ao processo produtivo e de geração de renda, previa-se o plantio de algodão e a produção de mudas de café, ou seja, após a colheita de algodão, as mudas estariam prontas para o plantio. Previa-se que os recursos para o custeio do plantio de algodão, tratado em reunião participativa, pudesse provir do

Paraná 12 Meses<sup>16</sup> (Fomento Agropecuário), uma vez que a liberação dos recursos do PRONAF-A estava atrasada e indefinida. Também previa o desenvolvimento de propostas comunitárias para geração de renda familiar. Neste sentido, o EMATER, em conjunto com os beneficiários, procurou alternativas viáveis como a fruticultura e agroindústria caseira. Essas atividades, a princípio, teriam uma participação mais efetiva das mulheres, como forma de melhor aproveitamento da produção existente e na agregação de valor ao produto. Assim, os recursos do Paraná 12 Meses e da Secretaria de Emprego e das Relações do Trabalho (SERT) também seriam empregados na capacitação das mulheres. A ideia era que as mulheres desenvolvessem atividades econômicas que gerassem renda e ocupassem a mão de obra nos momentos de ociosidade.

Aprovado o Plano de Ação da Comunidade, deu-se início à elaboração das propostas de apoio<sup>17</sup> ao Grupo Sol Nascente pelo Paraná 12 Meses que foram encaminhadas e aprovadas, contemplando-se os seguintes itens (Quadro 7):

**Quadro 7 – Propostas apoiadas pelo Projeto Paraná 12 Meses.**

<b>Proposta</b>	<b>Data do pagamento</b>	<b>Valor apoiado (R\$) (fundo perdido)</b>
<b>Construção de barracão comunitário (250 m<sup>2</sup>)</b>	*	9.606,45
<b>Reforma de 01 moradia e construção de 13 moradias</b>	27/12/2000	24.775,04
<b>Produção de mudas de café</b>	27/12/2000	10.789,58
<b>Produção de mudas de café (complementação)</b>	27/12/2000	5.810,33
<b>Aquisição de Plantadeira Plantio Direto</b>	26/11/2002	15.000,00

(\*) – Sem informação

**Fonte:** Adaptado pelo autor de EMATER. Centenário do Sul (2013).

<sup>16</sup> No Paraná 12 Meses havia uma linha de recursos específica para o fomento agropecuário. Estes recursos poderiam auxiliar na compra da semente e do adubo para o plantio do algodão, muito embora se cogitasse que esses recursos pudessem ser empregados para a construção de terreiros que serviriam não apenas para secagem de café, mas também para o feijão, mamona e outros.

<sup>17</sup> As propostas de apoio eram os projetos encaminhados à Coordenação Estadual do Paraná 12 Meses para aprovação e liberação dos recursos. As demandas destas propostas estavam previstas no Plano de Ação da Comunidade.

No planejamento dos cursos da SERT, foi previsto, também, o curso de implantação de café, destinado ao Grupo Sol Nascente com duração de 24 horas. Assim sendo, o curso foi realizado durante três sábados subsequentes (setembro de 2000), com boa avaliação e receptividade por parte do grupo, com 85,7% de participação (apenas duas das 14 famílias não marcaram presença).

Pelo fato de os chefes de família estarem ocupados e envolvidos no preparo do solo, plantio e condução da lavoura de algodão, o processo de capacitação continuou com a presença e participação dos familiares, em especial as esposas e filhos. No ano 2000, as atividades de capacitação do EMATER tiveram a presença de participantes do Grupo Sol Nascente nos seguintes eventos: Encontro Regional de Diversificação; Curso SERT: Fruticultura (Abacaxi e uva); Excursão: Cultura da Uva Niágara (Japira e Ibaiti-PR); Excursão: Cultura do Palmito Pupunha (Dracena-SP).

Segundo o EMATER local de Centenário do Sul, o processo para liberação dos recursos do crédito rural foi o mais problemático, pois enfrentou várias dificuldades tais como:

- Demora na definição das normas e disponibilidade dos recursos do PRONAF-A ao Banco da Terra por parte do Governo Federal<sup>18</sup>;
- Demora do “Formulário Padrão” do PRONAF-A;
- Dificuldades de operacionalização da planilha “CREDI FÁCIL” para elaboração do PRONAF-A, até mesmo por profissionais da região com especialização em informática;
- Demora da emissão da Carta de Aptidão (DAP) por parte do INCRA;
- Falta de um contato e participação mais efetiva e frequente da UGP e da Câmara Setorial do Banco da Terra (Curitiba) junto à EMATER (Local e Regional) e ao grupo de beneficiários e também junto à Agência Local do Banco do Brasil, dando os devidos esclarecimentos e encaminhamentos necessários, evitando assim as informações desencontradas e confusas.

---

<sup>18</sup>Houve boatos de que o MST haveria pressionado o Governo Federal, reivindicando os recursos apenas para a reforma agrária tradicional e que o presidente do INCRA não concordava em repassar os recursos do PRONAF-A para o Banco da Terra e outros comentários similares.

- Melhor preparação dos agentes financeiros, no aprofundamento e conhecimento das normas, na operacionalização e repasse de informações corretas aos beneficiários.

Todos esses problemas podem ser atribuídos ao fato de este ter sido o primeiro projeto do Banco da Terra implantado no Paraná. Por envolver vários órgãos, com competências específicas, em várias instâncias do processo de contratação, seria compreensível a necessidade de um tempo para a assimilação de todos os procedimentos burocráticos. Tal situação, entretanto, só prejudicou o cronograma do planejamento, causando vários transtornos e indefinições, culminando com a não correta aplicação de recursos.

Vale lembrar que o projeto original para cada beneficiário previa a implantação de 5,00 hectares de café adensado e o plantio de 3,00 hectares de algodão que seriam implantados com os recursos provenientes do PRONAF-A. A área restante seria destinada à reserva legal, construção da casa e formação de hortas e pomares caseiros, sendo a área proporcional de reserva legal de 2,13 hectares por beneficiário e a área destinada para a casa e formação da horta e do pomar, em torno de 0,51 hectares. Dessa forma, a área projetada e destinada para cada beneficiário totalizava 10,64 hectares, estando próximo, porém inferior à área do módulo fiscal do município que é de 12,00 hectares.

Mesmo com as dificuldades de acesso ao crédito, a cultura do algodão foi a primeira a ser introduzida, conforme previa o Plano de Ação. A execução dos trabalhos na terra e início do processo produtivo pelos novos beneficiários começou pelo preparo do solo, para o plantio do algodão, totalizando uma área de aproximadamente 105 ha, numa média de 7,50 ha por família.

Vale ressaltar que, conforme visto, por essa ocasião ainda não haviam sido liberados os recursos do PRONAF-A que é a primeira linha de crédito de investimento disponível. Assim, o plantio foi possível porque o grupo recorreu ao comércio local, conseguindo adquirir combustível para os tratores e insumos. Quanto à forma de pagamento aos fornecedores, foi combinado e acertado para depois da colheita, sendo acordada, uma taxa de juros de 3% ao mês. Sem opção, os agricultores viram-se obrigados a aceitar tal situação de sujeição, caracterizando nesse caso a apropriação de parte da renda da terra pelo capital comercial que de certa forma assume também a função de capital financeiro. É a sujeição do agricultor ao capital comercial. É a partir daí que foram detectados os entraves e os problemas

estruturais, devido ao engessamento burocrático que atrasava os recursos de custeio aos beneficiários que necessitavam com urgência desses recursos, pois o calendário agrícola precisa seguir o fluxo que a natureza determina no que diz respeito à época adequada para o plantio e, até então, o repasse de recursos pelo PRONAF-A, ainda não estava autorizado pela Superintendência do Banco do Brasil.

Note-se que o recurso para a compra da terra foi liberado em maio de 2000. Os agricultores só iniciaram o trabalho na terra em agosto de 2000, após a colheita do milho pelo proprietário da fazenda Nossa Senhora Aparecida. A terra foi preparada pelos agricultores com o objetivo de ocupá-la, totalmente, com a cultura do algodão, uma vez que as mudas de café, previstas para o plantio da maior parte da área, ainda não estavam prontas.

Para o plantio do café, os produtores pleitearam na Prefeitura Municipal o fornecimento das mudas, aproveitando, assim, os benefícios do Programa Municipal de Desenvolvimento da Cafeicultura, com distribuição gratuita de mudas. Entretanto, na ocasião, a prefeitura não pôde atender a reivindicação do grupo, pois as mudas estavam comprometidas para atender à demanda dos demais produtores do município. Além do mais, no Plano de Ação da Comunidade, já estavam previstos os recursos do Paraná 12 Meses para essa finalidade. Assim sendo, o Paraná 12 Meses aprovou e liberou os recursos (a fundo perdido) para a produção das referidas mudas em 27/12/2000 (Quadro 7).

Os recursos do PRONAF-A só foram liberados em dezembro de 2000, um montante de R\$ 9.500,00 por beneficiário. A liberação desses recursos ocorreu em uma só etapa, sendo estes disponibilizados na conta corrente de cada beneficiário.

Sendo a cultura do algodão exigente em tratamentos culturais, principalmente no que diz respeito ao controle de pragas, evidentemente, ao disporem dos recursos do PRONAF-A em suas contas bancárias, os agricultores utilizaram parte deles para cobrir as despesas de insumos (adubos e agrotóxicos) e de mão de obra, em especial na colheita. Segundo o EMATER local, a liberação do valor total dos recursos pelo banco (que poderia liberá-los parcialmente), acarretou em desvio de finalidade por parte dos beneficiários, uma vez que a área prevista de plantio de algodão no PRONAF-A, era de apenas três hectares por beneficiário, mas foram plantados 7,50 hectares por beneficiário. Devido ao fato de as mudas de café não estarem disponíveis até aquele momento, decidiram ocupar toda a área com

algodão para não deixar a terra ociosa. Para tanto, aplicaram uma quantia maior de recursos no algodão, além da que estava prevista no projeto.

Segundo o EMATER, outro fato que agravou a situação do grupo diz respeito ao cumprimento das normas do Banco da Terra, a obrigatoriedade de o beneficiário morar no lote. Não pelo fato em si de ter de morar no lote, pois isso é até positivo, porém significa que os beneficiários, para atender essa exigência do Programa, teriam de despender de recursos financeiros para construir suas casas, fato que não os preocupou no início do projeto, pois a prioridade dos agricultores era de adquirir um tamanho o maior possível de terra. Observa-se que os recursos do Programa Banco da Terra foram utilizados quase que integralmente na compra da terra, e o restante foi para pagar os trabalhos topográficos e os custos cartoriais.

Apesar de o grupo ter sido apoiado com recursos financeiros do Paraná 12 Meses para a construção das casas, num montante de R\$ 24.775,04 (aproximadamente R\$ 1.769,64 por beneficiário), estes não foram suficientes, pois o padrão adotado na construção das casas extrapolou esse orçamento. Dessa forma, novamente observa-se o desvio de finalidade de recursos do PRONAF-A por parte dos beneficiários que os utilizou também para a construção das casas, conforme relatório elaborado pelo Escritório Local do EMATER.

Mesmo com os transtornos e as irregularidades cometidos, os agricultores tiveram um excelente resultado na safra de algodão (Anexos A e B), atingindo altíssima produtividade (em torno de 248 arrobas/ha de algodão em caroço), acima da média municipal (que não ultrapassou 165 arrobas/ha). Tal resultado positivo pode ser explicado pela excelente fertilidade dos solos e as condições climáticas que foram favoráveis nessa safra. Alguns dos beneficiários declararam que nunca haviam conseguido ultrapassar a produtividade de 178 arrobas/ha. Foram colhidas, no total, 26.000 arrobas de algodão em caroço (Figuras 12 e 13). O preço obtido variou entre R\$ 7,90 e R\$ 8,50, sendo o preço médio de R\$ 8,20. A produção foi entregue a uma cerealista local e a uma cooperativa de Maringá para comercialização.

O processo de produção ocorreu de forma individual, sendo que cada família preocupava-se com o seu lote. A cultura do algodão exige uma demanda significativa de mão de obra, tanto nos tratamentos culturais, como na colheita, o que favorecia o sistema de mutirão ou troca de dias de serviço. Essa prática não se observou entre o Grupo Sol Nascente, caracterizando, dessa forma, o predomínio do

individualismo das famílias. Assim, muitas famílias optaram por contratar assalariados temporários (boia-fria), aumentando o custo de produção e consequentemente diminuindo a rentabilidade.

**Figura 12** - A ótima safra de algodão do Grupo Sol Nascente.



Caminhão abarrotado de fardos de algodão estimando-se uma carga de 20 toneladas.

**Fonte:** Do próprio autor. (2001).

**Figura 13** - Final de colheita do algodão



Último carregamento da safra de algodão.

**Fonte:** Do próprio autor. (2001).

Depois da colheita do algodão, o feijão de inverno foi introduzido por 85% dos agricultores ocupando uma área de 91 hectares e apenas 15% com o milho safrinha, numa área de 14 hectares. Como essas culturas estavam fora do

zoneamento agrícola, não eram passíveis de financiamento pelo Sistema de Crédito Rural. Dessa forma, o plantio foi realizado com recursos próprios, ou seja, os agricultores adquiriam os insumos nas cerealistas locais, com contrato e assinatura de promissórias, para pagamento após a colheita. Assim, novamente, os agricultores estavam subordinados à expropriação de parte da renda da terra pelo capital comercial. A safra de inverno transcorreu normalmente, e os agricultores obtiveram uma colheita satisfatória.

Observa-se aqui, novamente, o individualismo das famílias. A colheita do feijão foi feita de forma manual, exigindo grande emprego de mão de obra durante um período curto de tempo. Poucas famílias se utilizaram do sistema de mutirão ou troca de dias de serviço. A maioria contratou mão de obra de terceiros, elevando, o custo de produção.

A previsão após a colheita do feijão e do milho era o plantio de 35 hectares de café, totalizando 200.000 mudas sendo essa a primeira etapa de conclusão do PRONAF-A que previa a implantação de cinco hectares de cafeeiros por família. Entretanto, após discussão entre os agricultores, o EMATER, a Secretaria Municipal de Agricultura e o Banco do Brasil, o grupo propôs o plantio de apenas 2,50 hectares com 14.000 mudas de café, alegando que a cultura leva três anos para começar a produzir e que não teriam recursos para tratar de toda a área de café, pois o recurso do PRONAF-A previa apenas o plantio, mas não disponibilizava recursos para a formação da lavoura. Assim, o EMATER e o Banco do Brasil analisaram a proposta que, após estudos de viabilidade, foi aceita, sendo o projeto original readequado. Mesmo depois da readequação do projeto, observou-se que a área de 2,50 hectares, anteriormente combinada para plantio de café por família, não foi cumprida pelos agricultores.

Tal situação não se justificava, pois ao obterem ótimos rendimentos com as culturas de algodão e feijão, atingindo uma rentabilidade satisfatória, teriam condições de cumprir o planejamento que já havia sido alterado uma vez, tentando equacionar a melhor possibilidade de alternativa para o projeto. Novamente se observa que o grupo se utiliza da prática de desvio de finalidade, tendo em vista que não implantaram a área acordada de 2,50 ha de café, preferindo optar pela cultura do algodão, tendo como justificativa ser mais rentável que o café e com retorno mais rápido, evidenciando o imediatismo por parte desses beneficiários.

Segundo o EMATER, essa situação foi analisada junto com o grupo, e os produtores foram alertados sobre as irregularidades e os problemas que poderiam acarretar no futuro, pois o café era a cultura estratégica que daria a base de sustentação econômica para o pagamento das dívidas. Dessa forma, o Escritório Local do EMATER realizou laudos de vistoria, informando a situação ao banco.

O problema crucial começou na safra 2003/2004 quando ocorreu um veranico (seca prolongada durante o período de chuva), prejudicando as lavouras de algodão e soja. A queda de produção foi superior a 50%, ocasionando prejuízo e endividamento aos agricultores. O prejuízo só não foi maior devido aos preços do algodão e da soja estarem em alta no mercado.

Passado o período de carência do financiamento da terra, venceu, em maio de 2004, a primeira parcela da dívida, e os agricultores não efetuaram o pagamento, ficando o grupo inadimplente perante o Banco do Brasil.

Para o pagamento da dívida do PRONAF-D, referente ao custeio do algodão e da soja, o banco fez uma renegociação, permitindo a prorrogação e o parcelamento da dívida em até cinco anos.

Vale salientar que a contratação e a liberação dos recursos do PRONAF-D aos agricultores, ocorria na forma de aval cruzado<sup>19</sup>. Portanto, mesmo que um agricultor pagasse a dívida e estivesse em dia com o seu compromisso, ficaria inadimplente perante o agente financeiro, caso um dos outros dois que assinou como avalista no contrato de financiamento, não viesse a saldar a sua dívida. O que há de se estranhar é o fato de essa exigência ser aplicada pelo banco, somente aos beneficiários do Banco da Terra, uma vez que, para os demais agricultores do município, essa exigência era dispensada.

A inadimplência na dívida da terra, na safra 2004/2005, impossibilitou que os agricultores tivessem o acesso aos recursos do PRONAF-D para o custeio do algodão e da soja. Assim sendo, para dar continuidade às suas atividades agrícolas, a solução foi novamente recorrer ao comércio local. Entretanto, nessa safra, ocorreu outra estiagem prolongada, causando sérios prejuízos devidos à queda de produção e com um agravante, o preço do algodão caiu drasticamente de R\$ 19,00 para R\$ 9,00 a arroba, mas o café, em início de produção, amenizou o problema.

---

<sup>19</sup> O Banco exigia a formação de grupos, em média de três agricultores. Cada agricultor seria avalista na operação de crédito de outros dois e estes, por sua vez, também seriam seus avalistas.

Uma nova estiagem (2005/2006) afetou a produção e, além disso, observou-se que os preços do algodão caíram ainda mais, agravando o problema de endividamento do grupo, que não conseguiu honrar seus compromissos com a cerealista (capital comercial). Esse fato, praticamente, determinou o fim da cotonicultura no município.

A partir de 2007, com a inviabilidade da cultura do algodão e sem acesso ao crédito rural, os agricultores optaram pela cultura de grãos, especificamente a soja, plantada na safra de verão e o milho na entressafra (milho safrinha). Essa opção se deu pelo fato de uma grande cerealista inaugurar uma filial no município vizinho de Lupionópolis. Para conseguirem os insumos necessários ao plantio da soja e do milho, os agricultores fizeram uma proposta para essa cerealista (empresa de comercialização de grãos e de insumos agrícolas) de obterem os insumos necessários para a safra, com compromisso de saldarem a dívida com a entrega da produção. Evidentemente, como os insumos não foram pagos à vista, ficou implícita a inclusão de juros no preço definido pela empresa comercial. Dessa forma, observou-se aqui, novamente, a sujeição do agricultor ao capital comercial, bem como a apropriação de parte da renda da terra pela cerealista.

Diante das dificuldades enfrentadas ora com estiagem, ora sem crédito do PRONAF, criando uma situação de inadimplência junto ao Banco da Terra, os beneficiários permanecem em suas terras sem saldar as dívidas contraídas.

Dessa forma, até os dias atuais, das catorze famílias de agricultores, doze continuam produzindo soja e milho e permanecem no esquema de sujeição de sua renda perante o capital comercial.

### 5.3 SITUAÇÃO ATUAL DO GRUPO SOL NASCENTE

Nestes catorze anos de implantação do projeto, não se verificou o aproveitamento do potencial da terra para a produção de alimentos básicos e venda do excedente por parte da maioria dos agricultores; a dieta alimentar das famílias provém quase que exclusivamente da compra de alimentos nos mercados da cidade, o que, segundo Tavares-dos-Santos (1984), descaracteriza o processo de trabalho camponês.

Com relação à utilização e emprego da força de trabalho, observa-se que a mão de obra familiar é subutilizada, uma vez que as atividades agrícolas desenvolvidas são praticamente realizadas pelos homens. No caso da produção da soja e do milho, há o emprego intensivo da mecanização durante todo o ciclo dessas culturas, com pouca demanda de mão de obra, o que poderia favorecer o desenvolvimento de outras atividades agrícolas mais rentáveis, como a produção de hortaliças frutas e pequenas criações, com utilização de pequena parcela de terra da propriedade. Desta forma, o agricultor estaria atendendo a três fatores preponderantes: (1) a utilização racional da mão de obra, (2) a produção de meios de vida com a produção de alimentos básicos para a sua subsistência; e (3) a venda de produtos excedentes.

Das catorze famílias originais do projeto, todas detêm o compromisso com o contrato de financiamento da terra e doze estão no comando da terra e produzindo, nos seus lotes. Não se observa, até o momento, a substituição de beneficiários, apesar de que uma das famílias demonstrou interesse em desistir do contrato e repassar o lote, pois o arrimo e seu filho vieram a falecer. Em outro lote, o titular e seu cônjuge também já faleceram ficando a responsabilidade a cargo do irmão.

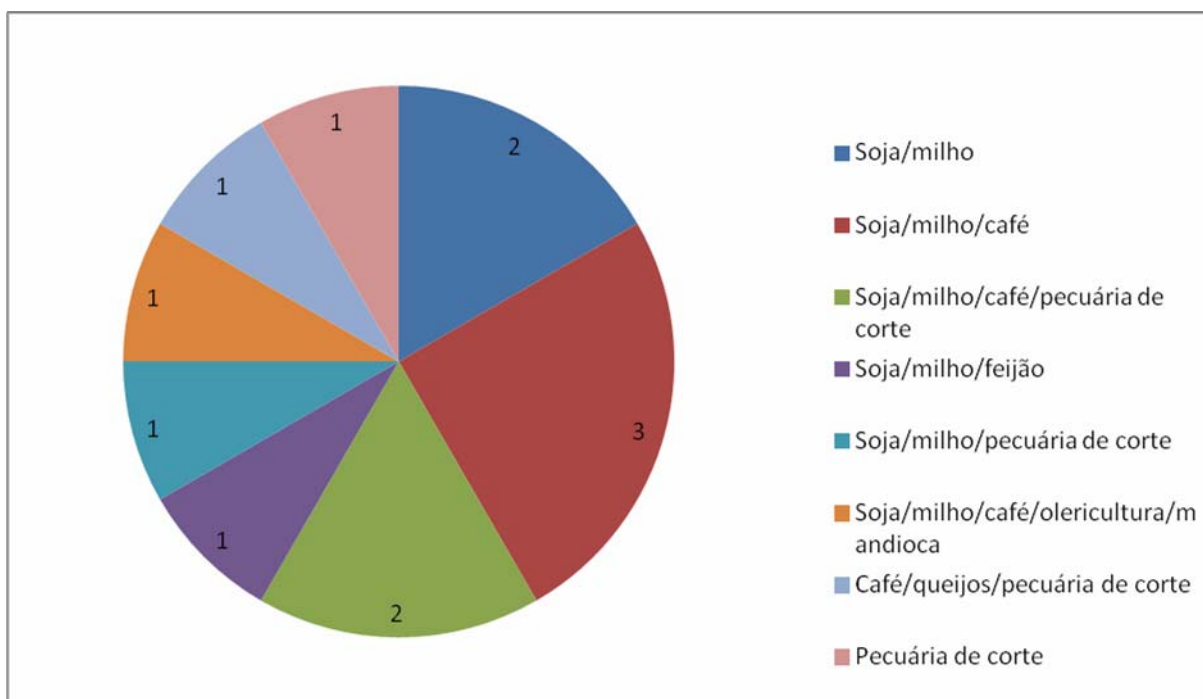
Ao longo dos 14 anos de existência do Grupo Sol Nascente, houve o falecimento de dois beneficiários titulares do projeto, motivo pelo qual os questionários aplicados no trabalho de campo, foram realizados com apenas doze famílias, mesmo porque as esposas dos falecidos nunca tiveram relação de envolvimento com a terra em seus respectivos lotes. Uma delas encontrava-se com sérios problemas de saúde, vindo a falecer e a outra, além da perda do marido, teve recentemente a perda do filho. As famílias estão providenciando os inventários que serão necessários para o caso de renegociação e individualização das dívidas.

Do total de famílias, apenas seis estão morando nos lotes. Antes eram nove. Das famílias que permanecem nos lotes, quatro têm na atividade agrícola e pecuária sua única fonte de renda e tiram da terra seu sustento. Uma dessas seis famílias, o arrimo trabalha como tratorista na usina Alto Alegre a fim de obter renda complementar e outra, o casal tem renda de aposentadoria.

A cultura do algodão não está mais presente nas atividades exploradas, predominando atualmente a soja na safra de verão e o milho na safrinha, sendo estas cultivadas por dez famílias. Observa-se também que apesar

do predomínio da soja e do milho, o assentamento apresenta-se com atividades diversificadas (Gráfico 1). Cinco famílias erradicaram o café e sete permanecem com a cultura, com área média de 1,50 ha (Figura 14).

**Gráfico 1-** Distribuição das atividades produtivas nos estabelecimentos



Trabalho de campo – 2013

**Fonte:** Organizado pelo autor.

**Figura 14 -** Lavoura de café adensado.



Vista parcial de lavoura de café adensado em 1,50 hectares

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ruth Youko Tsukamoto (2011).

O projeto fundiário continua grupal. A situação de inadimplência da dívida da terra permanece, sendo que até o momento não foi paga nenhuma parcela.

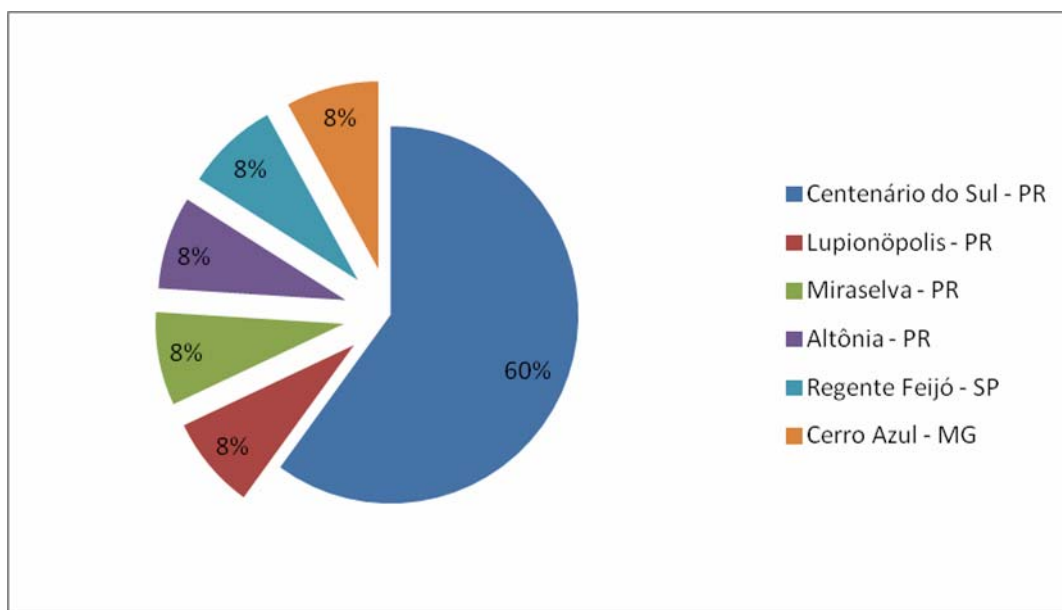
Com a Resolução do Banco Central nº 4.178 de 07/01/2013, que autoriza a renegociação de crédito fundiário, contratada com o amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, abre-se a possibilidade para a renegociação e a individualização das dívidas do Banco da Terra. Para tanto, os beneficiários interessados devem recorrer ao agente financeiro para assinar o Termo de Adesão, o que já foi providenciado e protocolado no Banco. A adesão concretiza-se com a amortização de 5% do valor da última parcela, recalculada, vencida. Nesse sentido, o grupo de agricultores mobilizou-se fazendo a adesão ao Banco do Brasil, inclusive realizando o pagamento de 5% do valor da última parcela. Conforme a Resolução, o Banco terá o prazo até o dia 31/03/2014 para formalização das renegociações, mediante termo aditivo ao contrato que deverá ser registrado em cartório de registro de imóveis de Centenário do Sul até o dia 30/04/2014. Para tanto, o cartório exige que todos os inventários estejam regularizados.

### 5.3.1 Perfil das Famílias

De acordo com o trabalho de campo realizado no Banco da Terra Sol Nascente, com a aplicação de questionários, tentou-se avaliar as condições socioeconômicas desses agricultores, o histórico de vida, o perfil da família, a forma de ocupação da terra, o que pensam dos Programas do Banco da Terra e da Reforma Agrária e quais as suas expectativas para o futuro. (Apêndice A)

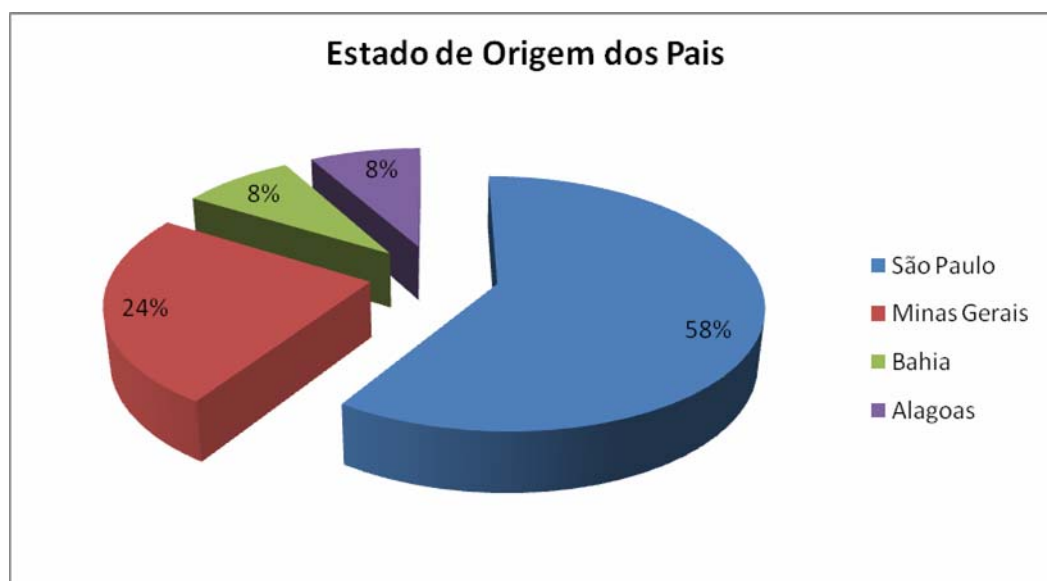
#### 5.3.1.1 Trajetória de vida

O questionário foi realizado com doze agricultores, sendo que seis moram no lote e seis na cidade de Centenário do Sul. Em relação à origem das famílias, dez dos entrevistados nasceram no Norte do Paraná e apenas dois, são procedentes de outros estados (Gráfico 2).

**Gráfico 2** – Local de nascimento do beneficiário.

Trabalho de campo- 2013  
**Fonte:** Organizado pelo autor.

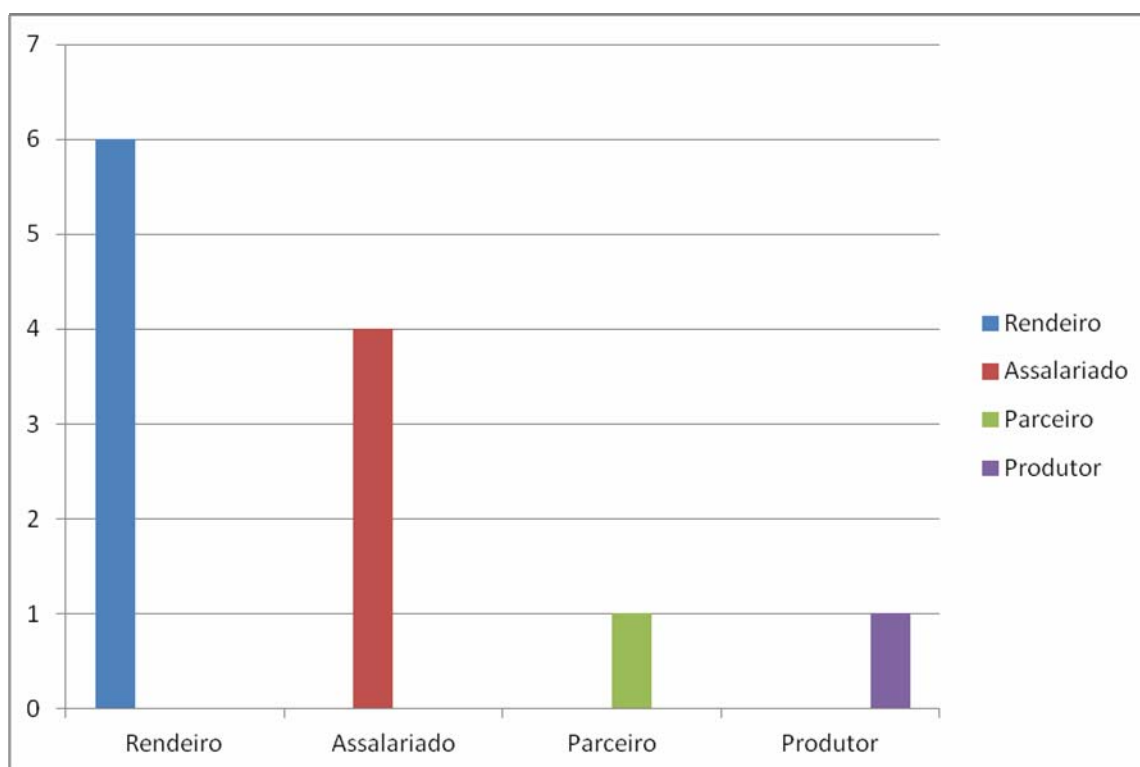
Quanto aos pais, a maioria é oriunda do interior do Estado de São Paulo e outros do Estado de Minas Gerais, Bahia e Alagoas (Gráfico 3). Estes migraram para o Paraná para trabalhar como assalariados, parceiros e/ou formadores de lavoura de café.

**Gráfico 3** – Naturalidade dos pais.

Trabalho de campo – 2013.  
**Fonte:** Organizado pelo autor.

Todos os beneficiários entrevistados nasceram no meio rural, desempenhando trabalho e atividades na agricultura, quer sejam assalariados, rendeiros, parceiros, quer sejam trabalhadores na propriedade dos pais como autônomos. Assim, pode-se constatar que todos tinham uma expressiva tradição agrícola, cabendo enfatizar que, os trabalhos como rendeiros e assalariados destacaram-se dentre os demais (Gráfico 4). Com esse perfil, não tiveram dificuldades para o enquadramento nas normas do programa do Banco da Terra. Cabe ressaltar que todos tinham mais de cinco anos de experiência na atividade rural, outro critério para enquadramento às normas do programa.

**Gráfico 4** – Experiência dos beneficiários na atividade agrícola.



Trabalho de campo – 2013.

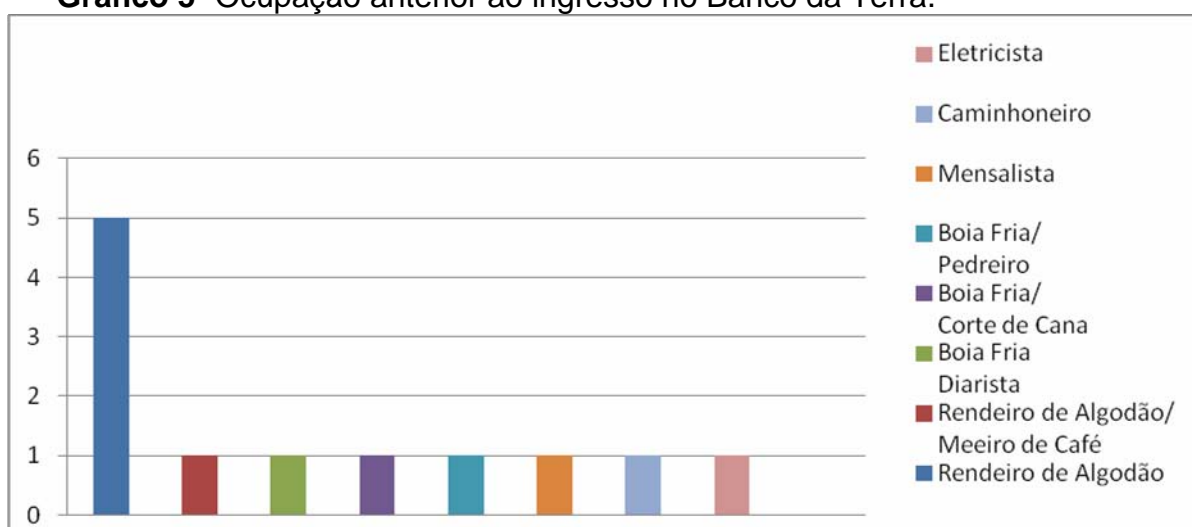
**Fonte:** Organizado pelo autor.

Em relação ao trabalho formal ou informal no meio urbano, sete dos entrevistados já tiveram alguma experiência, as mais diversificadas (Quadro 8). Entretanto, o período foi curto para a maioria alegando a não adaptação levando-os a retornar ao campo exercendo atividades diversas. (Gráfico 5).

**Quadro 8** - Experiência de trabalho em atividades urbanas.

Beneficiário	Ramo de trabalho	Atividade exercida
1	Comércio/autônomo	Vendedor de cachorro quente
2	Comércio/serviços	Eletricista (autoelétrica)
3	Comércio/serviços	Motorista
4	Indústria	Operário (fábrica de plástico)
5	Indústria	Motorista
6	Serviço público	Funcionário público
7	Serviço autônomo	Pedreiro, ajudante de mecânico
8	Comércio/serviços	Empregada doméstica (restaurante)

Trabalho de campo – 2013

**Fonte:** Organizado pelo autor**Gráfico 5-** Ocupação anterior ao ingresso no Banco da Terra.

Trabalho de campo – 2013

**Fonte:** Organizado pelo autor

Analisando o gráfico 5, podemos observar que a maioria dos beneficiários estava exercendo atividades no meio rural e apenas dois estavam exercendo atividades urbanas. Nesse grupo, pode se notar que 50% deles estavam diretamente envolvidos na produção agrícola como produtores de algodão no sistema de arrendamento de terra, sendo um deles, além do algodão também era produtor de café no sistema de parceria. Essa experiência pode explicar as boas safras de algodão que obtiveram no início da implantação do grupo.

Podemos também notar que, como o “boia-fria” é ocasional e de oportunidades, na falta de serviço, o trabalhador vai à procura de atividades não rurais como a de pedreiro.

### 5.3.1.2 Aspectos sociais

Quanto à faixa etária atual (Quadro 9), podemos notar a predominância de adultos em relação aos jovens, pois a faixa etária acima de 30 anos representa 61% da população total. Nesse sentido, detectamos que o envolvimento do jovem rural é praticamente nulo, salvo aqueles que permaneceram nos lotes que, além dos estudos, auxiliam nas atividades do campo. Pelo fato de a metade dos entrevistados residir na área urbana, as esposas destes estão exercendo as funções de professora, de cabeleireira, de merendeira, entre outras.

**Quadro 9** – Faixa etária dos beneficiários.

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº de pessoas</b>	<b>(%)</b>
<b>Até 10 anos</b>	3	7
<b>11 a 15 anos</b>	4	10
<b>15 a 20 anos</b>	4	10
<b>21 a 30 anos</b>	5	12
<b>31 a 40 anos</b>	9	22
<b>41 a 50 anos</b>	6	15
<b>Maior que 50 anos</b>	10	24
<b>Total</b>	41	100

Trabalho de campo- 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Os jovens na faixa etária de até 20 anos (27%) estão na idade escolar e assim, podemos observar no quadro 12 aqueles que estão frequentando o ensino fundamental e o médio. Vale salientar o nível de escolaridade dos beneficiários cujo índice mais elevado está no da 5ª à 8ª série (6º e 9º ano) do ensino fundamental, destacando-se que há duas pessoas com ensino superior

(Quadro 10 e 11). Nota-se que a população que compõe o Grupo Sol Nascente apresenta um bom nível de escolaridade que os possibilita se integrar tanto nas atividades urbanas quanto nas rurais elevando, também, a renda familiar.

**Quadro 10** – Nível de escolaridade da família.

Nível de escolaridade	Nº de pessoas	(%)
Analfabeto	2	5
1ª a 4ª série	6	15
5ª a 8ª série	22	53
2º grau incompleto	3	7
2º grau completo	6	15
Superior	2	5
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Trabalho de campo- 2013.

Fonte: Organizado pelo autor.

**Quadro 11** – Nível de escolaridade dos pais.

Nível de escolaridade	Nº de pessoas	(%)
Analfabeto	1	4
1ª a 4ª série	5	21
5ª a 8ª série	12	50
2º grau incompleto	1	4
2º grau completo	3	13
Superior	2	8
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100</b>

Trabalho de campo- 2013.

Fonte: Organizado pelo autor.

**Quadro 12** – Nível de escolaridade dos filhos.

Nível de escolaridade	Nº de pessoas	(%)
Analfabeto	1	6
1ª a 4ª série	1	6
5ª a 8ª série	10	58
2º grau incompleto	2	12
2º grau completo	3	18
Superior	-	-
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100</b>

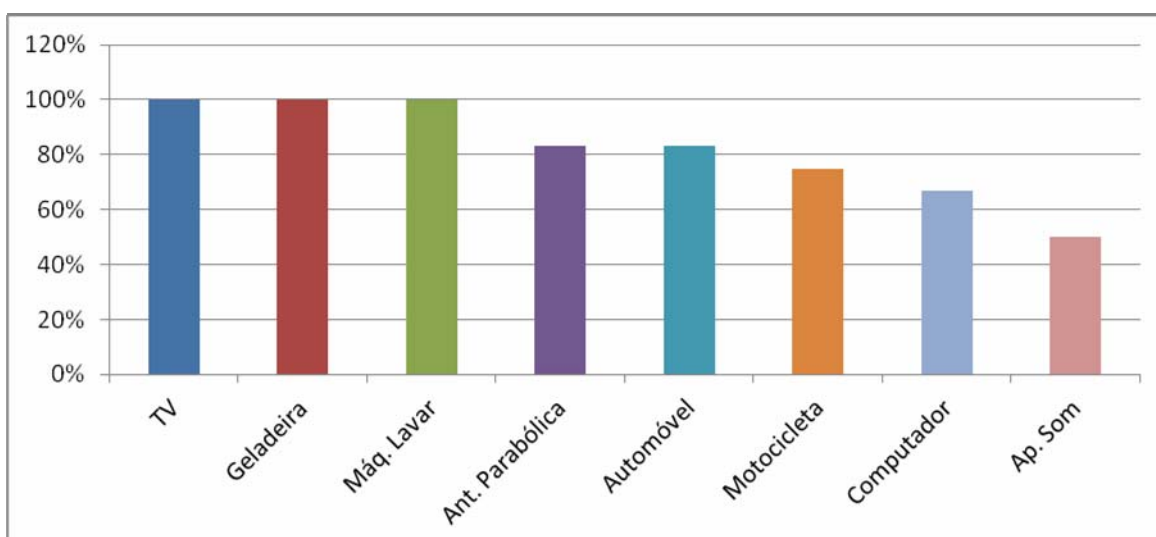
Trabalho de campo- 2013.

Fonte: Organizado pelo autor.

Durante o trabalho de campo, detectamos que apenas duas pessoas são analfabetas e pertencem à mesma família, sendo o pai com 64 anos e o filho mais velho com 33 anos. É importante destacar que esse caso específico comentado vem de encontro aos dados estatísticos do IPARDES<sup>20</sup> (2013) no qual a taxa de analfabetismo no município para a faixa etária entre 30 a 39 anos é de 8,07% e de 20,35% para a faixa etária acima de 50 anos.

Em relação à qualidade de vida, todos apresentam condições razoáveis de moradia, com disponibilidade de água encanada, por meio de poço semiartesiano, com água aparentemente de boa qualidade e disponibilidade de energia elétrica. Nas residências, podemos notar a boa infraestrutura de conforto apresentada pelas famílias (Gráfico 6), (Figura 15).

**Gráfico 6** – Infraestrutura nas residências.



Trabalho de campo – 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

<sup>20</sup>Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

**Figura 15** - Residência e bens adquiridos por um beneficiário.



Residência construída com recursos do Paraná-12 meses e dois itens adquiridos por meio da pecuária de corte desenvolvida no lote de 10,64 ha.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ruth Youko Tsukamoto (2011).

Durante a realização do trabalho de campo, identificou-se que, em duas famílias, o titular e o cônjuge, já estão aposentadas e recebem o benefício de um salário-mínimo cada um. Quatro famílias recebem o benefício do Programa Federal Bolsa Família, beneficiando seis crianças e adolescentes que recebem mensalmente, em média, R\$ 62,66 cada um.

Sobre os aspectos de saúde, pudemos observar nas entrevistas que algumas pessoas apresentavam problemas para exercer o trabalho pesado na lida da terra. Uma dessas necessitou erradicar o cafezal, por ter sofrido uma cirurgia e também, pelo falecimento de seu filho que o auxiliava na rotina do trabalho. Como opção, este substituiu a área por pastagem criando gado de corte para engorda (Figura 16), e o restante com a soja e o milho, culturas estas que quase não lhe requer trabalho para produzir, pois todas as etapas são mecanizadas.

**Figura 16** – Criação de bovinos de corte no Banco da Terra Sol Nascente.



Atividade exercida em substituição ao café após problemas de saúde do beneficiário.

**Fonte:** Do próprio autor (2014).

No que concerne aos serviços básicos (escola, posto de saúde, telefone público, igrejas), há uma carência próximo ao local, sendo que estes são disponibilizados e acessados na sede do município, distante 15 km.

No que diz respeito ao grau de satisfação com a propriedade, a maioria dos entrevistados se manifestou satisfeita, sendo as razões mencionadas, o sonho realizado de ter a própria terra (terra de trabalho), a fertilidade da terra (terra produtiva) e o lugar (“lugar bom”). Apenas um dos entrevistados se manifestou insatisfeito, alegando que tinha recebido pouca terra. Na realidade, o lote desse beneficiário apresentava uma parte da área ocupada por pastagem, porém, imprópria para a agricultura uma vez que continha uma camada subsuperficial de rocha. (Figura 17).

**Figura 17** - Afloramentos rochosos no lote de um beneficiário.



Esses afloramentos rochosos impossibilitam o uso integral do lote para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ruth Youko Tsukamoto (2011).

De modo geral, ficou evidente o contentamento das famílias com a aquisição da terra, pois sempre trabalharam na atividade agrícola e agora puderam realizar o sonho de ter sua própria terra e dela tirar o próprio sustento (terra de trabalho) e por essas razões pretendem continuar no lote.

*[...] Sim. Aqui é melhor que na cidade quando tínhamos que enfrentar a vida na “boia-fria”. Aqui não pagamos aluguel. Dá para criar porco, galinha e frango. (Beneficiário do Grupo Sol Nascente, 2013).*

Entretanto foi detectado que há famílias que deixaram seus lotes para residir na cidade e exercer atividades urbanas, e a produção agrícola passou a ser considerada como renda secundária, significado uma inversão do papel social da terra.

Ao analisarmos essas colocações, devemos refletir se de fato o nível de satisfação com a terra é real, pois no início do projeto, do total de catorze famílias, nove vieram residir no lote e os demais permaneceram na cidade e, atualmente, são apenas seis famílias.

### 5.3.2 Uso da Terra, Relações de Trabalho e Renda da Produção

Todo o histórico de crise que o Grupo Sol Nascente enfrentou nos anos iniciais da implantação do projeto, está refletido na atual situação do seu quadro produtivo. Nesse sentido, a análise do uso da terra relacionada à das relações de trabalho nos levam a compreender até que ponto os diversos tipos de cultura que estavam sendo desenvolvidos em 2013 têm propiciado renda adequada ao produtor.

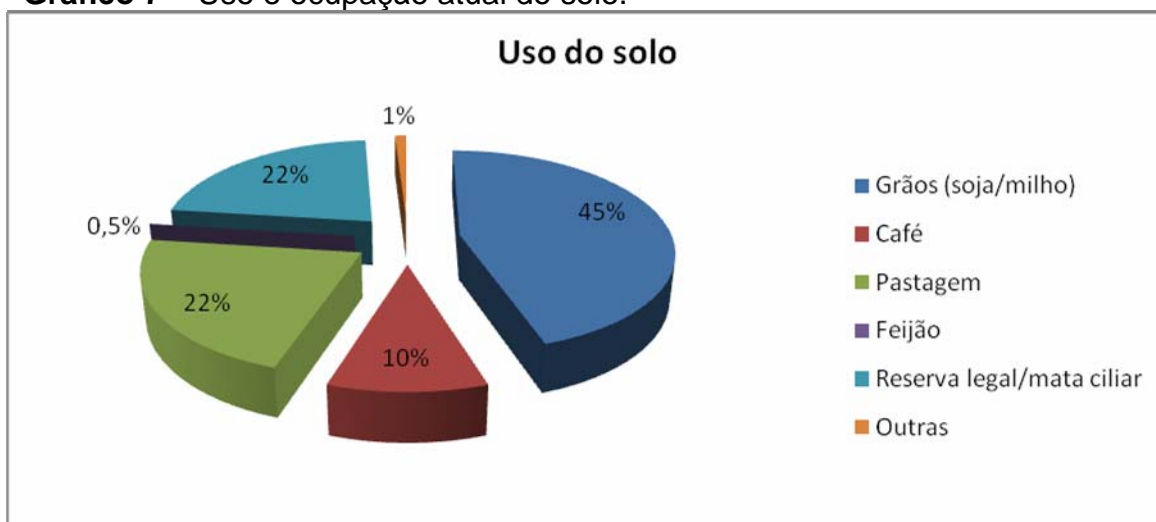
#### 5.3.2.1 Uso da terra dos lotes do Grupo Sol Nascente

No levantamento de campo realizado no ano de 2013, observamos que a ocupação do solo se dá principalmente por culturas anuais, basicamente a produção de grãos, destacando-se a soja e o milho (Gráfico 7). A soja é plantada no verão e em seguida, após sua colheita, é plantado, na mesma área, o milho (milho safrinha).<sup>21</sup> Atualmente, essas culturas foram introduzidas em substituição à cotonicultura devido à inviabilidade econômica quando desenvolvidas em pequenas áreas cuja colheita se dá de forma manual com grande emprego de mão de obra contratada, elevando significativamente o custo de produção, motivo pelo qual essa cultura deslocou-se para as novas fronteiras agrícolas, principalmente, no Estado de Mato Grosso, caracterizado pela presença de grandes propriedades com a utilização de um alto nível tecnológico, principalmente na colheita, diminuindo assim o elevado custo com mão de obra.

A área total do lote por beneficiário é de 10,64 ha, sendo 2,12 ha destinados à reserva legal e mata ciliar. O café era a cultura permanente que, conforme o projeto produtivo (PRONAF-A) estava previsto o plantio numa área de 2,50 ha por família, totalizando 35 ha. Como os beneficiários não cumpriram o estabelecido no projeto, a área atual ocupada com café é de apenas 10,1 ha (Gráfico 7).

---

<sup>21</sup> Cultivado no período de outono-inverno, após a colheita da safra de verão.

**Gráfico 7 – Uso e ocupação atual do solo.**

Trabalho de campo 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

### 5.3.2.2 ‘ Relações de trabalho do Grupo Sol Nascente

No que concerne ao trabalho e à utilização da mão de obra familiar, 41% das pessoas trabalham exclusivamente no lote, exercendo atividades agrícolas, enquanto 24% das pessoas trabalham no lote, mas têm outras atividades (Gráfico 8). Quanto as outras atividades exercidas pelos membros da família, estes são assalariados urbanos ou rurais, estudantes e comerciantes autônomos ou a conjugação de duas atividades. Nesse caso, a disponibilidade de força de trabalho na terra é parcial.

**Gráfico 8 – Relações de trabalho e ocupação da mão de obra**

Trabalho de campo 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Segundo Tavares dos Santos (1978, p. 27), a força de trabalho familiar é um dos elementos da produção camponesa tendo como critério a consideração dos filhos maiores de catorze anos, de ambos os sexos, equivalentes a uma força de trabalho e, os filhos, de ambos os sexos, de nove a catorze anos, seriam equivalentes à meia unidade de trabalho. Entretanto, devemos considerar que estes estudam, sendo nesse caso considerada apenas como meia jornada de trabalho. Há também de se considerar os adultos que dedicam parte de sua força de trabalho como trabalhadores assalariados ou urbanos (Gráfico 8). Nesse caso, também devemos considerar a força de trabalho na atividade agrícola como meia jornada. Seguindo esses critérios, podemos verificar o número de força de trabalho por família na unidade produtiva (Quadro 13), conforme levantamento realizado a campo.

**Quadro 13** – Número de unidades de trabalho por estabelecimento.

Estabelecimento (Lote)	Nº de pessoas		Força de trabalho (unidades)
	9 a 14 anos	maior 14 anos	
1		4	2,5
2	2	2	2,5
3	1	3	2,5
4		4	1
5		4	1
6		2	1
7		4	0,5
8		2	1,5
9		2	2
10		4	4
11		3	2
12*	1	3	0*

(\*) Lote arrendado temporariamente para terceiros  
Trabalho de campo 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Ao analisarmos o quadro 13, podemos observar que à exceção do estabelecimento nº 10, o número de unidades de força de trabalho não ultrapassa a 2,5 unidades. Alguns estabelecimentos sequer apresentam uma unidade de força de trabalho. Isto pode comprometer o sistema de produção para atividades que requer maior utilização de mão de obra, como no caso da cultura do café. Ademais, outras atividades não requerem o emprego mais intensiva de mão de obra como no caso do sistema de produção soja/milho necessitando não mais do que meia unidade de trabalho.

Baseando-se nos elementos estruturais da produção familiar de Tavares dos Santos (1998) e, observando os dados analisados até o momento sobre os sistemas produtivos praticados nos estabelecimentos, notamos que os beneficiários detêm um dos meios de produção que é o fator terra e utilizam a mão de obra familiar, principalmente por aqueles que residem no lote, e/ou contratam força de trabalho assalariada por prazo temporário em épocas críticas como o período da colheita de café. O fato de contar com mão de obra temporária não descaracteriza o tipo de relação de produção, a não capitalista que é uma contradição do modo de produção capitalista, mas comum na etapa monopolista do capitalismo.

#### 5.3.2.3 Análise da renda da produção das principais culturas

Em relação aos aspectos econômicos levantados, a renda bruta anual, proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural pelas 12 famílias (Quadro 14), alcançou o valor de R\$ 340.000,00 variando de R\$ 41.615,00 a maior renda e R\$ 18.103,00 a menor, sendo a média de R\$ 28.333,33.

**Quadro 14 - Tipo de culturas e renda bruta anual dos beneficiários (2013).**

Beneficiário	Atividade	Área (ha)	Produtividade (sc./ha)	Produção (sc./kg/cab.)	Valor de Comercialização. (R\$/sc./kg/cab.)	Destino da Comercialização.	Renda Bruta Anual (R\$)	Observação
1	Soja Milho safr. Café	7,26 7,26 1,20	62 41 100	450 300 120	51,00 17,00 80,00	Belagrícola Belagrícola Coop. Integrada	22.950,00 5.100,00 9.600,00	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Sc.40kg (coco)
2	Café Pastagens Queijos	1,0 6,05 -	10 - -	10 18 cab. 1800 kg	115,00 - 8,00	Cerealista local Supermercado	1.150,00 - 14.400,00	Sc.40kg (coco) - Queijo minas
3	Soja Milho safr. Café	4,84 4,84 1,20	52 39 40	250 190 48	51.30 18,50 80,00	Belagrícola Belagrícola Cerealista local	12.825,00 3.515,00 1.925,00	Sc. 60 kg Sc.60 kg S.c40kg (coco)
4	Soja Milho safr. Café Eucalipto	6,05 6,05 1,58 0,50	54 50 58 -	325 300 92 -	52,00 17,00 80,00 -	Belagrícola Belagrícola Cerealista -	16.900,00 5.100,00 7.360,00 -	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Sc.40kg(coco) Em formação
5	Soja Milho safr.	8,00 6,05	45 86	360 520	54,20 17,00	Belagrícola Belagrícola	19.512,00 8.840,00	Sc. 60 kg Sc. 60 kg
6	Pasto	8.50		23	1.350,00	Frigorífico	31.050,00	Boi gordo
7	Soja Milho safr. Café Pasto	2,30 2,30 2,42 3,63	36 16 35 -	85 36 85 12	57,00 17,00 70,00 558,00	Belagrícola Belagrícola Cerealista Pecuaristas	4.845,00 612,00 5.950,00 6.696,00	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Sc. 40kg(coco) Bezerro
8	Soja Milho safr. Café Hortaliças Mandioca Pasto	4,84 4,84 1,20 - - 1,00	50 52 77 - - -	240 250 92 - - -	51,00 10,50 75,00 - - -	Belagrícola Belagrícola Cerealista Supermercado Supermercado -	12.240,00 2.625,00 6.900,00 1.800,00 1.440,00 -	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Sc. 40kg(coco) Maços kg Sem produção
9	Soja Milho safr. Pasto	3,63 3,63 4,84	50 54 -	180 195 25	60,00 17,00 1.100,00	Belagrícola Belagrícola Açougue	10.800,00 3.315,00 27.500,00	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Novilha
10	Soja Milho safr. Feijão	7,26 7,26 0,50	69 80 8	500 580 4	42,00 16,00 80,00	Belagrícola Belagrícola Cerealista	21.000,00 9.280,00 320,00	Sc. 60 kg Sc. 60 kg Sc. 60 kg
11	Soja Milho safr. Café Pasto	4,84 4,84 1,50 1,21	61 55 25 -	294 266 38 8	59,00 17,00 80,00 560,00	Belagrícola Belagrícola Cerealista Pecuaristas	17.346,00 4.522,00 3.040,00 4.480,00	Sc. 60 kg Sc.60 kg Sc. 40kg(coco) Bezerros
12	Soja Milho safr.*	7,80 7,80	42	325 97	46,50 16,50	Belagrícola Belagrícola	15.112,00 1.600,00	Sc. 60 kg (* ) Área Arrendada p/terceros
<b>TOTAL</b>							<b>340.000,00</b>	

Dados coletados a campo - maio a dezembro de 2013.

Fonte: Organizado pelo autor.

Ao analisarmos o quadro 15, podemos verificar que do total da renda bruta agropecuária do grupo em 2013, a soja foi responsável por 45%, estando presente em dez estabelecimentos, ocupando uma área 56,82 ha. Os bovinos foram responsáveis por 21% da renda, estando presentes em cinco estabelecimentos, numa área com pastagens de 25 ha dos quais um lote com 1,0 ha de pastagem não apresentou nenhuma produção. O milho safrinha e o café foram responsáveis por 13% e 11% da renda bruta, respectivamente. O queijo foi responsável por apenas 4% da renda, estando presente em apenas um estabelecimento que ocupa uma área de 6,0 ha de pastagem. Vale ressaltar que, na renda bruta obtida por unidade de área, o café foi o principal produto, seguido pelos bovinos, soja, queijo e milho (Quadro 15).

**Quadro 15** – Renda bruta média das atividades produtivas por unidade de área no Grupo Sol Nascente – 2013.

Produto	Produtores Nº	Área Total (ha)	Produtividade média (sc,kg,cab/ha)	Preço médio (R\$/sc./kg/cab.)	Renda bruta/unárea(R\$/ha)
<b>Soja (sc.)</b>	10	56,82	52,95	51,25	2.713,68
<b>Milho safrinha (sc.)</b>	10	54,87	49,82	16,27	810,57
<b>Café (sc.)</b>	7	10,1	48	77,91	3.740,00
<b>Bovinos (cab.)</b>	5	24	3	1.014,00	3.042,00
<b>Queijo (kg)</b>	1	6	300	8,00	2.400,00

Trabalho de campo- 2013.

**Fonte:** Organizado pelo autor.

Ao analisarmos o quadro 15, sem considerarmos os custos de produção, podemos verificar que o café foi a cultura que mais auferiu renda por unidade de área. Entretanto, ao analisarmos a rentabilidade de cada cultura, devemos considerar os custos de produção e subtrair da renda bruta. Nesse sentido, recorreremos aos dados do RTA do Banco do Brasil para ter como base de cálculo do custo de produção das principais culturas existentes na área de estudo. Ao compararmos os custos de produção do café, da soja e do milho (quadro 16),

podemos observar que esses custos variam em função da produtividade, esta por sua vez, varia em função do nível tecnológico utilizado, conforme os dados repassados pelo Banco do Brasil, para fins de custeio da produção. Não tivemos condições de analisar os custos referentes à produção de queijos e de bovinos, pois são análises mais complexas que envolvem uma gama de variáveis tais como a qualidade nutricional da espécie forrageira utilizada, a suplementação alimentar, o manejo do rebanho e das pastagens e a genética animal, entre outros.

**Quadro 16** – Custo de produção em função da produtividade (café, soja, milho).

Cultura	Faixa de produtividade (sc./ha)	Custo total (R\$/ha)
<b>Café *</b>	até 37,5	2.556,57
	37,5 – 45	2.877,21
	55 – 62,5	3.238,14
	62,5 – 75	3.820,91
	75 – 87,5	4.156,78
	87,5 – 100	4.756,24
	100 – 125	5.941,14
	125 – 150	6.572,24
<b>Soja **</b>	43,33 – 50	1.026,92
	50 – 58,33	1.116,46
	58,33 – 66,66	1.221,86
<b>Milho Safrinha ***</b>	58,33 – 66,66	1.092,84
	66,66 – 83,33	1.252,17
	83,33 – 100	1.444,85

(\* Sacas (40 kg) café em coco    (\*\*) Sacas (60 kg) soja grãos (\*\*\*) Sacas (60 kg) milho grãos  
**Fonte:** Arquivo: RTA – Banco do Brasil S.A. – Agência Calçadão, Londrina – PR (2013).

Interpretando os dados dos quadros (14, 15 e 16), podemos observar o resultado da margem líquida para as culturas do café, da soja e do milho safrinha para os diversos estratos de produtividade (Quadro 17), levando-se em consideração os preços médios (Quadro 15).

**Quadro 17 – Demonstrativo da margem líquida.**

Cultura	Produtividade e (sc./ha)(1)	Renda Bruta (R\$/ha)(2)	Custo Total (R\$/ha) (1)	Margem Líquida (R\$/ha)
Café*	37,5	2.921,62	2.556,57	584,33 (-)
	37,5 – 45	2.291,62 a 3.505,95	2.877,21	585,59 (-) a 628,74
	55 – 62,5	3.505,95 a 4.869,37	3.238,14	628,74 a 1.631,23
	62,5 – 75	4.869,37 a 5.843,25	3.820,91	1.631,23 a 2.022,34
	75 – 87,5	5.843,25 a 6.817,12	4.156,78	2.022,34 a 2.660,34
	87,5 – 100	6.817,12 a 7.791,00	4.756,24	2.660,34 a 3.034,76
	100 – 125	7.791,00 a 9.738,75	5.941,14	3.034,76 a 3.797,61
	125 – 150	9.738,75 a 11.686,50	6.572,24	3.797,61 a 5.114,26
Soja**	43,33 – 50	2.220,66 a 2.562,50	1.026,92	1.193,74 a 1.535,58
	50 – 58,33	2.562,50 a 2.989,41	1.116,46	1.535,58 a 1.872,95
	58,33 – 66,66	2.989,41 a 3.416,32	1.221,86	1.872,95 a 2.194,46
Milho Safrinha** *	58,33 – 66,66	949,03 a 1.084,56	1.092,84	143,81(-) a 8,28(-)
	66,66 – 83,33	1.084,56 a 1.355,78	1.252,17	8,28(-) a 103,61
	83,33 – 100	1.355,78 a 1.627,00	1.444,85	103,61 a 1.482,15

(\*) Sacas (40 kg) café em coco) (\*\*) Sacas (60 kg) soja grãos (\*\*\*) Sacas (60 kg) milho grãos.

(1) RTA- Banco do Brasil (2). Em função do preço médio obtido no trabalho de campo.

Fonte: Arquivo: RTA – Banco do Brasil S.A. – Agência Calçadão, Londrina – PR (2013).

No quadro 17, podemos verificar que, para níveis maiores de produtividade, a cultura do café é a que propicia maior margem líquida ou rentabilidade quando comparada as culturas da soja e do milho.

Segundo o Departamento de Economia Rural (DERAL), a produtividade média de café no Estado do Paraná está em torno de 22 sacas de 60 kg de café beneficiado<sup>22</sup> (66 sacas de 40 kg de café em coco) por hectare. Ainda de acordo com esse órgão, o custo com mão de obra temporária na cultura do café representa mais de 50% do custo total de produção para uma produtividade de 40 sacas de 60 kg de café beneficiado por hectare. Assim, se o agricultor utilizar a sua mão de obra e de sua família, estará obtendo rentabilidade ainda maior, pois não estará desembolsando dinheiro para pagar mão de obra assalariada.

De acordo com o EMATER, a maior parte dos produtores de café assistidos não investe em tecnologia de produção. No caso dos beneficiários do Grupo Sol Nascente, isso pode ser verificado, pois deixam a desejar no que se refere ao emprego de tecnologias adequadas de produção tais como plantio com espaçamentos e variedades recomendadas, correção e fertilização dos solos, controle de pragas, doenças, ervas daninhas e tratos culturais. Isso pode explicar as baixas produtividades que esses agricultores vêm obtendo na cultura do café.

Segundo estudos do EMATER e do DERAL, a produtividade de café para se atingir o ponto de equilíbrio<sup>23</sup> seria em torno de 30 sacas de 60 kg de café beneficiado (90 sacas de 40 kg de café em coco) por hectare. Ao observarmos o quadro 12, podemos verificar que somente o beneficiário 1 atingiu e ultrapassou esse ponto de equilíbrio, com uma produtividade de 100 sacas de 40 kg de café em coco por hectare, enquanto que os demais ficaram abaixo, sendo a menor produtividade observada no beneficiário 2 com 10 sacas de 40 kg de café em coco por hectare, demonstrando rentabilidade inviável uma vez que não cobre os custos de produção (Quadro 14).

O EMATER executa um trabalho de acompanhamento e assistência técnica aos pequenos grupos de agricultores familiares em todas as regiões cafeeiras do Paraná, denominado Treino & Visita Café, no qual os técnicos especializados em café, periodicamente se reúnem para reciclar os conhecimentos

---

<sup>22</sup>Café em coco que foi descascado. Uma saca de 60 kg de café beneficiado equivale a três sacas de 40 kg de café em coco.

<sup>23</sup>Produtividade mínima média para manter o produtor na atividade.

repassados pelo IAPAR e, posteriormente os disseminam aos agricultores que seguem as recomendações técnicas.

Por sua vez, na cultura de soja, pode-se verificar o oposto, com a utilização intensiva da tecnologia. Por ser uma cultura de ciclo curto, em torno de 120 a 125 dias, os agricultores, de forma geral, seguem as recomendações técnicas, pois sabem que as tecnologias aplicadas refletirão em alta produtividade e maior rendimento econômico. No caso do município de Centenário do Sul, é comum os agricultores adotar um pacote tecnológico preestabelecido pelas cooperativas agrícolas, cerealistas e pelas revendas de insumos. Isso pode implicar custos maiores de produção, pois ao adotar uma espécie de “receita de bolo”, poderão estar aplicando insumos, principalmente agrotóxicos, sem a devida necessidade.

No caso do Grupo Sol Nascente, a média de produtividade da soja em 2013 foi de 52,95 sacas por hectare estando próxima da média do Estado do Paraná que, segundo o DERAL, foi de 56,33 sacas por hectare, podendo-se observar que três produtores ultrapassaram essa média (Quadro 14).

#### 5.3.2.4 Crédito rural e a inadimplência

No que se refere ao crédito rural, todos responderam que estão sem acesso aos recursos do PRONAF, sendo o motivo, a dívida da terra, pois estão inadimplentes perante o banco. Com relação às outras dívidas (PRONAF-A, PRONAF-D e PRONAF-E), 40% dos entrevistados têm conseguido pagar suas dívidas, estando adimplentes, enquanto que 60% disseram que não, estando inadimplentes. Sobre os motivos da inadimplência do PRONAF-A (investimento do café), justificam que não houve sobra na venda ou que o custo de produção é muito alto. De um modo geral, todos aqueles que estão inadimplentes, alegaram ter tido problemas de frustração de safra devido a problemas climáticos que motivaram perdas de produção. Nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, ocorreram várias secas que ocasionaram queda de produção em lavouras de algodão, soja e café, motivo pelo qual a maioria teve grandes dificuldades para renegociar as dívidas no Banco. Outros agricultores conseguiram renegociar as dívidas parcelando-as em até cinco anos.

Na agricultura, diferentemente da indústria, o agricultor não detém o pleno controle do processo produtivo. O ciclo fisiológico da planta é pré-definido pelo

genótipo. Os fatores climáticos influem diretamente para um bom desenvolvimento vegetativo e reprodutivo da planta. Assim sendo, se faltar água durante a fase de crescimento vegetativo e/ou de floração da cultura, a produção estará comprometida, com perda proporcional à intensidade do fenômeno climático adverso (seca).

Diante da atual situação apresentada pelos beneficiários do Grupo Sol Nascente, algumas opiniões foram coletadas em relação à atuação do Governo no setor agrícola tais como: a atuação do governo em geral é boa; é razoável e que o governo deveria facilitar a individualização dos lotes do Banco da Terra, diminuir as dívidas e garantir preços mínimos dos produtos; é fraca ou péssima; não sabem ou não têm conhecimento; precisa melhorar no sentido de facilitar a individualização desta forma, terem acesso ao PRONAF.

Entre as opiniões, as que mais se destacaram, estão relacionadas ao problema da individualização dos lotes, pois aqueles que desejam sair da inadimplência a única saída é esta. Quando chega a data do vencimento da parcela do financiamento, muitos não têm o dinheiro para pagar a sua parte na dívida, motivo pelo qual ficam todos inadimplentes perante o agente financeiro e, com isso, todos ficam impedidos de ter acesso ao crédito rural, tanto para custeio das atividades agrícolas, como para o investimento produtivo. Tal situação tem gerado forte descontentamento na maioria dos beneficiários, como se pôde observar no depoimento de alguns dos beneficiários:

*[...] A atuação do governo é péssima. Precisa ser feito muita coisa. Agricultor tem que ter mais apoio, mais possibilidades de conseguir máquinas e equipamentos e mais recursos para produzir.  
(Beneficiário do Grupo Sol Nascente, 2013).*

*[...] O governo devia olhar mais para os pequenos agricultores. O Banco tá travando o financiamento. Fica difícil.  
(Beneficiário do Grupo Sol Nascente, 2013).*

Atualmente, das doze famílias, entrevistadas do Banco da Terra Sol Nascente, dez plantam soja e milho, significando 83% dos entrevistados. Como forma alternativa de solucionar a falta de crédito rural (PRONAF), esses agricultores fizeram uma proposta ao capital comercial (empresa cerealista), para adquirir os insumos necessários para o plantio e condução das lavouras (sementes, adubos, defensivos agrícolas, etc.) e, como forma de pagamento, comprometeram-se a

entregar a produção para essa empresa. Dessa forma, observa-se a sujeição do agricultor ao capital comercial como foi dito anteriormente, quando este ganha de duas formas, sendo uma na venda de insumos e outra na compra do produto.

Sobre as dificuldades enfrentadas para produzir, oito agricultores responderam que têm tido alguma dificuldade (66%). Entre elas, a maioria se referiu à seca como o maior problema enfrentado pelo grupo no passado. Atualmente, os problemas encontrados dizem respeito à falta de crédito e a disponibilidade de maquinário para plantar na época certa, pois, é feito um sorteio de ordem de serviço do trator e da plantadeira. (Figura 18).

**Figura 18** - Trator e plantadeira do Grupo Sol Nascente no barracão comunitário.



Os beneficiários do Grupo realizam sorteios para planejar utilização do trator e da plantadeira. O trator foi deixado pelo ex-proprietário da fazenda, e a plantadeira adquirida em 2002 com recursos do Paraná -12 meses.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Ruth Youko Tsukamoto (2011).

Para o uso do trator e da plantadeira é realizado um sorteio entre os agricultores, o qual é rigorosamente observado. Assim, os primeiros sorteados são beneficiados, pois plantam primeiro, aproveitando a melhor época para o plantio, enquanto os últimos ficam prejudicados, se ocorrer um período de falta de chuvas, devido ao atraso do plantio, que se dará fora da melhor época. Essa situação deverá ser amenizada pelo fato de recentemente, em dezembro de 2013, terem recebido do governo federal um trator, proveniente de um projeto elaborado pela prefeitura, referente a uma emenda parlamentar. Dois agricultores manifestaram-se dizendo que não têm enfrentado problemas para produzir. Um deles se justificou dizendo que tem todos os insumos de que precisa, fornecidos pela empresa cerealista, o que demonstra uma completa alienação ao capital comercial.

## 6 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos avaliar os impactos socioeconômicos da implantação do Programa Banco da Terra em Centenário do Sul, município este, pioneiro no Estado do Paraná, onde se aplicaram as políticas emanadas pelo Banco Mundial, as quais foram denominadas de reforma agrária de mercado. Procuramos também avaliar os resultados das aplicações de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal e os impactos no desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias do Grupo Sol Nascente. Para tanto, tentamos analisar os problemas e as falhas detectadas durante a implantação do Projeto Sol Nascente, apontando empecilhos e apresentando possíveis sugestões para a amenização desses problemas. A análise iniciou-se pela questão do acesso a terra. No caso dos beneficiários do Grupo Sol Nascente, a terra era o sonho e a possibilidade de autonomia de trabalho e sustento da família, conforme pudemos observar nas entrevistas realizadas.

O Programa Banco da Terra permite e dá autonomia ao agricultor para que ele possa escolher a área a ser adquirida pelo Programa. Por sua vez, o Programa estipulou e engessou um limite máximo de valor que, na época, era de R\$ 40.000,00 por família, generalizando esse teto para todo o Brasil. Aqui então podemos apontar o primeiro problema encontrado: qual o critério levado em consideração para estipulação desse teto, uma vez que o preço da terra é diferenciado de acordo com cada região do país? É um critério técnico, econômico, político? No caso do Sol Nascente, localizado no Norte do Estado do Paraná, uma das regiões do País onde a terra é mais valorizada, o montante de recursos utilizados, quase que integralmente, para a compra da terra, não foi suficiente para alcançar a área equivalente a um módulo rural, definido pelo governo federal, no Estatuto da Terra, como uma área mínima que pudesse propiciar o sustento e o desenvolvimento econômico de uma família. Esse conceito leva em consideração as características produtivas da área e das atividades econômicas predominantes na região. Em 1997, passou-se a adotar o conceito de módulo fiscal, para fins de classificação dos imóveis rurais e para definição de acesso ao PRONAF. No caso do município de Centenário do Sul, o módulo fiscal foi estipulado em 12,00 hectares. Dividida a área de 149 hectares, adquirida pelo Grupo Sol Nascente, coube a cada beneficiário uma área de 10,64 hectares, a qual é inferior ao módulo fiscal estipulado

para o município de Centenário do Sul. Além disso, o Programa estipulava a obrigatoriedade de o beneficiário morar no lote e permitia a utilização de parte dos recursos para a construção das casas e implantação da infraestrutura necessária. Como o recurso só permitiu a compra da terra, o pagamento dos trabalhos de topografia e dos custos com o cartório para escrituração e registro do imóvel, ficou pendente a construção das residências. Apesar do apoio de recursos do governo do Paraná, por meio do Programa Paraná-12 Meses para construção de casas (média de R\$ 1.760,00 por família), este foi insuficiente. Para cumprir a obrigação de ter de morar no lote, os beneficiários construíram casas com custos fora da realidade econômica em que se encontravam. Aqui então podemos apontar outro problema crucial que foi o desvio de recursos do PRONAF-A que foram empregados para a construção das casas. Esse recurso foi liberado integralmente pelo agente financeiro, não havendo o controle e fiscalização de sua aplicação. Isso repercutiu no não cumprimento de implantação da área de café prevista e acordada, a qual seria a base de geração de renda para o pagamento das parcelas de financiamento da terra. Mesmo obtendo resultados satisfatórios com as lavouras de algodão, feijão e milho nos dois primeiros anos de produção, os beneficiários não cumpriram o plano de implantação do projeto produtivo redimensionado que baixou de 5,00 para 2,50 hectares de café.

Atualmente, apesar de obterem excelentes produtividades nas culturas de soja e milho, esse sucesso não se verifica na cultura do café, estando aquém do potencial produtivo da cultura. Verificou-se que, nesse caso, o fator emprego de mão de obra familiar na cultura do café foi determinante para o não cumprimento das metas estabelecidas, uma vez que o número de unidades produtivas é, em média, muito baixo, insuficiente para que a lavoura cafeeira seja conduzida adequadamente pela família. Segundo Tavares dos Santos (1984) a força de trabalho familiar é um dos principais elementos da produção camponesa, sendo também citado pelo autor as práticas de ajuda mútua e mutirão o que não se observou ocorrer entre as famílias.

Observamos que a opção da maioria dos beneficiários pela soja como principal cultura no sistema de produção se deu devido a três fatores:

- Bons preços da soja nos últimos anos;
- Baixo ou quase nenhum emprego de mão de obra, uma vez que todas as etapas de produção são mecanizadas;

- Aquisição de insumos, via capital comercial, visto que estão impossibilitados de acesso ao crédito bancário.

Uma política pública atual, que está sendo implementada no meio rural pelo governo federal e que poderia ter sido pensada à época para o Programa Banco da Terra, é o Programa Minha Casa Minha Vida Rural que permite hoje a construção de casas, a fundo perdido, para famílias de agricultores com renda anual de até R\$ 15.000,00, ou seja, o mesmo limite de renda familiar exigido na época para o enquadramento no Programa Banco da Terra. Isto evitaria a utilização dos poucos recursos destinados à aquisição da terra, à implantação da infraestrutura e à construção de moradias.

Outro ponto falho, observado, refere-se às normativas e burocracias do Sistema Nacional de Crédito Rural, no que diz respeito aos cronogramas, operacionalidade e instruções internas do agente financeiro.

Ao aprovar e contratar o financiamento da compra da propriedade, em maio de 2000, o agente financeiro levou mais de seis meses para aprovar a liberação dos recursos do PRONAF-A, que previa o plantio do café e algodão. Aqui cabe uma consideração. O PRONAF-A é o primeiro recurso a ser disponibilizado ao agricultor beneficiário do Programa Banco da Terra para início de implantação do projeto produtivo. É um recurso destinado para investimento com possibilidade de aplicação de até 35% para custeio. As normas previam que somente depois do recebimento dos recursos do PRONAF-A, o agricultor poderia obter outros recursos que, no caso, serviriam para o custeio das atividades agrícolas, destinadas à manutenção familiar. Neste caso, a linha de crédito, até então, passível de liberação era o PRONAF A/C, cujo limite teto era de até R\$ 2.000,00 por beneficiário. Detectamos que esse valor era insuficiente para a realidade do grupo que pretendia plantar o algodão, cujo custo de produção é alto. Somente após o acesso ao PRONAF A/C, o agricultor poderia acessar um valor maior que, para se adequar à realidade do grupo, seria a linha do PRONAF-D, cujo teto era de até R\$ 6.000,00, valor este, que seria suficiente para cobrir os custos de produção da cultura do algodão.

Devido ao engessamento das “regras do jogo”, os agricultores começaram a sujeitar-se ao capital comercial, uma vez que, para plantar as culturas, no caso o algodão, o feijão, o milho e não deixarem a terra ociosa, esses

agricultores se vêm obrigados a adquirir os produtos e insumos no comércio local, para pagamento após a colheita (fiado). Ao terem de pagar essa dívida com os fornecedores, estes embutem juros altos, acarretando ainda mais no aumento dos custos de produção.

Como no caso do Grupo Sol Nascente, que estava pautado na cultura do café e este só começaria a produzir a partir do terceiro ano, deveria o PRONAF-A ser liberado com mais agilidade e, logo na sequência, viabilizar a liberação de outros recursos do PRONAF, permitindo ao agricultor obter renda no curto prazo, por meio de culturas temporárias que permitem retorno econômico mais rápido, garantindo a manutenção familiar.

Se pensarmos que a produção agrícola é sujeita a uma gama de intempéries climáticas, adventos como secas, geadas, chuva de granizo, inundações entre outras, era de se esperar que o financiamento do PRONAF, tivesse a cobertura do seguro agrícola, aliás, deveria ser obrigatório na época da contratação pelo agente financeiro, como é atualmente via adesão ao PROAGRO, que cobre todas as operações do PRONAF. Isso, na época, não ocorreu e, novamente, os agricultores tiveram sérios prejuízos econômicos, devido às três secas consecutivas ocorridas nas safras de 2003/2004 a 2005/2006.

Não bastassem os problemas até aqui enumerados, observamos que outro mecanismo imposto pelo agente financeiro foi o aval cruzado nas operações de crédito, tanto no PRONAF-A destinado ao investimento para o plantio de café, como no PRONAF A/C e D, para operações de custeio de algodão e milho. Dessa forma, alguns agricultores que saldaram suas dívidas de PRONAF ficaram inadimplentes perante o agente financeiro, uma vez que foram avalistas em operações de crédito rural de outros que não conseguiram saldar suas dívidas.

É de se estranhar essa obrigatoriedade do aval cruzado imposta pelo agente financeiro, pois, na prática, não resolveu a situação da inadimplência, pelo contrário, só aumentou. Há relato de um agricultor que queria e tinha condições de pagar a dívida, com vistas a ter acesso a novos recursos do PRONAF para custear a nova safra, mas, por ter sido avalista de outro agricultor que não pagou a conta, ficou também em situação de inadimplência e sem acesso aos recursos do PRONAF para o custeio da lavoura e, conseqüentemente, decidiu não pagar o banco, preferindo utilizar o dinheiro para comprar os insumos necessários à nova safra.

Também no tocante ao financiamento da terra, que se procedeu de forma coletiva, por escritura única, pró-indiviso e que gerou um contrato no qual, todos são avalistas uns dos outros, o problema da inadimplência também se observa na dívida da terra.

Há de se estranhar o direcionamento para que o Projeto do Banco da Terra Sol Nascente tenha se concretizado de forma coletiva, uma vez que a maioria dos Projetos do Banco da Terra, aprovados e implantados no Estado do Paraná, foi de forma individual. Entretanto, ao se entrevistar o proprietário do cartório de registro de imóveis, este declarou ter alertado as lideranças de que isso poderia ser problema no futuro e se prontificou em fazer as 14 escrituras individuais sem aumento de custo. Ao se indagar a liderança do grupo sobre essa questão, esta afirma que foi orientada por alguém, mas que não lembrava se foi da UGP ou da Coordenação Regional do Projeto. O fato é que, o contrato coletivo e a não individualização das dívidas têm sido apontado como o principal problema enfrentado pelos agricultores. Queremos ressaltar que, o associativismo é uma prática válida para alcançar resultados e objetivos comuns de forma mais eficiente e racional e, até mesmo, ter maior poder de barganha para negociações e apoios governamentais. Entretanto, a forma coletiva como o grupo realizou a contratação da terra foi, a nosso ver equivocada. Primeiro porque o contrato não saiu em nome de uma associação. Segundo porque o contrato poderia ser feito de forma individual, o que não impediria que o grupo criasse posteriormente uma associação com vistas a atender seus interesses, como de fato veio a criar posteriormente a Associação Dr. Evandro de Sá Pereira. E, em terceiro lugar, a argumentação de que iriam economizar nos custos com cartório também foi equivocada, uma vez que o cartório se prontificou em cobrar o mesmo preço para a confecção das catorze escrituras.

Observamos, atualmente, que para permanecer e continuar o processo de produção agrícola, a maioria está dependente do capital comercial que passa, também, a exercer a função de capital financeiro, pois estão se sujeitando a adquirir os insumos que os denominam de “pacote da cerealista”, no qual esta fornece os insumos para os agricultores e estes, por sua vez, se comprometem em pagar com a produção, após a colheita da soja e do milho. Entretanto, nessa “parceria”, a situação é delicada, pois, caso ocorra alguma intempérie climática, que resulte em perda de produção, não terão a cobertura do PROAGRO, como seria no

PRONAF. Aliás, a falta de acesso aos recursos do PRONAF tem sido também uma das maiores reclamações dos agricultores, juntamente com a questão da individualização dos lotes.

Apesar dos problemas e das dificuldades até aqui apontados, o grupo de agricultores têm conseguido se manter na atividade e até obter uma renda compatível. Isso se deve, em parte, aos bons preços relativos da soja e às condições climáticas favoráveis ao longo dos últimos anos, bem como ao incremento de renda em razão do acesso à aposentadoria de alguns e da renda adicional obtida com o trabalho fora da propriedade por parte de outros membros das famílias.

Dos agricultores entrevistados todos declararam que houve a melhora na renda e na qualidade de vida após o ingresso no Programa Banco da Terra.

*[...] apesar das dificuldades a vida no Banco da Terra é melhor que na cidade [...] melhorou a qualidade de vida (casa, fatura de alimentação [...] melhorou a qualidade de vida (sossego, trabalho próprio), acesso ao Bolsa Família, não paga aluguel [...] melhorou a renda, acabou a indefinição de procurar onde trabalhar[...]melhorou a renda. Deixou de pagar arrendamento. Segurança de ter a terra para plantar [...] (B.T. Sol Nascente – Beneficiários, 2013).*

Detectamos que a maioria das 14 famílias está residindo na cidade e que alguns membros trabalham em outras atividades não rurais, como forma de complementar a renda familiar. Assim, caso o agricultor tenha no futuro a possibilidade de desenvolver outras atividades de maior retorno econômico, que necessitem o emprego mais intensivo do trabalho da família nas atividades rurais, terão dificuldades por falta dessa mão de obra familiar, uma vez que muitos já estão arraigados na vida urbana e dificilmente voltariam para o campo, conforme depoimentos coletados durante as entrevistas. Já, um dos que reside na cidade, declarou que se houvesse a individualização, teria a intenção de voltar a morar no lote e construir uma granja de frangos de corte, o que poderia propiciar melhoria da renda, tornando o sistema de produção mais viável, sob o ponto de vista econômico. Entretanto, seus dois filhos estão concluindo o ensino médio e, pelo observado, não têm o hábito e a habilidade do trabalho na terra e sua esposa é professora na creche. Essa situação é preocupante, pois acreditamos que haverá dificuldades para sucessão familiar.

Dessa forma, podemos questionar se realmente o Programa Banco da Terra está realizando a reforma agrária e cumprindo com o papel social da terra, conforme reza o Estatuto da Terra e a Constituição Federal ou se está apenas propiciando oportunidades para proprietários fazerem negócios vantajosos ao venderem suas terras ao Programa, livrando-se de possíveis desapropriações ou se realmente a terra é primordial para a sobrevivência dessas famílias. Segundo Nabarro (2010), a intenção do Banco Mundial está mais focada na expansão do capital financeiro no campo do que diminuir a concentração da posse da terra ou realizar o desenvolvimento social no espaço rural.

O mesmo autor cita ainda que, segundo apuração do INCRA, menos de 1% das terras públicas seria suficiente para fazer a reforma agrária no estado do Paraná.

Estimativas feitas pelo INCRA mostram que, se um pequeno percentual – menos de 1% - dessas terras públicas fosse destinado à reforma agrária, elas seriam o suficiente para assentar todas as 6,5 mil famílias acampadas no estado, zerando a fila no Paraná (JORNAL DE LONDRINA, apud NABARRO, 2010, p. 5).

O Programa de Crédito Fundiário (PNCF), implantado em 2003, no governo Lula, é o sucessor do Programa Banco da Terra. Entretanto, mantém as mesmas bases ideológicas de “programa de alívio à pobreza”, nos moldes de Reforma Agrária de Mercado, sustentado pelo Banco Mundial.

Na realidade, no nosso ponto de vista, o programa não atende aos anseios da grande população de pequenos agricultores e trabalhadores rurais que se encontram em condições de pobreza e sem acesso à terra. Dessa forma, não podemos concordar com a ideia de que este seja, realmente, um programa idealizado para atingir o objetivo de diminuir a pobreza no campo, com inclusão social e fortalecimento da agricultura familiar, como pretende sugerir o Banco Mundial, uma vez que a esta, politicamente, está pautada na subordinação da economia nacional às políticas neoliberais. No máximo, podemos afirmar que se trata de medida compensatória, porém exclui a grande massa dos trabalhadores rurais no sentido de se alcançar o desenvolvimento social e econômico, como um todo, preconizado na proposta. Há sim que se ponderar algumas premissas que são necessárias e que poderão proporcionar possibilidades de resultados talvez satisfatórios para uma seleta camada de agricultores com perfil diferenciado,

assimiladores de novas tecnologias e com experiência na atividade em ambiente e conjuntura econômica favoráveis, desde que atendam as seguintes condicionantes: (1) recursos suficientes para aquisição de área compatível e ajustada de acordo com as atividades previstas e planejadas no projeto produtivo; (2) explorações de atividades voltadas para o consumo interno e com nichos de mercado diferenciados e com tecnologias de produção conhecidas e adotadas pelos beneficiários; (3) garantia de assistência técnica especializada e contínua; (4) garantia da infraestrutura de moradia, fornecimento de água, saneamento básico, energia elétrica e outras que por ventura se fizerem necessárias; (5) juros de financiamento reduzidos, nos mesmos moldes do PRONAF e com carência ajustada de acordo com a atividade desenvolvida; (6) aquisição de imóveis de forma individualizada, não significando que a prática do associativismo ou cooperativismo esteja descartada, muito pelo contrário, conforme o perfil do beneficiário deve ser incentivado.

Complementando, seria necessário um diagnóstico mais acurado do perfil profissional das famílias, identificando suas aptidões e necessidades, propiciar a melhor capacitação técnica e gerencial, visando ao crescimento socioeconômico dessas famílias.

Acreditamos que, pelo fato de o Grupo Sol Nascente ter sido o primeiro projeto implantado no Estado do Paraná, ocorreram muitas falhas operacionais e de procedimentos em todas as instâncias pelas quais o projeto tramitou. Justificamos esta afirmação devido ao desconhecimento e à falta de vivência de operacionalização de um novo programa a ser implantado e que veio “de cima para baixo”, não dando condições para uma reflexão mais aprofundada e debates. Acreditamos também, que em razão das falhas operacionais no passado e da experiência obtida ao longo desses anos, possam ter contribuído para amenizar os problemas já detectados e apontados neste trabalho.

Assim sendo, deixamos aqui as nossas considerações finais, com vistas à contribuição para o debate que se faz necessário sobre a Reforma Agrária de Mercado (RAM).

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 91-97, 2000.

\_\_\_\_\_. A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI. **Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 2-15, 2004.

BARBIN, L. F. M. **Problema e desafios do Banco da Terra**: um estudo de caso no Norte do Paraná. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

BRASIL. **Decreto Nº 3.475, de 19 de maio de 2000**. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3475.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3475.htm)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 4504/64, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 nov. 1964. Seção 1, supl., p. 49.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998**. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp93.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp93.htm)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Curador do Banco da Terra. Secretaria do Banco da Terra. **Normas operacionais do Banco da Terra**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Fundiário. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER. **Capacidade de pagamento dos beneficiários do Banco da Terra na região Sul do Brasil**. Brasília, 2006. (Estudos de Reordenamento Agrário, n. 1).

BRAY, S. C. et al. O processo de implantação e expansão do complexo canavieiro, açucareiro e alcooleiro no Estado do Paraná, **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 3, n. 3, jan. 1985.

BRUNO, R. O *ethos* da propriedade da terra no Brasil. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. **Mundo Rural IV**: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MauadX, 2007. p. 57-68.

CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no Norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, jul. 1999.

CENTENÁRIO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.centenariodosul.pr.gov.br/index.php/historiadomunicipio>>. Acesso em: 18. jan. 2012.

DOMINGOS NETO, M. O novo mundo rural. In: MARTINS M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 27-39.

EMATER. **Avaliação econômica e financeira de lavouras cafeeiras**: plantadas no sistema adensado e tradicional no Paraná, 2004. (Emater-PR. Documento interno).

\_\_\_\_\_. **Perfil da realidade agropecuária do município de Centenário do Sul – PR**, 1998 - 2012. (Emater-PR. Documento interno).

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de manejo integrado de solos e da água em microbacias**. Centenário do Sul, 1987. (Emater-PR. Documento interno).

\_\_\_\_\_. **Relatório de acompanhamento do projeto Banco da Terra em Centenário do Sul - PR**. Centenário do Sul, 2001. (Emater-PR. Documento interno).

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Serviço de Produção de Informação, 1999

FELISMINO, P. T. A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. **Folha de Londrina**, Londrina, 14/28 jul. 1985.

FERREIRA, A. D. D. **Agricultura capitalista e campesinato no Norte do Paraná: Região de Porecatu: 1940-52**. 1984. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

IBGE. **Censo agrícola 1960**. Rio de Janeiro, 1967.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro, 1975. (Série Regional, v. 1, t. 19).

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1975**. Rio de Janeiro, 1979.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1980**. Rio de Janeiro, 1983.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1995**. Rio de Janeiro, 1997. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados/>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Cartas climáticas do Estado do Paraná**: 1994. Londrina, 1994.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil**: história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

MENDONÇA, M. L. **Avaliação dos programas de crédito fundiário do Banco Mundial**. 2006. Disponível em: <<http://alainet.org/active/12942&lang+es>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

NABARRO, S. A. **Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina e Tamarana- PR**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Análise da conjuntura agropecuária**: safra 2007/2008. 2007. Disponível em: <[http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/file/deral/prognosticos/algodão\\_2007\\_08.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/file/deral/prognosticos/algodão_2007_08.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2013.

PEREIRA, J. M. M. A Política do Banco Mundial em questão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 355-383, maio, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a24v2057.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

POZZOBON, I. **A epopéia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarker, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRIORI, A. A. **A revolta camponesa de Porecatu**: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1945). 2000. 338 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 75-79.

ROSA, L. A. B. et al. Caracterização de sistemas produtivos em assentamentos rurais em Centenário do Sul – PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 4, 2008. **Anais...** Londrina: Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, 2008. Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/redereferencia/carac\\_assent\\_cent.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/redereferencia/carac_assent_cent.pdf)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004. p. 40-60.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, S. L. M. **Os programas de reordenamento fundiário no território da cidadania integração norte pioneiro: um estudo de caso**. Tomazina, 2012.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

WESTPHALEN, C. M. et al. **Ocupação do Paraná**. Cadernos de Migração, São Paulo, v. 3, p. 4-43, 1988.

ZANONI, P. G. **Centenário do Sul: resgatando a memória**. Centenário do Sul: Graf Collor, 2002.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Roteiro de perguntas para investigação sobre a origem das famílias do Banco da Terra Sol Nascente e para diagnóstico da trajetória social e econômica do Banco da Terra Sol Nascente

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

#### BANCO DA TERRA SOL NASCENTE- CENTENÁRIO DO SUL

Nome da propriedade: Banco da Terra Sol Nascente, Lote: distância da cidade: 15 km

Nome do entrevistado..... Nome do entrevistador: Sergio Lopes

Data:

**I. OBSERVAR E ANOTAR: localização da casa, descrever a topografia da propriedade, existência de matas naturais, ciliar, como é o abastecimento de água (poço, rio, etc.), as condições da moradia, equipamentos domésticos, benfeitorias da propriedade, existência de horta doméstica.**

Bem localizadas nos lotes

#### II. HISTÓRIA DE VIDA DO ENTREVISTADO

1. Onde nasceu? ( ) área rural ( ) urbana Município..... estado:.....
2. Quais foram os municípios que o senhor (a) já morou até chegar em Centenário do Sul?.....
- 2-a. Como e quando seu pai, seu avô chegaram ao Paraná?  
.....
3. Trabalhou na área rural ( ) era proprietário? ( ) parceiro ( ) boia-fria ( ) outros ( ) especificar.....
4. Trabalhou na área urbana ( ) que tipo de trabalho? .....
5. O que fazia antes de ingressar no Programa? .....
6. Você passou por algum acampamento antes de conseguir esse lote? Onde?.....
7. Como soube da existência do Programa Banco da Terra? .....
8. Porque optou pelo Programa Banco da Terra? .....
9. Onde se cadastrou para requerer a terra? .....
10. Quais foram as exigências para se cadastrar? .....
11. Quanto tempo demorou para conseguir a terra? .....Foi difícil encontrar terras?



### III. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO:

Exploração Agropecuária	Área (ha) / Rebanho (cab.)	Produtividade	Produção (sc,kg,lt, cab, un.)	Valor da Comercialização Anual (R\$)	Destino da Comercialização	Renda Bruta (R\$)	Observa
Soja							
Milho Safrinha							
Feijão							
Café							
Olericultura							
Mandioca							
Frutas							
Outras							
Pasto							
Leite							
Bovinos							
Suínos							
Frango caipira							
Queijos							

1. Está satisfeito com a área recebida? Por quê?.....
2. Sempre cultivou essas culturas? ( ) sim ( ) não Porque escolheu estas culturas/ atividade?  
.....
3. Qual é a sua opinião sobre os 20% da reserva legal que as propriedades devem manter?  
.....
4. Tem granja de frangos? ( ) sim ( ) não destino: .....
5. Tem criação de bicho-da-seda? ( ) sim ( ) não destino: .....
6. Tem criação de porcos? ( ) sim ( ) não destino:.....
7. Recebe orientação técnica? ( ) Não ( ) Sim. Por quê? ..... De quem? .....
8. Que tipo de maquinários/instrumentos são utilizados? Trator( ) pulverizador costal ( ) pulverizador mecanizado ( ) instrumento de irrigação ( ) colheitadeira: nesse caso é ( ) alugado? De quem? ..... Quanto paga?..... .Outros  
.....
9. Como adquiriu essas máquinas? ( ) financiamento ( ) recursos próprios ( ) outros
10. Utiliza (marcar X em caso afirmativo):  
( ) adubos ( ) inseticida ( ) calcário ( ) herbicida ( ) fungicida ( ) pesticida

11. Onde compra os equipamentos e os insumos utilizados?  
.....

12. Faz financiamento pelo PRONAF? ( ) SIM ( ) NÃO Caso positivo: ( ) custeio ( ) investimento  
( ) outros

Tem conseguido pagar o Banco? Caso negativo: porquê?  
.....

13. Tem enfrentado alguma dificuldade para produzir? ( ) Sim ( ) Não. Por  
quê?.....

14. Qual é o tipo de solo da sua propriedade? ..... Quanto custa hoje um  
hectare de suas terras? .....

15. Infraestrutura: Possui: ( ) água ( ) encanada ( ) outra forma de captação –  
qual:.....

( ) energia elétrica ( ) TV ( ) Geladeira ( ) Fogão ( ) máq. de lavar ( ) aparelho de  
som ( ) automóvel ( ) moto ( ) computador ( ) antena parabólica ( ) outros:  
.....

#### **IV – RELAÇÕES DE TRABALHO:**

1. O senhor trabalha com a mão de obra familiar? ( ) sim ( ) não Quantas?.....

2. Há divisão de tarefas entre os membros da família?

Como?.....

3. Utiliza o sistema de troca de dias de serviço (mutirão)? Em que tipo de trabalho?.....

4. Contrata mão de obra temporária? Sim( ) Não( ) Quantos? ..... Para  
quê?..... Em que época?.....

5. ( ) Participa do Programa de Aquisição de Alimentos? ( ) Programa de Alimentação Escolar?

#### **V . COMERCIALIZAÇÃO:**

1. Para quem vende a produção? .....

2. É associado a alguma cooperativa? ( ) sim ( ) não Qual? ..... Por que?  
.....

3. Quem transporta a produção? ( ) próprio ( ) paga frete quanto custa? .....

4. Existe alguma dificuldade para transportar a produção? ( ) sim ( ) não Por quê? .....

5. Tem enfrentado algum problema na comercialização dos produtos? ( ) sim ( ) não Por quê?  
.....

6. Que tipo de incentivo que o governo tem dado ao produtor?  
.....

7. Considera os preços de venda satisfatórios? ( ) sim ( ) não. Por quê?.....

8. Teve algum grande prejuízo na lavoura? Caso positivo: qual foi?  
.....

**VI. INFRAESTRUTURA NO BANCO DA TERRASOL NASCENTE:**

1. Tem escola próxima? Sim ( ) não ( ) Onde.....
2. Tem posto de saúde próximo? Onde? ..... Contam com telefone público?.....
3. Tem igreja? Qual ou quais? .....
4. Há quantos horários de ônibus para a cidade mais próxima?.....
5. O que fazem nos finais de semana? ( ) futebol ( ) TV ( ) igreja ( ) outros.....

**VII. SITUAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS**

1. Em que situação encontra-se o financiamento da "terra"?

( ) Adimplente ( ) Inadimplente

Se inadimplente, quantas prestações estão em atraso?

Motivo? \_\_\_\_\_

2. Em que situação encontra-se o financiamento do "PRONAF-A Investimento"?

( ) Adimplente ( ) Inadimplente

Se inadimplente, quantas prestações estão em atraso? \_\_\_\_\_

Motivo? \_\_\_\_\_

3. Em que situação encontra-se o financiamento do "PRONAF- C ou D Custeio"?

( ) Adimplente ( ) Inadimplente

Se inadimplente, qual operação está em atraso? \_\_\_\_\_

Motivo? .....

4. Com o Decreto 4.178, possibilitando a renegociação das dívidas da "Terra" e do PRONAF-A, você acha que terá condições de quitar os 5% correspondentes a sua parcela?

( ) Sim ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_

**VIII . OPINIÕES E PERSPECTIVAS**

1- De modo geral, o senhor está satisfeito com a sua propriedade? Por quê?

.....

2- Pretende continuar No lote? ( ) sim ( ) não. Por quê?

.....

3- Como o senhor. vê a atuação governamental em relação ao setor agrícola?.O que precisa ser feito?

.....

4. Tem a intenção de melhorar algo na propriedade? Caso positivo: quais?

.....

5. Pretende que seus filhos permaneçam na propriedade? Por quê?

.....

6. Na sua opinião, o que falta no município ou região para um melhor desenvolvimento agrícola?

.....

7. Qual é a sua opinião sobre a reforma agrária no Brasil?

.....

8. Já pertenceu a algum movimento social? Caso positivo, qual?.....

9. Qual é a sua opinião sobre o MST e outros movimentos sociais dos trabalhadores rurais?.....

10. Qual é a sua opinião sobre o Programa Banco da Terra?

( ) Pontos positivos: quais?.....

( ) Pontos negativos: quais? .....

11. Quais são as diferenças entre o Banco da Terra e Assentamento do INCRA?.....

12. Vocês se consideram assentados? ( ) sim ( ) não Por quê?

.....

13. Quais são os problemas enfrentados pelo grupo do Sol Nascente? .....

14. Quais as perspectivas do grupo para os próximos anos? .....

15. O que pensa sobre a individualização?.....

16. Como você avalia a situação de vida de sua família antes do Banco da Terra e após entrar no lote? ( R\$, qualidade de vida, saúde, educação,.....) .....

**ANEXOS**

ANEXO A  
Matéria de jornal sobre a expectativa de colheita do Grupo Sol Nascente

10/03/2001

FOLHA

Folha de Londrina/Folha do Paraná 3

---

**BANCO DA TERRA**

# Boa expectativa para primeira colheita

*Grupo de ex-arrendatários beneficiados pelo crédito do Banco da Terra e pelo Paraná 12 Meses iniciam colheita de algodão*

**Camilla Antonini**  
De Londrina

Um grupo de 14 famílias do Consórcio do Sul, no Norte do Paraná, se prepara para iniciar a primeira colheita de algodão em terras próprias. Ex-arrendatários, elas formam a Associação de Produtores Rurais Ezequiel de Sá Pereira e firmam as primeiras beneficiárias do Paraná pelo programa Banco da Terra, que viabiliza a compra de propriedades rurais através de financiamentos com juros de 1% ao ano.

Oito meses após a assinatura do contrato, o grupo prevê colheita cerca de 300 arrobas de algodão por hectare, representando o total de 300 arrobas contatadas na região. A expectativa positiva se explica pela excelente qualidade da terra onde se localizam as propriedades, ainda ao apoio técnico oferecido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a experiência agrícola dos integrantes da associação.

Cada família recebe área de aproximadamente 15,7 hectares (ha), totalizando uma área de 171 ha. O financiamento de cerca de R\$ 40 mil por hectare em 20 anos, com vencimento da primeira prestação no terceiro ano após o fechamento do contrato.

No total, o programa de governo federal investiu R\$ 140 milhões em crédito. Cada agricultor também firmou contrato com o R\$ 12 mil pelo programa Paraná 12 Meses e Paraná, que oferece cursos técnicos na instalação de infra-estrutura, preparo e conservação do solo, plantio do algodão e a colheita das sementes.

Esquivel A responsável pela instalação do grupo entre os beneficiários do Banco da Terra foi Ivone de Fátima Silva, presidente da associação de Produtores e Agricultores de Consórcio do Sul. Instalada com as licenças de venda de arrendatários, que são oferecidas garantias de trabalho e ainda prevê o pagamento de 17% da renda para o proprietário, da compra e faturar efetivamente para o produtor rural em sua família. Assim, também viabiliza para formar o grupo e viabilizar o projeto utilizando o benefício.

Para ingressar no programa, é preciso apresentar documentação mínima de cinco anos na atividade agropecuária e ser trabalhador rural em propriedade, preferencialmente associada, própria, possuída ou arrendatária.

De acordo com a engenheira agrônoma Fátima Madureira, secretária de Agricultura do Consórcio do Sul, pequenas propriedades também podem ser arrendadas, desde que possam gerar renda capaz de pagar o mínimo previsto no contrato.

A formação de um grupo com cerca de 12 famílias é outra exigência do Banco da Terra. A responsabilidade da seleção fica a cargo dos próprios agricultores, que também precisam ter uma propriedade rural para ser arrendada e apresentar um documento comprovando que o proprietário tem intenção de vender a terra. Em Consórcio do Sul, as 14 famílias foram selecionadas entre 600 interessados, com ajuda de técnicos da Emater.

Celi. Se não chegar muito, a produção é inferior a colheita de algodão com uma só colheita. Em maio, eles pretenderão começar a plantio de café, que deve ocupar metade da área de cada propriedade. "Plantamos algodão no verão para a terra não ficar parada enquanto se muda de café, então sendo preparado. Nos próximos meses, pretendemos começar plantando algodão e outras culturas no espaço que não for ocupado pelo café", explica Ivone.

As medidas serão adotadas no âmbito da produção de Consórcio do Sul. Segundo o secretário-agricultor Sérgio Lopes, de Curitiba, a oferta original prevista e instalação do projeto em uma área com cerca de 100 propriedades. Porém, como os agricultores estavam muito interessados com a licitação, o Ministério decidiu ampliar o trabalho planejado em cerca de 400 mil hectares.

A área comunitária de arrendatários obrigatória e faturamento será utilizada para o desenvolvimento de projetos relacionados à agricultura e algumas outras atividades.

Emprego. Além de permitir a aquisição das propriedades pelas arrendatárias, o financiamento do Banco da Terra possibilita a criação de novos empregos. Cerca de 30 produtores firmaram compromissos na construção das casas das famílias e quando começar a colheita do algodão, a previsão é que sejam contratados aproximadamente 100 bônus-férias, que terão duração garantida por pelo menos dois meses.

Para Ivone, a possibilidade de criar uma associação para comprar e beneficiar famílias rurais é muito positiva. "Como compramos todos juntos, desde a compra do terreno até a aquisição do material de construção, conseguimos melhores preços", afirma.

Segundo a presidente e responsável de Produção do grupo, Ivone de Fátima Silva, a expectativa é produzir um projeto para plantar o algodão para mais de 11 famílias. "É melhor agir de primeira mão, porque o financiamento não dá crédito para apenas comprar a terra, mas também para instalação e produção", afirma.

Expectativa. A secretária de Agricultura do Consórcio do Sul afirma que a maior dificuldade enfrentada pelo grupo de 14 famílias que também está tentando a formação pelo Banco da Terra é encontrar terras disponíveis na região. De acordo com ela, o preço da terra no mercado varia de R\$ 1,5 mil por hectare, mas muitas propriedades, especialmente pela venda da fazenda que hoje abriga os 14 associados de Doutor Ezequiel, estão sendo oferecidas a preço de sua propriedade.

"No ano passado, a oferta de terra foi de R\$ 1,5 mil por hectare, mas quem pagou foi de R\$ 10 mil. Isso porque as famílias não tinham para o pagamento pelo governo", afirma.



A expectativa é colher 300 arrobas por hectare, 200 arrobas acima da média da região



Ivone Silva, presidente da associação de agricultores, instalada como arrendatária, se mobiliza para formar o grupo

**Financiamento será pago em 20 anos, com juros de 5% ao ano**

**GRANDE LEILÃO**

**Angus Show Londrina / 2001**

Quem conhece, sabe do potencial e qualidade do Angus.

É sua grande oportunidade de participar de um dos maiores leilões do país.

Delimito leilão na 4ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.

**DIA 04/04/2001 - A PARTIR DAS 19h00**  
Recinto José Garcia Molina / Pq. Exposições Nely Braga

## ANEXO B

Matéria de jornal sobre a expectativa de colheita do Grupo Sol Nascente

**Folha Rural**

10/03/2001 00:00:00

**Boa expectativa para primeira colheita****Grupo de ex-arrendatários beneficiados pelo crédito do Banco da Terra e pelo Paraná 12 Meses iniciam colheita de algodão Carolina Avansini De Londrina**

Um grupo de 14 famílias de Centenário do Sul, no Norte do Paraná, se prepara para realizar a primeira colheita de algodão em terras próprias. Ex-arrendatários, eles formam a Associação de Produtores Doutor Evandro de Sá Pereira e foram os primeiros beneficiados do Paraná pelo programa Banco da Terra, que viabiliza a compra de propriedades rurais através de financiamento com juros de 5% ao ano. Oito meses após a assinatura do contrato, o grupo prevê colher cerca de 500 arrobas de algodão por alqueire, superando a média de 300 arrobas constatada na região. A expectativa positiva se explica pela excelente qualidade da terra onde se localizam as propriedades, aliada ao apoio técnico oferecido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e a experiência agrícola dos integrantes da associação. Cada família recebeu lotes de aproximadamente 10,7 hectares (ha), totalizando uma área de 151 ha. O financiamento de cerca de R\$ 40 mil vai ser pago em 20 anos, com vencimento da primeira prestação no terceiro ano após o fechamento do contrato. No total, o programa do governo federal investiu R\$ 560 mil na região. Cada agricultor também financiou cerca de R\$ 12 mil pelos programas Paraná 12 Meses e Pronaf, cujos recursos foram investidos na instalação de infra-estrutura, preparo e conservação do solo, plantio do algodão e a construção das casas. Exigências A responsável pela inclusão do grupo entre os beneficiados do Banco da Terra foi Ivone de Fátima Silva, presidente da associação Doutor Evandro e da Associação de Produtores e Arrendatários de Centenário do Sul. Insatisfeita com as incertezas da vida de arrendatária, que não oferece garantias de trabalho e ainda prevê o pagamento de 25% da renda para o proprietário, ela começou a buscar alternativas para o problema enfrentado por sua família. Ao tomar conhecimento da existência do Banco, se mobilizou para formar o grupo e elaborar o projeto solicitando o benefício. Para integrar o programa, é preciso comprovar experiência mínima de cinco anos na atividade agropecuária e ser trabalhador rural não proprietário, preferencialmente assalariado, parceiro, posseiro ou arrendatário. De acordo com a engenheira agrônoma Fátima Medeiros, secretária de Agricultura de Centenário do Sul, pequenos proprietários também podem ser atendidos, desde que possuam área comprovadamente insuficiente para gerar renda capaz de prover o sustento próprio e dos filhos. A formação de um grupo com cinco a 15 famílias é outra exigência do Banco da Terra. A responsabilidade da seleção fica a cargo dos próprios agricultores, que também precisam sugerir uma propriedade rural para ser comprada e apresentar um documento comprovando que o proprietário tem intenção de vender a área. Em Centenário do Sul, as 14 famílias foram selecionadas entre 600 interessados, com ajuda de técnicos da Emater. Se não chover muito, a previsão é iniciar a colheita do algodão em uma semana. Em maio, eles pretendem começar o plantio do café, que deve ocupar metade da área de cada propriedade. “Plantamos algodão no verão para a terra não ficar parada enquanto as mudas do café estão sendo preparadas. Nas próximas safras, pretendemos continuar plantando algodão e outras culturas no espaço que não for ocupado pelo café”, explicou Ivone. As mudas estão sendo cultivadas no viveiro da prefeitura de Centenário. Segundo o engenheiro agrônomo Sérgio Lopes, da Emater, a idéia original previa a instalação do viveiro em uma área comum entre as propriedades. Porém,

como os agricultores estavam muito envolvidos com a lavoura, o município decidiu apoiar o trabalho plantando as cerca de 400 mil mudas. A área comum da associação abriga reuniões e futuramente será utilizada para o desenvolvimento de projetos relacionados a agroindústria e algumas culturas específicas. Além de permitir a aquisição das propriedades pelos ex-arrendatários, o financiamento do Banco da Terra possibilitou a criação de novos empregos. Cerca de 20 pedreiros foram empregados na construção das casas das famílias e quando começar a colheita de algodão, a previsão é que sejam contratados aproximadamente 100 bóias-frias, que terão ocupação garantida por pelo menos dois meses. Para Ivone, a necessidade de criar uma associação para conseguir o benefício também trouxe efeitos positivos. “Como compramos tudo junto, desde sementes e insumos até material de construção, conseguimos melhores preços”, informou. Segundo a presidente, a experiência deu tão certo que a Associação dos Produtores da cidade está preparando um projeto para pleitear o benefício para mais 35 famílias. “É reforma agrária de primeiro mundo, porque o financiamento não dá condições para apenas comprarmos a terra, mas também para iniciarmos a produção”, comentou. — Especulação A secretária de Agricultura de Centenário do Sul afirmou que a maior dificuldade enfrentada pelo grupo de 35 famílias que também está tentando o financiamento pelo Banco da Terra é encontrar terras disponíveis na região. De acordo com ela, o projeto do governo só financia até R\$ 7,5 mil por alqueire, mas muitos proprietários, empolgados pela venda da fazenda que hoje abriga os 14 associados da Doutor Evandro, estão superfaturando o preço de suas propriedades. “No ano passado, a média de preço praticada na região ficava em torno de R\$ 8 mil, mas hoje, tem gente pedindo até R\$ 10 mil. Este preço inviabiliza novos projetos”, disse. Ivone acrescentou que por outro lado, muitos proprietários evitam vender suas fazendas para o Banco da Terra porque temem a demora do pagamento pelo governo.